

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
CENTRO DE ESTUDO EM SAÚDE DO TRABALHADOR E
ECOLOGIA HUMANA

*As Reterritorializações do Espaço e seus Reflexos no
Universo do Trabalho e da Saúde*

Mônica Lorencetti Fornazier

Rio de Janeiro

2002

Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública
– Mestrado –

Subárea de Pesquisa: *Saúde, Trabalho e Ambiente*

*As Reterritorializações do Espaço e seus Reflexos no
Universo do Trabalho e da Saúde*

Mônica Lorencetti Fornazier

Prof. Doutor William Waissmann
(orientador)

Rio de Janeiro
2002

FICHA CATALOGRÁFICA

Fornazier, Mônica Lorencetti. 1973 –

As Reterritorializações do Espaço e seus Reflexos no Universo do Trabalho e da Saúde / Mônica Lorencetti Fornazier – Rio de Janeiro, RJ: CESTH – ENSP – FIOCRUZ, 2002.

Dissestação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP – Centro de Pesquisa em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana – CESTH, 2002.

Orientador: William Weissmann

1. Trabalho. 2. Saúde do Trabalhador 3. Modulação Espacial 4. Biopoder
5. Disciplina 6. Controle. I. Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Estudo em Saúde do Trabalhador. II. Título.

IV

Para apalpar as intimidades do mundo é preciso saber:

- a) que o esplendor da manhã não se abre com a faca;*
 - b) a forma como as violetas preparam o dia para morrer;*
 - c) por que é que as borboletas de tarja vermelhas têm devoção por
túmulos;*
 - d) se o homem que toca de tarde a sua existência num fagode, tem
salvação;*
 - e) que um rio que flui entre dois jacintos carrega mais ternura que o rio
que flui entre dois lagartos;*
 - f) como pegar na voz de um peixe;*
 - g) qual o lado da noite que umidece primeiro;*
etc.
etc.
- desaprender oito horas por dia ensina os princípios.*

Manoel de Barros

Sem a virtude de saber morrer, a vida é escravidão.

Sêneca

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à William Waissmann, orientador e “salva-vidas”, pelo carinho e pela atenção dispensados ao meu trabalho. A conclusão deste percurso foi possível graças à sua postura ética e justa e à sua capacidade em reconhecer o valor da dedicação ao estudo;

Aos meus familiares, pelas possibilidades de amparo e alegria nos momentos quase intoleráveis de solidão;

Aos amigos sem os quais muitas idéias, desejos, alegrias não seriam possíveis: Ana Cláudia G. Barreto (Kates) pela paciência, pela confiança e apóio, pelas discussões acaloradas, predicados que recebemos somente de uma verdadeira irmã; Lú Calimam e Sabrina, pelo verdadeiro *Lar* que construíram em Vila – sei que ele também foi um pouquinho meu; às meninas de Vitória, Vanessa Scheideg e Ana Paula Lopes, visitantes tão ansiosamente esperadas; certeza de um retorno acolhedor (Vá e Ana, as coisas são bem mais simples com vocês ao lado, obrigada!!!); Wander Rossi, pelo reencontro e pela maturidade quase maternal; Ingrid Jann, pela postura imparcial frente à turbulência e pela força por ocasião da defesa;

Ao pessoal – meninos e moças – do Mestrado, pela criatividade, solidariedade e pela compreensão carinhosa. Todas as mensagens do *e-groups* foram lidas, sempre acompanhadas de muitos rs..... ;

A esta cidade tão estranha e perversamente maravilhosa, por ter mostrado com sinceridade escancarada as lições de beleza e crueldade que a *Vida* pode oferecer. Engraçado ser recebida e abraçada por um Cristo carioca empunhado uma flor e uma metralhadora nas mãos;

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro sem o qual não seria possível minha permanência no Rio de Janeiro;

A Borges, simplesmente;

Por fim, e principalmente, à Júlio Valentim – também melhor amigo e companheiro (!!!) – pela tranquilidade intranquila, pela segurança insegura de uma vida além da teoria.

RESUMO

FORNAZIER, Mônica Lorencetti. As Reterritorializações do Espaço e seus Atravessamentos no Universo do Trabalho e da Saúde. Orientador: William Waissmann. Rio de Janeiro: Fiocruz/CESTH; CNPQ, 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública).

Parece claro que uma série de mudanças, reais e virtuais, tem atravessado o universo temático e prático dos campos *Trabalho e Saúde do Trabalhador*. É neste sentido que efetivamos uma revisão de uma parte da literatura relativa às abordagens contemporâneas de teor filosófico sobre as mudanças trazidas pela chamada pós-modernidade, destacando, em particular, as novas concepções acerca do processo de acumulação capitalista e suas implicações tanto para o “universo” do trabalho – no seu atual teor *imaterial* – quanto para alguns aspectos da saúde, das relações sociais e da produção de subjetividade, aí incluídos a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle e os aspectos peculiares da comunicação e informação nesta passagem embutida, apontando ainda para inelutáveis descolamentos no espaço e no tempo.

ABSTRACT

FORNAZIER, Mônica Lorencetti. **As Reterritorializações do Espaço e seus Atravessamentos no Universo do Trabalho e da Saúde.** Orientador: William Waissmann. Rio de Janeiro: Fiocruz/CESTH; CNPQ, 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública).

It seems clear that a changes series, real and virtual, has crossed the thematic and practical universe of the field *Work and of the Worker Health*. It is in this sense that we realize a revision of a part of literature relative to the contemporary approaches with philosophical content about the changes brought by the call post-modernity, highlighting, in particular, the new conceptions concerning to the process of capitalist accumulation and her implications so much for the work "universe" – in your current *immaterial* content – as for some aspects of the health, social relations and production of subjectivity, there included the shift from the disciplinary society to the society of control and the communication and information peculiar aspects in this built-in shift, pointing still at ineluctable unstickments in the space and in time.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I Discursos e Práticas nos primeiros Escritos de Foucault: a Trajetória das Arqueologias.....	15
CAPÍTULO II A Genealogia Clássica do Biopoder: A Sociedade Disciplinar, seus Espaços Estriados e o Trabalho Industrial	
1. Rápido Preâmbulo.....	37
2. Disciplina.....	41
3. Biopoder.....	45
4. Espaço enquanto Possibilidade de Disciplinarização dos corpos – Taylor e o Trabalho da Grande Industria Moderna.....	49
5. A Tríade Disciplinar: Hierarquia, Norma e Exame.....	55
6. Os Espaços Funcionais Modernos – Bentham e Le Corbusier.....	66
CAPÍTULO III Biopoder e Gestão dos Riscos: A Nova (I) materialidade do Trabalho Vivo no Espaço e no Tempo Liso Pós-Industrial	
1. A Sociedade Mundial de Controle.....	76
2. Espaço e o Tempo Lisos da Informação.....	90
3. O Trabalho Imaterial.....	100
3.1 Consumo: Turistas e Vagabundos.....	109
3.2 Distribuição: Circulação e Diferenciação.	122
4 . Biopoder: Controle e Gestão dos Riscos à Saúde.....	130
CAPÍTULO IV – Considerações Finais.....	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157

INTRODUÇÃO

Por vezes é surpreendente pensar na quantidade inacreditável (o tanto) de solidão necessária à continuidade do trajeto que é a vida. Bem ou mal cada um de nós tem os seus (trajeto e solidão). E quando falo de solidão penso não (somente) na minha dor pessoal ou dos queixumes dos amigos que chegam aos ouvidos. Penso no tanto de pesar e de alegria não identitários necessários para que certas palavras e sons tenham sido emitidos, tantas imagens criadas, lampejos por vezes piedosos do que possa vir a ser o homem – como nos percebemos ao longo dos séculos – ou de como possa nos parecer o mundo, bambas representações. O lado “bom” dessa história é que a solidão sempre vem acompanhada daquela alegriazinha sem a qual a vida simplesmente ficaria impossibilitada.

A tentativa de afastar a idéia e a certeza da morte talvez seja o que de mais ambicioso e desesperador persigamos, mesmo que em determinados momentos possamos nos dar conta de que essa vontade de aleijão é da ordem do inatingível. Por isto a impressão certa de transbordamento: às vezes simplesmente não cabemos.

Em se tratando de trabalho de leitura e pesquisa, como é este o caso, a solidão pode, por vezes, estar associada a uma dificuldade de expressão e comunicação e, a alegria... esta advém da certeza, ou talvez somente do desejo, de estar criando barricadas de pensamento, mesmo que frágeis e por vezes errôneas, mas livres, nômades, intempestivas.

Uma experiência da agonia. Dizer é um momento de afirmação, que surge no intervalo de um movimento. Movimento de expulsão, de esconjuro, de exorcismo destas forças da morte das quais falamos. É um momento de luta feroz e surda a que estas forças se entregam contra o sopro de vida. Dizer é um indício de equilíbrio de forças, quando se chega a dizer é porque a barragem que represa o sopro sofreu o primeiro abalo. Dizer consiste numa tentativa de devolver o pensamento à multiplicidade virtual que lhe dá origem, uma certa superfície imanente, intensiva, povoada de singularidades não ligadas, pensamento superficial...por profundidade! Somente desta, forma dizer e pensar podem ser

experiências de vida, mais que de razão. Uma aventura carnal e afetiva, uma questão de sensibilidade – à solidão e à alegria – antes de ser uma operação intelectual.

Muitos dos autores aqui mencionados conseguiram isto. E é também pensando nos “brinquedinhos escangalhados”, despejados das fábricas, que tantos outros, colegas nossos desta linha de pesquisa, também conseguem. Pensar em ambos, respeitar a solidão e a alegria de uns e de outros parece ser motivo e justificativa suficientes para um protesto e para uma introdução tão desengonçada quanto essa.

Eis o que seguirá: dois anos que se passaram entre o prazer da pesquisa, da partilha do novo e a ansiedade e a angústia do compromisso da produção e da “pesquisa-eficácia”, comprometida com prazos e resultados, no que se refere ao Mestrado.

Uma questão que não cessou de ressoar: é o exercício da pesquisa um trabalho? As mudanças que vemos concretizar-se no meio acadêmico, quando nos referimos à pesquisa, são compatíveis com a real mudança de foco nas relações entre Trabalho e Capital? Acredito que sim!

As notícias do “fim do Mestrado” ou da possibilidade de um “Mestrado Profissional”, voltado para a eficácia de seus resultados, instituído no interior de Centros de Excelências, não deixam de ser fantasmas aterrorizantes, ainda mais que se configuram enquanto possibilidades desejadas e justificadas por muitos dentre nós, no meio acadêmico. Recebemos, não sem espanto, novas regras de financiamento das agências de fomento, associadas a prazos cada vez mais curtos e as exigências de produtividade “a qualquer preço”. Vimos unir-se à (nossa) produção, não sem motivos, uma constante sensação de desconforto, um certo esgotamento e uma eterna ansiedade. É que as agências financiadoras, através de suas práticas pseudo-empresariais e calcadas em ideais de qualidade, tentam controlar nossa capacidade de criação. É que, para o pensamento – uma crença ingênua, mas sempre presente, na contramão desta lógica – é necessário um “tempo de ressonâncias”.

A figura da empresa na academia parece mesmo ser, como nos diz Deleuze (1992), o fim de toda pesquisa. É a informação que se apóia na explicação imediata. O que torna a possibilidade da empresa na academia um grande delegado da informação (Caiafa, 2000), o contrário, logo se vê, do que deveria ser buscado: criar sempre foi muito diferente de comunicar, criar é resistir.

Trata-se, portanto, da tentativa de anulação da potência criadora e nômade do pensamento, de nossa disposição para a ação, em nome da busca de qualidade, travestida em excelência e funcionalidade. O imediatismo ditado pelo mercado e a exigência do aspecto “aplicado” para o saber vão contra o processo de criação. Se verificamos este tipo de jogo nas relações políticas e sociais que exprimem nossa contemporaneidade, marcando, num certo ponto, a subjetividade moderna, também na academia verificamos este embate de forças.

Num jogo paradoxal, e ainda difícil de ser percebido, o que não conseguimos entender é que incorremos no risco, como bem nos diz Baudrillard (1996), em se tratando da busca de finalidade, do desaparecimento desta mesma finalidade, que não estaria sendo aniquilada, ao contrário do que se pensa, em proveito do aleatório, do não determinado, do “subjetivo”, como tanto já ouvi pelos corredores da Academia, mas em proveito de uma hiperfuncionalidade, de uma hiperfinalidade: aquilo que é mais funcional que o funcional, mais final que a finalidade: a *hipertrofia*. Como se pretende dar conta da apatia, e dessa malévola hipertrofia, tão contemporâneas a nós, sem respeito à diferença?!

Bem sabemos que há muito vivemos inseridos, como nos alerta Agamben (1999), num *estado de exceção transformado em regra*, um estado de polícia justificado e aceito em função de nossa surpreendente capacidade de transformar a exceção em prática comum, vide a violência. Se vivemos a (quase) inelutabilidade deste *estado de polícia*, que fique claro: que ele fique conjurado ao lado de fora. Há de se criar porosidades para o exercício do pensamento, que deve ser, a todo custo, resguardado, seja lá onde for. Isso inclui arriscar. Inclui a reconquista do direito a “perder tempo”. Isso inclui, sobretudo, o direito a errar.

Nesta medida, gostaria de relatar um episódio de entrega de trabalho / monografia para a conclusão de uma “disciplina” referente a este curso de pós-graduação. Disse meu professor no momento de retorno do trabalho: “você não precisaria ter transcorrido tantas páginas para chegar a este parágrafo final”, “e o que você vai fazer com esta informação/conclusão? Disso nós (pesquisadores) já suspeitávamos!”

O que tenho a dizer, ainda, é simplesmente um retumbante: não sei! O que fazer com tanta informação, o que fazer com minhas “conclusões”? O que gostaria de ter dito, por ocasião deste episódio, e não tive coragem é que, antes de portar-me como um técnico em

Saúde do Trabalhador preocupado com a redenção da consciência operária massacrada pelo trabalho precarizado, sinto-me, sobretudo, como ser humano comprometido eticamente com a vida. Isto vem primeiro! Se isto inclui as questões referentes ao *Trabalho*, ótimo! Não é enquanto especialista que se deseja um posicionamento frente ao estado de coisas que aí está, mas como ser vivente. Este trabalho, antes de estar comprometido com os resultados alcançados, é um ato de paixão: não se trata meramente de pesquisa, trata-se de vida.

A demanda por respostas e produtividade é algo que não mais constrange, como outrora. Agora, que chego ao final deste trabalho – se é que isso é possível!! – vejo que realmente o que buscava e ainda busco é um prazer que há muito as pessoas, encarceradas na obrigatoriedade da eficácia e excelência, não só no meio acadêmico, mas também nos âmbitos mais gerais da *Vida*, têm renegado: o prazer e o medo da descoberta, do novo. No caso desta pesquisa, preferencialmente desvinculada da obrigatoriedade de elaboração de conclusões ou considerações finais, que justifiquem o investimento de vinte e quatro meses das agências fomentadoras de pesquisa. O prazer da digressão, da busca, simplesmente. O prazer que se passa no “entre”, distanciado do acorrentamento engendrado pelo ponto de partida ou o ponto de chegada. Isso é exercício do pensamento? Não sei !!

Se há que se respeitar o requisito da “produtividade acadêmica”, como lutar pelo espaço, tão esquecido, ao mesmo tempo tão fundamentalmente necessário, do deixar-se inquietar pela dúvida, pela incerteza, pelas não respostas? O prazer em elaborar perguntas é o que nos falta. Simplesmente estar atento para responder às questões colocadas não parece ser suficiente para dar conta de um mundo já tão atordoado.

Diante destas prerrogativas, uma vez inseridos numa instituição de saúde, talvez tenhamos esquecidos da tão necessária responsabilidade de cada um por sua própria existência. Na maior parte das vezes as pessoas não são seres desprotegidos, doentes potenciais, necessitados de proteção contra si mesmas e contra suas condições de vida: seus (péssimos!) hábitos alimentares, seus vícios, suas condições (inadequadas!) de moradia, sua (precária!) higiene, suas atitudes (politicamente incorretas!) frente ao ambiente. Pessoas que também não estão, necessariamente, por estes fatores aprisionadas, condenadas, esperando por um *agente de saúde* que, como num conto de fadas, responsabiliza-se pela redenção geral do reino, diga-se, da saúde!, e que, no lugar de uma espada, empunha um

manual de saúde prescrevendo regras de fácil entendimento que, se corretamente seguidas, garantirão vida longa com um “final feliz” antes do ponto final.

Curioso é que, nesta prática de medicalização da vida, nos seus âmbitos mais gerais e ao mesmo tempo mais “íntimos”, engendramos também uma prática de “cuidado de si” calcado em ideais de saúde, de vida saudável que tem se traduzido na própria expressão de existência do homem contemporâneo.

É para este aspecto que apontaremos, neste trabalho, quando especificarmos nossa discussão sobre Saúde e, mais especificamente, sobre a Saúde do Trabalhador.

Da mesma forma, este trabalho não tem respostas para as mazelas que têm acometido os trabalhadores desde que se constatou que alguma coisa se rompeu. Sim, esta é a sensação compartilhada entre muitos, ainda que de forma velada e amedrontada: no mundo do trabalho, algo quebrou.

Se foi instaurada, a partir do final da Época Clássica e despontar da Modernidade, principalmente a partir da brilhante “radiografia” elaborada por Marx (1978) sobre o capitalismo e a sociedade burguesa, uma ontologia do homem trabalhador, ou uma ontologia humana em função de seu trabalho desempenhado, agora lidamos com o cristal quebrado de um homem que busca, tem tentado buscar, se assim o deixarmos, uma nova identidade, uma nova forma de se representar no *Mundo* e na *História*, que não mais pela via do *Trabalho Clássico*. E não é sem pesar que observamos isto. Ainda não sabemos o que colocar em seu lugar!

Desde a Primeira Revolução do Capitalismo Industrial, a história da luta de classes, o antagonismo que sustentou o funcionamento do capitalismo, ainda que às custas de guerras, violência, perdas, são por demais significativos e belos na história recente da humanidade para deixarmos, sem pesar, que descansem. Acredita-se que grande parte do que nos constituímos hoje, não só enquanto cidadãos, parcela muito pequena frente ao que podemos ser, mas fundamentalmente enquanto sujeitos – de desejos, de medos, de buscas, concretizações, ganâncias, de paixões – se atualizou em função da História deste (s) ciclo (s) econômico (s) – o capitalismo – que não cessa (m) (infelizmente) de se reatualizar. É dentro de sua lógica que se viu florescer a crença de uma classe, trabalhadora / operária, num “mundo melhor”, mais justo e igualitário, se viu ainda concretizar a crença ingênua num Humanismo (ainda que tardio) e colher frutos e conquistas, ainda que hoje possamos

duvidar se muitos destes ganhos não tenham vindo misturados, atrelados, a concessões em prol da sobrevivência e superações das “crises” deste mesmo ciclo (veja-se o “*welfare state*”).

O que acreditamos “restar” não são meros capítulos ou parágrafos nas Constituições dos mais diversos países – espalhados por boa parte do mundo ocidental – de direitos e garantias à classe trabalhadora (assustadoramente hoje ameaçados). O que fica é a crença na potencialidade de luta e busca do homem, ainda que andemos esquecidos disto nas últimas décadas deste “longo” - nas palavras de Arrighi (1996) - século que se foi.

Fica, ainda, um aprendizado: a tentativa de construção de um mundo à parte pode nos levar à insanidade da (s) ditadura (s). É num “interior”, num “dentro” que talvez tenhamos que buscar armas e forças para nos posicionarmos frente a esse mesmo mundo. Urge não mais a sua mudança – não vimos mais porque a existência desta “bandeira revolucionária” – mas um posicionamento ético frente ao que ele é. Talvez seja este nosso maior desafio, nosso maior comprometimento! Trata-se de comprometimento com a própria vida. Este trabalho pretende este exercício.

Uma frase que abre o último livro do italiano Antonio Negri (2001): *sabendo portá-la, toda ferramenta é uma arma* (Ani DiFranco) rememora que as forças de resistência devem buscar sensibilizar / mobilizar o engendramento social pelas forças que sustentam o próprio “Império”. Talvez, ainda, tal qual nosso sonhador *Quixote*, estejamos ingenuamente lutando contra moinhos de vento acreditando, numa alucinação utópica, tratem-se de monstros.

Não é com menos pesar que acreditamos na fala de Deleuze (1992) quando nos diz: não há mais classe trabalhadora a ser conscientizada. Se a classe – enquanto potência organizada – se vai e, estranhamente, algumas expressões da organização do trabalho ficam, perversamente imbricadas a formas mais refinadas de exploração dentro de uma nova relação de trabalho, é que alguma coisa anda errada! Algo não vai bem! Não é que se defenda o “Fim do Trabalho” – como apocalipticamente temos visto ser apregoado nas últimas décadas do século passado – é que esse, acreditamos, descasca, deixa a carcaça da relação salarial, material – materialidade esta somente possível graças à clivagem entre tempo de vida e tempo de trabalho – como base de existência (leia-se *valor*) para transmutar-se em *imaterialidade*.

Utilizando a questão da *Espacialidade* enquanto prerrogativa, até mesmo como desculpa, é um passeio sobre estas mudanças a que nos propomos. Quando falamos de espacialidade, não pensamos nas suas concepções *fisicalistas*. É justamente as questões referentes à constituição de um homem imbuído e inserido no seu meio (“social” ou “artificial”, não nos prenderemos a esta discussão) de trocas simbólicas e de (re)produção, em que pensamos. As palavras, ou antes, as noções de *desterritorialidade e reterritorialidade*, vêm justamente dar conta das possibilidades do movimento simultâneo de estabilização e desestabilização que estamos promovendo, no conjunto de nossas vidas e na História, a todo o momento, e aqui, mais especificamente, no âmbito da produção capitalista. Sobre *espaço*, Lévy (1996) nos orienta de maneira interessante. Diz ele que a *Terra Nômade* foi o primeiro espaço antropológico ocupado e produzido pela humanidade, sendo a *Terra* conceituada por ele enquanto o mundo da origem das significações, mundo este irrompido no paleolítico, na linguagem, nos processos técnicos e institucionais, o que prontamente a diferenciaria de um “nicho”. A *Terra* não seria meramente o planeta ocupado, mas o primeiro grande espaço de significação aberto à nossa espécie, ao qual não se pode, contudo, atribuir uma origem, uma vez que contém e supera o começo, o desdobramento e o futuro do mundo humano. Este, na visão do autor, seria seguido por um “segundo” espaço, o *Território*, inventado com a agricultura, a cidade, o Estado, a escrita. Não encobre a *Terra Nômade*, mas sem dúvida que a recobre em parte, na medida mesma em que tenta domesticá-la e sedentarizá-la. Neste “momento”, o centro da existência humana não seria exclusivamente a participação no cosmos, como outrora, mas o vínculo com uma entidade territorial, definida agora por suas fronteiras. Mas a partir do século XVI, ainda segundo Lévy (1996), desenvolve-se um terceiro espaço, por ele denominado *Espaço das mercadorias*, inicialmente esboçado com a inauguração de um mercado mundial (referência às Grandes Navegações), que tem por princípio organizador, indubitavelmente, o *fluxo*: de energias, de matérias-primas, de mercadorias, mão-de-obra, de informações. O autor aponta para um processo de *desterritorialização* percebido na modernidade, que não seria resultado da supressão dos territórios, mas de sua *subversão*, sua subordinação aos fluxos econômicos. Tendemos a compartilhar a idéia de que o espaço das mercadorias não suprime os anteriores, mas supera-os em *velocidade*, donde a riqueza não mais proveria unicamente do domínio das fronteiras, mas também dos controles dos

fluxos, onde reina quase soberana a indústria, no sentido amplo do tratamento da matéria e da informação. Possuir uma identidade e existir neste espaço dos fluxos das mercadorias é participar da produção e das trocas econômicas, ocupar assim uma posição nas redes de fabricação, de negócios e de comunicação. Não é um bom negócio ser desempregado neste espaço das mercadorias, tanto que acrescentamos ao nosso *curriculum vitae*, depois do nome (posição na *Terra*) e do endereço (posição no *Território*), a profissão. Podemos dizer que a ciência experimental moderna – *Ciência Clássica* – é sem dúvida um modo de conhecimento possível e típico deste novo espaço dos fluxos, ciência esta que se vê em concorrência com o contemporâneo surgimento da simulação e da modelização numérica, responsáveis por colocar novamente em discussão as questões habituais da epistemologia, nos permitindo, ainda, vislumbrar as “luzes” de um quarto espaço, pelo autor definido enquanto *espaço dos Saberes*.

É certo que a cada espaço antropológico corresponde um modo específico de produção de conhecimento. As novas questões apontadas dizem respeito especificamente a três aspectos, segundo o autor, inusitados: primeiro, a velocidade estonteante da produção dos saberes; segundo, a quantidade das pessoas convocadas a produzir novos conhecimentos; por fim, o surgimento de novas ferramentas para tanto, aquelas que dizem respeito às *Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e ao Ciberespaço*. Neste quarto espaço antropológico, tendencialmente, o “*savoir-faire*” e a massa de conhecimento, informação e comunicação estão prestes a serem reconhecidos como fonte fundamental de todas as outras riquezas produzidas pelo homem.

É nosso objetivo, nesta dissertação, abordar o tema *Trabalho*, as formas que este vem assumindo, enquanto processo produtivo na sua relação com a saúde, desde a modernidade ocidental, a partir de algumas temáticas apresentadas por autores de nossa atualidade, fundamentalmente pelo pensador francês Michael Foucault e, ainda, pelos autores que fazem parte do que comumente denominamos “*escola francesa pós-estruturalista*”, em particular Gilles Deleuze e Felix Guattari. À luz de algumas noções e conceitos criados por estes autores, pretendemos dissertar sobre algumas possíveis discussões acerca do que se denomina *Disciplina e Controle*.

Estando este trabalho dividido fundamentalmente em quatro capítulos, vejamos como estão distribuídas, ao longo do texto, as concepções espaciais apresentadas a partir da leitura de Lévy (1996).

Num primeiro momento, nos propomos a uma pequena “visita” às pesquisas de cunho arqueológico, realizadas por Foucault, seus primeiros escritos, compreendidos nos anos de 1960. É assim que, no primeiro capítulo, a partir de uma análise sucinta dos objetos de estudo abordados em cada um dos livros daquilo que denominamos estudos arqueológicos, ou *Arqueologia*, sendo eles *A História da Loucura* (1978), *O Nascimento da Clínica* (1980), *As Palavras e as Coisas* (1995) e *A Arqueologia do Saber* (1995) - pretendemos dar conta de fazer entender ao leitor uma certa *postura* por nós adotada na construção deste trabalho no momento mesmo de contato com o material bibliográfico selecionado.

A proposta inicial é entender como, a partir dos trabalhos acima citados, os objetos neles contidos e analisados, e, de forma rápida, a própria “metodologia” utilizada pelo autor para tanto, foi possível para o pensador francês elaborar uma proposta de análise que rompe com a tradição epistemológica, tanto positivista quanto histórica, ao mesmo tempo em que se pretende a uma análise das condições de existência dos saberes sobre o homem: o que estes dizem, como dizem, porque dizem. Este rompimento se deve, em grande parte, à crítica dirigida à idéia de racionalidade, e ao fato de Foucault renegar a noção de *documento*, a historicidade factual nesta noção contida, bem como sua celebração de datas, a busca por precursores, sua prática da continuidade, substituindo esta noção por aquela de *monumento*, que por princípio rejeita todos os tipos de totalizações, de universalização, de pretensas unidades, de busca de origens, assim como de fundamentos e naturalizações. Mostramos como compõe, para tanto, a idéia de um arquivo audiovisual, arquivo este constituído por regimes de enunciações e de visibilidades, que, ao articular as formações discursivas e as não discursivas, viabilizam o entendimento das condições de existência dos saberes sobre o homem nas Épocas Renascentista, Clássica e Moderna. Cabe ainda uma ressalva: o fato da arqueologia valorizar, enquanto monumento, não apenas as produções oriundas da ciência, uma dentre tantas outras formas de saberes, mas também a literatura, pintura, senso comum, etc. Por fim, todos dizem respeito aos saberes produzidos pelo homem, o que lhe é possível enunciar, numa dada época, e em outra não.

Neste primeiro capítulo, a partir da ajuda de autores como Deleuze, fundamentalmente em seu livro *Foucault* (1988), dos autores Rabinow e Dreyfus (1995) e de Roberto Machado (1981), procuramos dar conta de algumas proposições foucaultianas, alguns conceitos tais quais os de *visível e enunciado*, *regime de visibilidade e regime de enunciação*, *análise de discurso*, *episteme*, dentre outros, para entendermos da construção de verdades promovida pelo homem ocidental, num percurso que pretende dar-se no interior de uma descontinuidade e de uma ruptura com o encadeamento histórico proposto pela epistemologia, num primeiro aspecto, e a forma de lidar com os acontecimentos históricos, num segundo. Tentamos fazer entender, assim, não a primazia do discurso sobre o não discursivo, mas o discurso enquanto prática, enquanto constitutivo deste mesmo homem, dos objetos que compõe a sua vida. Isto inclui, obviamente, as questões referentes ao trabalho (enquanto objeto) e a saúde do trabalhador (enquanto prática).

No segundo capítulo, nos propusemos a apresentar um tipo de organização social, baseado em regimes específicos e singulares de espacialidade, temporalidade e relações de produção, um certo diagrama de poder, para utilizar uma expressão foucaultiana e deleuziana, para nós engendrado pela Disciplina. Como pensar a relação entre os processos de produção e seu correlato espacial – falamos ou não, neste momento, de uma economia do espaço? É possível pensar a associação entre uma nascente política anatômica do corpo à funcionalidade da grande indústria Taylorista (no seu modo) / Fordista (na sua distribuição)?

Neste momento, entendemos que a compreensão do esquadramento do espaço, o estriamento do campo social, promovidos pela modernidade nascente e sua conseqüente e operante maximização funcional do corpo humano, nos permitirão entender a questão da *Disciplina*, bem como da disposição e organização urbana enquanto palco privilegiado de expressão do trabalho.

Perpassando esta discussão, tentamos introduzir as análises propostas por Foucault relativas a sua primeira investida genealógica acerca do Biopoder: no seu dizer, uma tecnologia de poder que, desde o século XVII, na sua forma individualizante, *anátomo-política do corpo humano*, passando por uma esfera “pública”, no século XVIII, *biopolítica das populações*, tomam a constituição de um corpo – tanto individual quanto social e coletivo – enquanto principal prerrogativa. Investindo, ainda, na *vida humana*, agora

politicamente reconceitualizada, em grande parte de suas possibilidades de expressão, enquanto referência e objeto, controlando-a e, sobretudo, positivando-a, criando, em contrapartida, *Realidade*¹. Se tivermos que discutir a *Modernidade*, a *Produção* e a *Saúde*, é a partir da perspectiva deste *Biopoder – Grande Tecnologia da Vida do século XX*, nas palavras de Foucault – que o faremos, tanto na sua primeira construção, clássica, como acima aludido, quanto num segundo momento, que a nosso ver corresponderia ao *biocontrole*.

Uma vez que os meios e processos de trabalho, bem como a produção de sujeitos trabalhadores não se adequam mais aos modos de produção disciplinares, e uma vez que estes modos mostram-se insuficientes enquanto referencial de entendimento e análise deste mesmo trabalho e deste mesmo trabalhador, acreditamos ser necessário lançar luz sobre novas formas de concepção e execução dos processos de produção, utilizando para tanto as noções de *Trabalho Imaterial*, ampliando a discussão em torno deste tema. É nesse sentido que tomaremos a espacialidade não mais enquanto uma delimitação espaço-institucional, um estriamento, referência das sociedades ditas disciplinares, mas enquanto uma possibilidade, segundo nos diz Virilio (1993, p.8), de ruptura de continuidade, de diluição², no que diz respeito ao espaço social: urbano, subjetivo e, principalmente, de produção.

Anteriormente condição de possibilidade para as mais diversas formas de organização político-social, o espaço, e agora, a marcante possibilidade de sua supressão, engendrada por mudanças promovidas pelas *Novas tecnologias de Informação*, tal qual nos sugere autores como Paul Virilio e Pierre Lévy, sinalizam para novas formas de organização e disposição do homem. Como dito, não mais trataremos do *Diagrama Disciplinar*, mas do *Diagrama do Controle* (Sociedade Mundial de Controle), apontando para

¹ Realidade, que é também uma economia, uma maquinaria política, corporal, subjetiva, espacial, temporal!

² “A ruptura de continuidade não se dá tanto no espaço de um cadastro ou no limite de um setor urbano, mas principalmente na duração, esta que as tecnologias avançadas e a reorganização industrial não cessam de modificar através de uma série de interrupções (fechamento de empresas, desemprego, trabalho autônomo...) e de ocultações sucessivas e autônomas que organizam e desorganizam o meio urbano ...” .

um processo geral de desterritorialização espacial, no que concerne à organização do trabalho clássico - os fluxos por ele promovidos - e no que ele traz de novo.

Da mesma forma, se no segundo capítulo encontramos a tematização do *Biopoder* vinculada à análise da formação de um poder de medicalização e de normalização da sociedade através de sua disciplinarização (dos corpos) e regulação (das populações), no terceiro capítulo mostraremos que a elaboração acerca do biopoder passa a estar vinculada prioritariamente à análise da *gestão dos riscos* promovido por uma ética do *biocontrole*. Processo que inicia com o desenvolvimento da racionalidade de um governo especificamente político do Estado do século XVIII, chegando à atualidade na forma do *Controle*. Nesse momento a ênfase da pesquisa recai não mais sobre uma tecnologia da disciplina, mas sobre os mecanismos de segurança ³. Autores contemporâneos apontam para o desenvolvimento de um novo *ethos* político, econômico e moral que tem na busca e na garantia do par segurança-liberdade sua característica central. Discutir a questão do Controle e a (tentativa de) antecipação dos riscos enquanto forma de controle do próprio corpo social, e por fim do próprio homem, torna-se de extrema importância, uma vez que necessária à previsibilidade e segurança da vida – no tocante à discussão sobre saúde – também referente à manutenção da lógica do mercado e do capital – no interior da discussão sobre reestruturação produtiva, distribuição e consumo.

Nessa nossa leitura, vinculamos, como dito, biogoverno e gestão dos riscos a Controle. Assim, ambos, agora acoplados a uma nova concepção de *vida a-orgânica*, como proposto por Lazzarato (1988), constituem, a nosso ver, um novo diagrama de poder conforme proposto por Deleuze (1992): se num primeiro instante “disciplinar” a história viu efetuar-se, como já discutido e apresentado por Karl Marx (1978) em *O Capital*, uma subsunção da vida pelo capital, vida orgânica, corpórea, (re) produtiva, agora vemos efetivar-se, no controle, uma subsunção – além daquela – de uma vida a-orgânica: é que o capitalismo não apenas se reatualiza e se alimenta de nossa potencialidade (força)

³ Importante ressaltar que tal deslocamento não implica o término do processo de disciplinarização. Este tipo de tecnologia passou a ser cada vez mais incorporado e articulado à mecanismos de segurança que, ao invés de extingui-la, possibilitou sua intensificação em direção à auto-disciplina efetuada pelo próprio indivíduo.

produtiva, mas também a partir de nossa potencialidade criadora. Alimentamos o capital ao estarmos vivos, criando, reinventando, atualizando a vida.

Em suma, trata-se de discutir como essa experiência do espaço – sempre acoplada à experiência do tempo, é claro – na modernidade e na contemporaneidade, atravessa o universo do trabalho – e do trabalhador – sendo empreendido enquanto mecanismo de produção de Disciplina, assim como o é de Controle. Mais ainda, se trata de entender estas novas experiências de tempo e de espaço intrinsecamente projetadas/produzidas/vivenciadas nos âmbitos do trabalho e dos processos de produção, e como estas têm sido forjadas enquanto mecanismos de controle e/ou libertação para os trabalhadores. Quais os efeitos dessas experiências tanto para a produção das subjetividades, quanto para o engendramento de novas relações de trabalho?

Por fim, em nossas considerações finais, pareceu-nos pertinente uma rápida revisão conceitual acerca dos temas apresentados ao longo da dissertação. A partir desta, nos questionamos essencialmente acerca da “natureza” de uma possível transição envolvendo uma ordem de inscrição dita *disciplinar* para aquela dita *controle*. É neste espaço teórico que buscamos atualizar as discussões acerca do tema *Trabalho* – abrangendo os seus aspectos “materiais” e “imateriais” – nas suas reais e virtuais implicações para o campo da *Saúde do Trabalhador*.

CAPÍTULO I

**Discursos e Práticas nos primeiros Escritos de Foucault: a Trajetória
das Arqueologias**

A boca fragmenta o corpo. O que sobra? Uma estreita constipação, um violento significado que faz do vômito razão. A grotesca colonização da cavidade oral ruma o corpo silenciado e cospe uma bestialidade de sinais. O que sobra? Espasmos...

Critical Art Ensemble

Assim como a figura de Homero e dos gregos trágicos foram responsáveis por agrupar e reunir, através da escrita, as crenças e saberes de uma época – longo período histórico aquele da Epopéia e da Grécia Clássica – também acreditamos na potencialidade em criar “monumentos” de nossos contemporâneos. Vozes polimorfas, em sua maioria conflituosas, responsáveis por despertar nosso fascínio e paixão pela leitura.

Nos propomos a caminhar em ressonância com alguns pensadores da atualidade, em particular, neste capítulo, com o pensador francês Michael Foucault, o que consiste num esforço em compreender a grandeza do conjunto de parte de seus escritos e deles fazer uso na tentativa de sistematização de uma “metodologia” ou antes, uma alternativa para a abordagem dos textos por nós selecionados para a construção desta dissertação de mestrado.

Muito se tem explorado e discutido acerca daquilo que se convencionou denominar “segunda fase” dos escritos de Foucault, os estudos genealógicos do *Poder* e suas relações com os *Saberes* e produção de *Subjetividade* na sociedade moderna, uma justificada alegria suscitada no universo acadêmico. Contudo, vimos despertar, também, um (nosso) grande interesse e fascínio por seus primeiros escritos, que compreendem seus livros *Folie et déraison*, *Histoire de la folie à l’âge classique*, *Naissance de la clinique*, *Lês most et lês*

choses, L'archéologie du savoir, estes que, no seu conjunto, podem ser denominados enquanto “estudos arqueológicos”, ou Arqueologia.

Não entendemos este esforço exploratório como um retorno ao Foucault “ultrapassado” ou uma forma de contradizer o próprio autor que, de público, nos diz, em o *Retorno da Moral* (1984), de sua ruptura entre o estilo anterior a 1975, a arqueologia, e o que lhe segue, a genealogia. Contudo, há de se acreditar que a leitura destes seus textos possa nos suscitar novas questões e oferecer algumas ferramentas para a construção do nosso trabalho.

Não nos propomos aqui a uma análise sistemática das obras supracitadas, seus conteúdos, ou a abordagem e esclarecimento de suas inusitadas propostas teóricas. Antes nos propomos a vislumbrar, ainda que isto se nos apresente como uma tarefa difícil, alguns métodos, ou antes “princípios” apresentados pelo autor para entender os “objetos” por ele mencionados nos seus trabalhos, a saber, a *Loucura*, o *Nascimento da Medicina Moderna* e a configuração – e sobretudo crítica – daquilo por ele considerado *Saberes Modernos*, mais particularmente as *Ciência do Homem*, respectivamente.

Entendendo os mecanismos por ele utilizados para efetuar as suas Arqueologias poderemos esclarecer a forma como faremos uso do material bibliográfico por nós selecionado e estudado na nossa pesquisa, para por fim utilizar, a partir da perspectiva arqueológica, alguns textos e livros – documentos / monumentos – nos “apropriando” de seu conteúdo enunciativo.

Acreditávamos, num primeiro momento, que responder à questão “o que fundamentalmente quer Foucault dizer quando nos afirma que a Arqueologia trata de Análises Discursivas?” – resposta esta que atravessa para uns de forma velada, para outros de forma escancarada, de ponta a ponta seus primeiros trabalhos – seria suficiente para dar conta de nossas “pretensões metodológicas”. Vimos que não. Um olhar retrospectivo nos permite entender que esta não é, definitivamente, a maior contribuição dos escritos arqueológicos. O que fundamentalmente fica, para nós, é o entendimento de que a verdade não supõe um método para ser *descoberta*, mas procedimentos, mecanismos e processos para *querê-la*. Tirando lições de Deleuze (1988), referindo-se a Nietzsche: a verdade não nos esperaria em algum lugar, ela depende sobretudo de nosso desejo de inventá-la. Como

nos sugere o diálogo que *Alice* (Carroll: 1980, p.196) trava com *Humpty-Dumpty* em *Alice Através do Espelho*:

- Quando uso uma palavra - disse Humpty-Dumpty em tom escarinho – ela significa exatamente *aquilo que eu quero que ela signifique... nem mais nem menos.*
- *A questão – ponderou Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes...*
- *A questão – replicou Humpty-Dumpty – é saber quem é que manda. É só isso.*

Cabe-nos simplesmente entender que a partir de lugares de produção de sentido (entre a singularidade enunciativa e o “mando” histórico, por isso *a priori histórico*), novas modalidades discursivas e conceituais atravessam o domínio cultural. Para nós, essa produção de sentido é possível através do *arquivo audiovisual* proposto por Foucault nas suas arqueologias, arquivo este que diz respeito aos próprios saberes, correlatos a cada formação histórica. Isso é o que fundamentalmente pretendemos esclarecer.

Se nos referimos à Arqueologia no plural é por que, embora possamos identificar uma unidade nas análises dos três primeiros livros, a saber, a análise de discursos – *nas análises arqueológicas trata-se sempre de análises de discursos (...) mas a novidade está justamente na maneira como os discursos são tematizados* (Machado, 1981) – podemos afirmar que a maneira como Foucault se debruça sobre cada objeto em cada um de seus livros mantém sua alteridade, assim, sua diferença. Se a arqueologia pode ser considerada um método, caracteriza-se, justamente, pela *variação constante de seus princípios, pela permanente redefinição de seus objetos, pela mudança no sistema de argumentação que a legitima ou a justifica* (Machado: 1981, p. 57).

Assim, em *A História da Loucura* (Foucault, 1978), tese sua de doutoramento, datada de 1961, Foucault confere destaque à percepção que se tem do louco com relação ao conhecimento acerca da loucura. Não é num nível da teoria da loucura – jurídica, médica, psiquiátrica – que se situa a relação histórica entre razão e loucura: é na relação direta com o louco na exclusão institucional e nos critérios sociais que a possibilitam (Machado, 1981). As pesquisas realizadas por Foucault apontam como mais relevantes para esclarecer o problema estudado as práticas institucionais do internamento, ainda e neste momento, o

saber que o acompanha, bem como as transformações econômicas que a ele se articulam, mais ainda que as teorias médicas sobre a loucura. Foucault nos sugere que, no século XVII, uma nova forma de discurso e uma forma outra de instituição social – *sensibilidade social* segundo Rabinow & Dreyfus (1995) – emergiu. Aqui Foucault nos sugere, portanto, sua primeira arqueologia: uma *Arqueologia da Percepção*.

O livro *O Nascimento da Clínica* (Foucault, 1980), escrito dois anos após *A História da Loucura*, em 1963 portanto, dá continuidade às análises por aquele livro iniciadas, situando-se, contudo, numa perspectiva bem diferente. Seu objetivo não é a loucura ou a doença mental, mas a própria *doença*. Tenta mostrar a ruptura existente entre a medicina moderna, de que o início do século XIX assinala o aparecimento, denominada por Foucault enquanto uma *anátomo-clínica* e a medicina clássica, ruptura esta fundamentalmente marcada pela passagem de um espaço de configuração da doença – considerada, na época clássica, como espécie nosográfica – para um espaço de localização da doença, o espaço corpóreo individual. Como caracterizar este momento fundamental da história da prática e do conhecimento médicos? Como analisar, em **suas** propriedades básicas, essa mutação? Para dar conta dessa transformação, a arqueologia, neste momento, privilegia não os novos temas ou teorias propostos pela medicina, suas construções formais, mas a elaboração da linguagem a partir de sua articulação com o domínio de objeto da medicina. Produz-se não uma redefinição conceitual mais perfeita da linguagem médica através da expulsão do metafórico e do qualitativo (talvez isto a epistemologia tenha tentado mostrar), mas a emergência de uma nova linguagem. O que se transformou, portanto, foi o modo de existência do discurso médico, no sentido em que este não se refere mais às mesmas coisas, nem utiliza a mesma linguagem (Machado, 1981). A ruptura que inaugura a medicina moderna é o deslocamento de um espaço ideal – *locus da doença* – para um espaço real, corporal, e a consequente transformação da linguagem a que a percepção desse espaço está ligada.

Foucault “serve-se” dos próprios conceitos produzidos pelo conhecimento médico, suas transformações – priorizando assim seu discurso – e dos critérios que cada época define como verdadeiros e que são explicados através da análise da correlação entre **olhar e linguagem** (Machado, 1981). Em suma, é a oposição entre o olhar por ele considerado *olhar de superfície* – aquele da época clássica – que se limita à visibilidade dos sintomas, e

um *olhar de profundidade* – contemporâneo a nós – que transforma o invisível em visível pela investigação do organismo doente, característica de uma descontinuidade. Mudança das próprias formas de visibilidade: *este livro trata do espaço, da linguagem e da morte; trata do olhar* (Foucault, 1980: 200). Podemos assim dizer que Foucault realizou, em *O Nascimento da Clínica*, uma **Arqueologia do Olhar**. Embora tenha posteriormente renegado esta terminologia enquanto subtítulo de *O Nascimento da Clínica*, no momento de sua formulação conceitual e teórica trata-se de tal, na medida em que, como nos diz Deleuze (1988, p. 67):

cada formação médica histórica (modula) uma luz (...), (constituindo) um espaço de visibilidade da doença, fazendo reverberarem os sintomas, quer como a clínica, desdobrando capas em duas dimensões, quer como a anatomia patológica, redobrando-as segundo uma terceira dimensão que devolve ao olho a profundidade e ao mal um volume, autópsia do vivo.

Terminado *A História da Loucura* e as arqueologias dos discursos e das práticas médicas, Foucault tinha um certo número de opções metodológicas e possíveis domínios de estudo. Opta por restringir o método arqueológico a uma tentativa de descobrir as regras que dirigem o discurso, no lugar de buscar um código que englobasse e sustentasse o total do domínio do social, do político, do institucional, inclusive das práticas discursivas, “encontrando”, contudo, este “código” posteriormente, em seus estudos genealógicos do poder. Desta maneira, Foucault esforça-se em reter os aspectos formais de sua pesquisa (...) isto é, deixou de lado seu interesse pelas instituições sociais e se concentrou, quase exclusivamente, no discurso, sua autonomia e suas transformações descontínuas (Rabinow & Dreyfus: 1995, p.p. 18-19):

*assim, restringe mais agudamente seu método à análise do discurso, ampliando, contudo, seu domínio de investigação para dar conta das configurações dos saberes e das principais ciências dos homens, tema de *As Palavras e as Coisas*.*

Talvez o livro mais instigante e ambicioso da fase arqueológica, *As Palavras e as Coisas* (1995 a), escrito em 1966, tem por objetivo final, segundo Machado (1981, p.123), *realizar uma arqueologia das ciências humanas (...) não em uma análise isolada (...) mas*

como produto de uma inter-relação de saberes, ou ainda, estudar os saberes relevantes para o estabelecimento do modo de existência das ciências humanas na modernidade. Trata-se, em sua singularidade, de interrogar as condições dentro das quais se tornou possível às maneiras renascentista, clássica e moderna de pensar; de interrogar o solo a partir do qual determinadas coisas podem ser ditas, certos discursos podem aflorar, como é possível a determinadas formações discursivas receberem o estatuto de verdade – a isso corresponde sua noção de “positividade” –, e outros não.

Trata-se, portanto, de identificar a forma como nos situamos em uma dada região, região esta que como um húmus alimentaria o modo de pensar de uma cultura numa determinada época. Para tanto descreve *epistemes*, ou melhor, ocupa-se em criá-las.

Por episteme entendemos a ordem específica do saber; *é a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época e que lhe confere uma positividade enquanto saber (...) é a condição de possibilidade dos saberes de determinada época* (Machado: 1981, p.150). São confluências de acontecimentos arqueológicos.

Três *epistemes* são apontadas por Foucault, aquelas referentes à Renascença, à Época Clássica (séculos XVII-XVIII) e à Época Moderna (séculos XIX-XX) – à qual, segundo Foucault, ainda pertencemos –, efetuando-se um corte mais radical entre estas duas últimas, uma vez que separam duas maneiras, bem distintas, de pensar. É na efetuação desta descontinuidade, melhor, desta mutação, que nos oferece sua análise dos tipos de questões, de saberes, suas formas e configurações, que perdem seu solo epistêmico em determinadas épocas e que outras maneiras de pensar tomam seu lugar: descontinuidades de enunciados. Trata-se, portanto, neste livro, da constituição de uma *Arqueologia dos Saberes*.

Em suma, Foucault tenta estabelecer princípios históricos de organização dos discursos. Em *A História da Loucura*, pelo julgamento da percepção e do conhecimento da loucura a partir da experiência originária tomada como norma; em *O Nascimento da Clínica* pelo balizamento de uma ruptura arqueológica entre dois tipos históricos de medicina a partir da análise do olhar loquaz considerado como dimensão de profundidade do conhecimento – nos dois casos, o discurso movendo-se livremente numa configuração total; em *As Palavras e as Coisas* pelo estabelecimento de uma ordem interna constitutiva dos saberes em sua positividade a partir da episteme concebida como critério de avaliação (Machado, 1981).

Identificamos, como já citado, uma homogeneidade entre as pesquisas de cunho Arqueológico de Foucault, quando consideradas em suas linhas: uma única e extensa pesquisa centrada na questão do homem no saber das três épocas por ele delimitadas, tendo como base, ou ponto de partida, as análises dos grandes discursos produzidos pela história. Uma análise “epistêmica” que, fazendo um recorte temporal que vai do século XVI ao XX, procura destruir o mito do saber sobre o homem em outras épocas que não a moderna, demonstrando o papel que ocupa este mesmo homem nestes saberes, através dos estudos dos nascimentos do humanismo terapêutico psiquiátrico, da clínica como conhecimento do corpo doente individual, das ciências empíricas e seus respectivos objetos – *Trabalho, Vida e Linguagem* – e da filosofia que institui o homem como ser empírico e ser transcendental e, finalmente, das ciências humanas que o representam como interioridade psicológica ou exterioridade social (Machado, 1981). É exatamente neste fluxo de *Acontecimentos*, num contexto da *Modernidade*, e nos saberes nela e sobre ela formulados – por isto datados – que desenvolveremos nossa discussão acerca do objeto *Trabalho*, inserido, mais especificamente, no contexto dos processos de produção viabilizados por cada época, ou formação histórica.

Sobre as arqueologias, Deleuze (1988) nos dá uma dica: *um novo arquivista foi nomeado na cidade*. Novo, uma vez que podemos afirmar que a arqueologia não se confunde com a epistemologia, embora utilize alguns de seus termos ou relacione, algumas vezes e ainda confusamente, em *O Nascimento da Clínica*, seu trabalho à epistemologia. Não faz história das ciências, nem das idéias ou das racionalidades. Não faz propriamente ciência, embora se interesse por ela enquanto saber:

a arqueologia reivindica sua independência com relação a qualquer ciência, pretende ser uma crítica da própria idéia de racionalidade (...) a história arqueológica, que estabelece inter-relações conceituais ao nível do saber, nem privilegia a questão normativa da verdade nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual (Machado: 1981, p.11).

Assim, a arqueologia distancia-se radicalmente da história que conhecemos na cultura ocidental:

em primeiro lugar, precisamos lembrar que Foucault é tributário de uma herança teórica que, desde as primeiras décadas deste século – lê-se séc XX – vem contestando um certo tipo de história, no que concerne à história das ciências. Ele deve muito a Bachelard, a Cavallés, a Canguilhem (...) sua história não traça linearidades, não se contenta com grandes causalidades, não se ocupa com isso que tanto fascina o historiador: os fatos (Ternes: 1995, p.5).

Não aprofundaremos esta discussão. Não é nosso propósito apresentar ou discutir as singularidades que demarcam as diferenças existente entre os modos de pensar da epistemologia e da arqueologia.

Se Deleuze anuncia um novo arquivista, *é porque fundamentalmente a arqueologia não vai tratar daquilo que era, de mil maneiras, a preocupação dos arquivistas anteriores: as proposições e as frases, mas trata de enunciados* (Deleuze: 1988, p.13). Para Deleuze, falar da ordem do discurso é falar da produção de enunciados.

Tratemos portando de expor a idéia da existência de uma ordem do enunciado contida nas formações discursiva relativas a cada época, em cada formação histórica. Foucault, como dito, nos seus primeiros escritos, trata de realizar um arquivo audiovisual. Segundo Deleuze (1988), Foucault deixa-se fascinar tanto pelo que via quanto pelo que ouvia ou lia (...) alegra-se em enunciar, e em descobrir os enunciados dos outros, somente porque ele também tem uma paixão de ver – o que o define é, acima de tudo, a voz, mas também os olhos.

Nas regras de formação de discursos por ele elaboradas, confere destaque ao que se denomina *enunciados e visibilidades*: condições formais que caracterizam o saber como “matérias formadas”, substância, *Máquina Concreta* É aqui que cabe a elucidação do último livro por nós citado: *A Arqueologia do Saber* (Foucault, 1995). Neste livro, Foucault não faz mais uma pesquisa histórico-arqueológica, como nas publicações precedentes:

... embora não pretenda construir, num sentido rigoroso, uma teoria ou uma metodologia da história arqueológica, (este livro) tem por objetivo principal pensar a démarche contida e, por vezes pensada, no trabalho de pesquisa dos livros anteriores (...) procurando precisar melhor suas categorias de análise (Machado: 1981, p.159).

A *Arqueologia do Saber* (Foucault, 1975) define os objetos das arqueologias: *o discurso, o enunciado, o saber*.

Segundo Deleuze (1988), neste livro de 1969, Foucault tirará as conclusões metodológicas dos seus trabalhos anteriores, fazendo ainda a teoria geral dos dois elementos que permitem o entendimento das formações históricas propostas pelo autor – o que em Deleuze receberá o nome de *estratos* – que são o enunciável e o visível, ou ainda as formações discursivas e as não-discursivas, as formas de expressão e as formas de conteúdo, correlativas a cada época. Segundo Pelbart (1989), o saber é a combinação desses dois estratos disjuntivos (do ver e do falar) e a tarefa do arqueólogo foucaultiano será fazer um arquivo audiovisual desses estratos enquanto formação histórica

A arqueologia interroga as condições de existência dos discursos, entendendo-os enquanto práticas que obedecem a quatro regras, sendo elas, regras de formação dos objetos (do discurso), dos modos de enunciação, dos conceitos, e dos temas e teorias. Analisar as regras de formação dos discursos é estabelecer o tipo de positividade que os caracteriza, sendo esta positividade referente ao saber, como anteriormente mencionado, e não especificamente à ciência. Quando a arqueologia descreve uma “formação discursiva”, determinando em seus quatro níveis suas regras de formação, o que está sendo definido, em suma, é um saber.

A partir da análise destas quatro condições de existência do discurso, Foucault (1995, pp. 45-52) pode nos dizer que o discurso não possui princípio de unidade, o que o caracterizaria como pura dispersão, é preciso analisá-lo como dispersão, uma vez que a dita unidade de um discurso, como uma ciência, por exemplo - unidade esta procurada ao nível do objeto, do tipo de enunciação, dos conceitos básicos e dos temas - é na realidade uma dispersão de elementos.

Assim, podemos afirmar que a análise dos discursos é uma descrição de dispersão, buscando esta descrição estabelecer regularidades que funcionam como “lei da dispersão”. Trata-se, pois, de formular regras capazes de reger a formação dos discursos. Regras de formação, portanto, são a condição de existência de um discurso. É o que Foucault faz na *Arqueologia do Saber*.

Na análise proposta por Foucault os discursos, a partir da delimitação de suas regras de formação, se definem como um conjunto de enunciados. Cabe-nos agora uma

conceitualização, nos trabalhos realizados por Foucault nos anos entre 1961 a 1969, de enunciado, tentando mostrar em que sentido a arqueologia, análise das formações discursivas, é uma descrição de enunciados.

O enunciado caracteriza-se enquanto objeto próprio da arqueologia, não se refere apenas às palavras, frases ou proposições, mas à diagonal que os cruza, aos locutores e destinatários variáveis, aos interstícios que ela cria (Pelbart, 1989). O enunciado assim não se confunde com a frase (unidade básica da gramática) ou com a proposição (unidade básica da lógica) – pode haver enunciados que não correspondem à frase alguma, assim como uma proposição pode encerrar vários enunciados (Machado, 1981); ainda:

longe de serem síntese de palavras e coisas, longe de serem composições de frases e de preposições, os enunciados, ao contrário, são anteriores às frases ou às proposições que os supõem implicitamente, são formadores de palavras e de objetos (Deleuze: 1988, p.24).

O enunciado é, portanto, uma função de existência: *ele não é em si uma unidade, mas uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz aparecer com conteúdos concretos, no tempo e no espaço* (Foucault: 1995, p.115). É o que caracteriza o enunciado enquanto referencial. O referencial consiste em um conjunto de domínios que são regras de existência para o objeto que se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas (Foucault, 1995). Esse referencial é a condição de possibilidade do aparecimento, diferenciação e desaparecimento dos objetos, possibilitando que se possa mencioná-los, em determinadas épocas e em outras não. É, em suma, a relação do enunciado com seu correlato: aquilo que enuncia.

Esta seria, para Deleuze (1988, p.24), a primeira característica do enunciado. Enumera mais três: primeiro, o enunciado não existe isoladamente, como podem existir a frase ou uma proposição, exige que haja um domínio a ele associado. É preciso que seja um elemento integrado a um conjunto de enunciados. Só existe enunciado localizado: *não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente, mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles* (Deleuze: 1988, p.130).

Terceiro, o enunciado também é caracterizado enquanto uma existência material, ou melhor, um regime de materialidade. E é justamente por ser passível de repetição que podemos dizer que se caracteriza enquanto tal: *a repetição de um enunciado depende de sua materialidade* (Machado: 1981, p.169). *Uma frase pode ser recomeçada ou reevocada, uma proposição pode ser reatualizada, só o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido.* Mas o que exatamente quer dizer “passível de repetição”? *A materialidade constitutiva do enunciado é de ordem institucional, sua identidade é dependente de sua localização em um campo institucional. A instituição constitui a materialidade do que é dito (...)* (Machado: 1981, p.169). A repetição é a força característica do enunciado. Ele, aqui, se define pela relação específica com uma outra coisa do mesmo nível que ele, uma outra coisa que concerne a ele mesmo, mas não a seu sentido ou seus elementos. Esta outra coisa pode ser um outro enunciado, mas, também, na definição de Deleuze (1988, pp. 78-100), pode constituir-se enquanto um *Lado de Fora*. Os enunciados, sendo parte constitutiva, juntamente aos regimes de visibilidade, dos estratos de saber, atualizam algo. Este “algo” são os diagramas de poder.

Por fim, mas não menos importante, uma última condição constitutiva do enunciado, a relação que mantém com o sujeito. O sujeito do enunciado não é o sujeito da frase, como também não é o seu autor. Ele é uma função vazia onde diferentes sujeitos podem vir tomar posição e, assim, tomar lugar quando formulam o enunciado. É uma posição determinada, um espaço vazio a ser preenchido por indivíduos diferentes.

Deleuze (1988) nos diz que não é necessário ser alguém para produzir um enunciado, e que este não nos remeteria a nenhum *cogito*, ou a um eu que o pronunciasse pela primeira vez. Existem, sim, lugares para o enunciado. A arqueologia não chega a problematizar a existência de um sujeito que o condicionaria, pensaria, derivaria de uma origem. Contudo, diz ser o enunciado uma função anônima: um ser linguagem anônimo (a priori), e singular (histórico) que distribui a seu modo as discursividades (Pelbart, 1989).

Foucault assim coloca em xeque, e pela primeira vez, a questão ou relevância, da autoria, do autor, questão que posteriormente se repetiria com mais veemência em *O que é um Autor*¹: exclui a priori um sujeito de enunciação (Deleuze, 1988).

Assim, não há como dizer que um sujeito retém sentido enquanto atividade constituinte, recolhadora, unificadora. O que ainda nos permitiria pensar a produção de

enunciados e as formações históricas enquanto multiplicidade: *tanto o enunciado quanto a formação histórica escapam tanto ao reino do sujeito quanto ao império da estrutura* (Foucault: 1980, p.261).

Trata-se de fazer recuar o lugar de sujeito de enunciação e criar uma literatura / escrita da enunciação coletiva, tal qual conseguiu Kafka (Deleuze, 1977): a terceira pessoa, é ela que se deve examinar: fala-se, morre-se, vive-se. Conforme nos diz Deleuze (1996), existem sujeitos: são os grãos dançantes nas poeiras do visível, e lugares móveis num murmúrio anônimo...ele nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê, o homem infame, homem comum, o homem qualquer, bruscamente iluminado por um fato corriqueiro, um acontecimento

Um grande zumbido incessante e desordenado do discurso. Assim, Foucault se opõe a três maneiras de se fazer falar o enunciado: pelas pessoas (...) **a personologia linguística, o “eu falo”;** (...) **o estruturalismo linguístico, o “isso” (...);** ou finalmente, **uma experiência originária, uma cumplicidade primeira com o mundo que nos abriria a possibilidade de falar dele, “o mundo diz”, como se as coisas visíveis já murmurassem um sentido que nossa língua só precisaria levantar** (Deleuze: 1988, pp.44-45). Foucault opõe a essas três possibilidades a idéia da existência de um *corpus* determinado e não-infinito de palavras e textos, frases e proposições emitidos numa época e cujas regularidades enunciativas procura destacar.

Podemos então dizer que o enunciado é uma função que possibilita um conjunto de signos (...) se relacionar com um domínio de objetos, receber um sujeito possível, se coordenar com outros enunciáveis e aparecer como um objeto, isto é, como unidade repetível (...) os enunciados estipulam os modos de existência dos discursos (...) o que interessa à arqueologia não são discursos possíveis, ***discursos para os quais se estabelecem princípios de verdade ou de validade a serem realizados; ela estuda os discursos reais, que foram efetivamente pronunciados e que se apresentam como uma materialidade*** (Machado: 1981, p.170).

A partir do estabelecimento destas quatro condições constitutivas do enunciado – *objetos, conceitos, temas/teorias e tipos enunciativos* – sua materialidade, podemos apontar uma característica fundamental nos estudos de Foucault: se apropriar dos discursos não como *documento*, material do historiador, mas sim enquanto *monumento*. A história

pretende trabalhar e elaborar o documento, ela organiza, recorta, distribui, ordena, reparte em níveis, estabelece séries, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais – em Foucault – para a história, essa matéria inerte através do qual ela procura reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que passou e de que apenas permanece o rastro: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações (Foucault, 1980). Discursos considerados monumentos, em sua espessura própria, na materialidade que os caracteriza. A Arqueologia procura determinar as condições de existência do discurso tomado como acontecimento em relação com outros acontecimentos, discursivos ou não: monumento musical (enunciados) e/ou pictórico (visibilidades).

Trabalhamos, então, um outro conceito: o de visibilidade. Tratemos então de esclarecê-lo.

As visibilidades não se confundem com os elementos visuais ou mais geralmente sensíveis, qualidades, coisas, objetos, compostos de objetos. Não identificamos as visibilidades às formas dos objetos, formas reveladas ao contato da luz. São antes formas de luminosidade, criadas pela própria luz, que permitem às coisas e objetos subsistirem como relâmpagos, cintilações, reverberações. *O próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada dessa visibilidade* (Foucault: 1995, pp.40-41).

Isso nos permitiria definir, com exatidão, o que Foucault espera da história: *uma determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época, que ultrapasse os comportamentos e as mentalidades, as idéias, tornando-as possíveis* (Deleuze: 1988, p.58). Considerar o discurso como prática discursiva significa defini-lo como um *conjunto de regras anônimas – a priori –, históricas – singulares –, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica e linguística, as condições de existência da função enunciativa* (Foucault: 1995, p.p.153-154).

Assim, sobre cada época, cada estrato, cada formação histórica é possível determinar o discurso como prática, é possível relacionar uma repartição do visível e do enunciável: maneira de dizer e forma de ver, discursividades e evidências, cada estrato – do saber – é feito de uma combinação dos dois e, de um estrato a outro, há variações de ambas e suas combinações. Como nos diz Deleuze (1997, p.9) essas visões, essas audições, não são um assunto privado, mas formam a figura de uma história e de uma geografia incessantemente

reinventadas. É o delírio que as inventa, como processo que arrasta as palavras de um extremo a outro no universo.

Chegamos a um ponto fundamental, momento em que Foucault afirma que uma época não preexiste aos enunciados que as exprimem, nem às visibilidades que a preenchem. Essa afirmação se nos mostra interessante na medida em que não nos compete avaliar sua validade, sua assertividade: afirmação “verdadeira” ou “falsa”? Antes, interessa-nos as implicações e consequências, nos trabalhos de Foucault, por ela suscitada.

Foucault nos diz, na arqueologia, não haver nada antes do saber, uma vez que este se constitui enquanto um agenciamento prático, um dispositivo de enunciados e de visibilidades:

não há nada sob o saber (...) há apenas práticas, ou positivities, constitutivas do saber: práticas discursivas do enunciado, práticas não discursivas de visibilidade, sendo que estas práticas existem sempre sob os limiares arqueológicas cujas repartições móveis constituem as diferenças históricas (entre estratos) (Deleuze, 1988, p.61).

Sobre os enunciados, Foucault nos diz: é preciso rachar, abrir as palavras, as frases, as proposições para extrair, delas, enunciados. O mesmo acontece com as visibilidades: também é preciso rachar as coisas, quebrá-las:

Abrir as frases, as preposições, abrir as qualidades, as coisas e os objetos: a tarefa da arqueologia é dupla (...) é preciso extrair das palavras e da língua os enunciados a cada formação histórica (...) mas também extrair das coisas e da vista as possibilidades, as evidências próprias de cada estrato (Deleuze: 1988, p.62).

Desde que tenhamos nos lançado e alcançado as “condições extrativas”, os enunciados nos dizem tudo, cada época diz tudo o que pode dizer em função de suas condições de enunciado (...) que tudo seja dito, em cada época, talvez seja esse o maior princípio histórico de Foucault: **atrás da cortina nada há para se ver, mas seria ainda mais importante (...) descrever a cortina (...) pois nada há atrás ou embaixo.**

As condições nunca são mais gerais que o condicionado (por elas), e valem por sua própria singularidade histórica. Por isso as condições não são apodíticas, mas

problemáticas. Sendo condições, elas não variam historicamente, mas *com* a história. O que elas apresentam, com efeito, é a maneira através da qual o problema se coloca em tal formação histórica: que posso eu saber, ou que posso ver e enunciar em tais condições de luz e de linguagem? Que posso fazer, o que posso visar e que resistência opor?

Se Foucault acredita não haver enunciados ocultos – o que corresponderia à prática das ideologias – é porque há locutores e destinatários segundo regimes e condições. Cada época tem a sua maneira de reunir a linguagem, em função de seu *corpus*. O *corpus* torna as visibilidades visíveis ou perceptíveis, assim como torna os enunciados enunciáveis, dizíveis ou legíveis. Podemos assim dizer que cada formação histórica também vê e faz ver tudo o que pode, em função de seus regimes de visibilidade (Deleuze, 1988).

Entre as formas de ver e falar podemos perceber uma constante luta, um atracamento, uma batalha, uma vez que o enunciado tem o seu próprio objeto correlativo, que não é uma proposição a designar um estado de coisas ou um objeto visível, como desejaria a lógica; ao mesmo tempo, o enunciado não é tampouco um sentido mudo, um significado de força que se atualizaria na linguagem, o que, em si, sugere uma não correspondência entre ambos, uma não conformidade ou uma forma comum. É que, conforme nos sugere Pelbart (1993), talvez estejamos por demais acostumados a supor entre a imagem e a legenda uma correspondência, uma adequação, uma redundância, ou uma sobredeterminação: a imagem ilustra a legenda, ou a legenda explica a imagem.

Há aí uma disjunção. Uma relação que, nas palavras de Deleuze (1988), se caracteriza enquanto não-relação. Disjunção entre falar e ver – o que se vê não se aloja mais no que se diz e vice-versa. O arquivo áudio-visual é disjuntivo, o que estabeleceria uma não-relação, como a afirmação: *isto não é um cachimbo*, onde Foucault refere-se a um quadro de Magritte (“Isto é um cachimbo”): uma batalha, dupla captura, o ruído das palavras que conquistaram o visível, o furor das coisas que conquistaram o enunciado. Ainda diz a fórmula cara a Blanchot: “Falar, não é ver”.

Contudo, não há contradição entre as duas espécies de textos, uma vez que as duas formas, de ver e de falar, se inserem uma na outra, se insinuam, como numa batalha: *há nessa não-relação, uma relação, alcançada quando rachamos as palavras, rachamos as coisas, falar e dar a ver ao mesmo tempo* (Foucault: 1995, p.147): e, entretanto, ainda, o

limite próprio que separa cada uma (fala e visão) é também o limite comum que relaciona uma à outra e que teria duas faces assimétricas, fala cega e visão muda.

Segundo Machado (1981), em toda obra de Foucault percebe-se um esforço na tentativa de estabelecer uma relação entre estas instâncias, preocupação, portanto, política, estando esta articulação presente em graus variados, dependendo do assunto a se tratar.

Todo enunciado nos remete a uma relação de forças, nos remete à discussão acerca do poder. Eis aqui um novo eixo, uma nova dimensão constitutiva destes estratos de saberes e que, na obra de Foucault, aparece fora do domínio das formações discursivas. São exteriores a elas. Aqui Foucault vai do arquivo (audiovisual), matéria constitutiva da arqueologia, ao diagrama do poder, matéria constitutiva da genealogia. Inicia aqui os estudos exploratórios da fase genealógica.

Caminhar transversalmente à Arqueologia diz respeito a uma procura de desprender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de qualquer ação possível, tratando o discurso que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos com *Acontecimentos* históricos, portanto, epistêmicos. O que de fato há de singular frente ao que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório? Trata-se de transformar a crítica exercida sob as formas de limitação necessária (!) em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível. É o que nos sugere Foucault em seu texto “*O que são as Luzes?*” (1984): situar-se nas fronteiras, efetuar uma analítica que é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método (Foucault: 2000, p.348).

Em continuidade às suas pesquisas, Foucault fascina-se, alegra-se com a redescoberta, ou recriação, de linhas de fugas para as (possíveis) tiranias do discurso, propondo de forma “teórica”, mas também e fundamentalmente prática – porque uma proposta não restrita ao entendimento, mas porque antes de tudo passa pelo corpo e pelo desejo – ao ranço acadêmico acorrentado, entre as “ideologias” e os “estruturalismos”.

Em sua aula inaugural ao *College de France*, proferida no ano de 1970, que posteriormente viria a ser publicado sob o título *L'ordre du discours* (1971), Foucault nos diz de uma inquietação, diante do que seria o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita: *inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade (...) poderes e perigos que mal se imagina (...) de supor lutas, vitórias,*

ferimentos, dominações, servidão, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades – da existência (Foucault: 1999a, p.80).

Neste sentido, o funcionamento do discurso então comporta dois aspectos contraditórios, mas solidários: sua onipotência e sua fragilidade. Discurso onipotente, uma vez que possuidor de regras auto-reguladoras, regras de funcionamento interno, capazes de indicar os regimes de visibilidades que nos chega. Onipotente ainda porque constitutivo (embora também constituído) de estratos e formações históricas, discurso que pode perigosamente aparecer sob a máscara de verdade – como inclusive tantas vezes vimos aparecer na história da construção do conhecimento humano – podendo dominar o homem com sua normatividade despótica. Também, talvez em função disto, frágil, no sentido que é aquilo que deva ser excluído ou ser calado, reduzido ao silêncio. Discurso normatizador, produtor de verdades tirânicas; discurso enquanto produtor de inquietações, a ser silenciado.

Se à arqueologia são reservadas possíveis críticas, estas dizem respeito a uma suposta restrição à ordem do discurso. A estas críticas Foucault responde: *O discurso não é a vida. Seu tempo não é o de vocês* (Foucault: 1995a, p.275). Foucault pode declarar que nunca escreveu nada a não ser ficção. É que, como vimos, os enunciados se parecem com os sonhos, e tudo muda, como num caleidoscópio. Mas por outro lado, ele também pode dizer que nunca escreveu nada que não fosse real, pois tudo é real no enunciado, e nele toda realidade se manifesta, acrescenta Deleuze (1988).

Na verdade, há em Foucault uma comicidade universal: comicidade das coisas e das palavras. Inventar procedimentos insólitos para tratar as palavras e as coisas, eis o que nos propõe. Tanto é que o título de *As Palavras e as Coisas* é uma grande brincadeira. Palavras e coisas são termos bastante vagos para designar os dois pólos do saber, o título de Foucault é apenas irônico. Nem os enunciados são palavras (significante), nem as visibilidades são estados de coisas (referente) ou significados.

O saber não é a ciência nem outra forma específica de conhecimento, ele não é separado desse ou daquele limiar onde ele é tomado: nem da experiência perceptiva, nem dos valores do imaginário, nem das idéias da época ou dos dados da opinião corrente. Não se afasta dos *perceptos* e dos *afectos*. O saber é a unidade de estrato que se distribui em diferentes limiares, o próprio estrato existindo apenas como “empilhamento” desses

limiaries sob orientações diversas, das quais a ciência é apenas uma. Há apenas práticas e positivities constitutivas do saber: práticas discursivas de enunciados, práticas não-discursivas de visibilidades. Mas essas práticas existem sempre sob os limiaries arqueológicos, cujas repartições móveis constituem as diferenças históricas entre estratos. Nunca houve problema quanto às relações entre o sabido e o vivido, porque o saber impregna e mobiliza todos os limiaries transformando-os em variáveis do estrato enquanto formação histórica.

O que de fato queremos da arqueologia é muito simples: a clareza presente na proposta de se fazer ver tudo que é possível em determinadas épocas, em determinada formação histórica, sem a preocupação ou pretensões da “formalização” ou da “interpretação” – na primeira, destaque para o sobre-dito da frase, a segunda, um não dito a ser descoberto. Queremos a beleza de suas (novas) afirmações com relação às formações discursivas. Foucault proclama a legitimidade de um projeto bem diferente: chegar a essa simples inscrição do que é dito enquanto positividade do ‘dictum’, o enunciado. A arqueologia não tenta contornar as performances verbais para descobrir através dela ou sob sua superfície um elemento oculto, um sentido secreto, que se esconde nelas ou aparece através delas sem dizê-lo. Queremos a beleza de enunciar, de rir, num ir e vir entre os jogos de verdade colocados aos enunciados, tomados, em nossa prática moderna, enquanto axiomas – ainda que junto venha a ciência e sua transitoriedade – enquanto documentos, sejam eles gráficos, tabelas, textos de cunho científico, estatísticas, datas, números, medições registradas, textos literários...

É nosso desafio fazer uso do material bibliográfico selecionado enquanto enunciados possíveis às nossas formações históricas, substituindo o interesse pela oposição verdade/erro pelas proposições de Foucault acerca dos regimes de verdade que regulam a partilha dos enunciados entre verdadeiros e falsos: a verdade é inseparável do processo que a estabelece, lançando luz, trazendo para os regimes de visibilidade as discussões atuais acerca do trabalho. Como sugerido por P. Klee : *não mais representar o visível, mas tornar visível* .

Posição de mando (histórico) e de enunciação. Não existem visibilidades ocultas, mas espetáculos e espectadores, que são variáveis segundo os modos e as condições. Os artistas e os espectadores são somente algumas, dentre outras, das variáveis da visibilidade, que

dependem estreitamente das condições que definem a própria visibilidade enquanto função. Um teatro das visibilidades ou uma escultura dos visíveis, monumentos e não documentos. O a priori das positivities não é somente o sistema de uma dispersão temporal, é ele próprio **um conjunto transformável**.

É nesse sentido que, junto a Pelbart (1993), perguntamos: como recusar a idéia de uma instância determinante, seja ela material ou discursiva, a fim de evitar mal-entendidos e malefícios daí decorrentes, sejam eles políticos, históricos ou subjetivos? Como pensar este entre, alocado no interstício entre a ordem material e a discursiva, sem atrelá-lo numa ordem fundadora? Como se desfazer da idéia de uma infraestrutura e uma superestrutura? Muita coisa aí está em jogo: talvez um bom começo seria a recusa de certos *ismos*, tão *naturalmente* colados a nós, contemporâneos: recusa de um certo estruturalismo, de um certo funcionalismo, certo marxismo, de um certo subjetivismo, daí a perder de vista! Para além destas recusas, importa inventarmos algumas saídas possíveis, aquelas que transitam entre nossos jogos teóricos e nossas aflições práticas.

Se entendermos o enunciado como agenciamento, verificamos com mais facilidade como os agenciamentos de enunciação são sempre indissociáveis de práticas sociais concretas (“exterioridade”, em Deleuze) e das relações de poder (“o lado de fora”). Segundo Caiafa (2000, p.71) este esquema por Deleuze é pensado enquanto um dispositivo responsável por constituir linhas de fraturas que desestabilizam as formalizações (dos estratos de saberes). É nesse sentido que nos é possível pensar que, graças a estas linhas de fratura, algo sempre escapa ao presente. Por isto passamos de um estrato a outro: o monumento incita a ser recriado: reescrever um texto, recontar uma narrativa, ativar um ritornelo musical ou visual, reverberar um filme. Cabe-nos perceber que funções enunciativas e visibilidades outras têm sido engendradas.

Façamos uso de nosso material, várias vozes a serem vistas e ouvidas, de forma arqueológica, inclusive alguns textos “genealógicos” de Foucault, material esse, inelutavelmente, correlativo e situado num contexto definido por forças múltiplas, sejam elas políticas, econômicas, sociais, “técnico-tecnológicas”, ainda que o estabelecimento desta correlação não seja nosso propósito direto.

Não nos cabe, não é nossa proposta, estabelecer os critérios de modificação ou dispositivos para explicar as mutações que envolvem o trabalho, a saúde do trabalhador,

seja na sua formação teórica ou na sua práxis. Mas nos cabe, ao menos, sugerir, roçar, destacar, apontar possíveis respostas. E isso encontraremos nos textos / monumentos por nós selecionados. Acreditamos sim, que o conjunto de material de cunho exploratório-científico que são as próprias concepções acerca do trabalho norteiam as práticas dos mais diversos profissionais envolvidos na área de saúde do trabalhador e que as pesquisas atuais envolvendo estes temas têm sofrido drásticas modificações. É nosso objetivo sobre eles dissertar. O que é possível produzir teoricamente interfere, acreditamos, de forma incisiva sobre o que se pensa ser correto na condução das mais diversas posturas frente à problemática da saúde e adoecimento do trabalhador. As duas instâncias não correm em separado. Estar em contato com novos materiais, novos grupos enunciativos, novos regimes de visibilidade, novas concepções acerca do trabalho, nos possibilitaria uma reavaliação de nossa conduta, o que acreditamos nem sempre ter acontecido.

Tendo dito, podemos então enunciar uma forma de organização espacial e social, com implicações diretas na constituição moderna do trabalho e da produção, por nós designada sociedade disciplinar, responsável por engendrar visibilidades acerca da saúde e da doença, aqui especificamente relacionadas ao processo de produção. E ainda, uma nova configuração do trabalho, talvez ainda não decodificado, não tão especificamente explicitada, correlativo ao que consideramos uma forma de organização “social” que diz respeito ao controle. Como entender o Trabalho, como lidar com a saúde, ou doença do trabalhador a partir destas perspectivas?

CAPÍTULO II

A Genealogia Clássica do Biopoder: A Sociedade Disciplinar, seus Espaços Estriados e o Trabalho Industrial

1- Rápido Preâmbulo

Como acabará isto? É o que todos se perguntam. (...) O Palácio Imperial atraiu os nômades e não sabe mais como desembaraçar-se deles. A tarefa de salvar a Pátria foi confinada a nós, artesãos e comerciantes. Mas somos incapazes disso. Ademais, nós nos gabamos alguma vez de poder cumpri-la? Existe apenas um malentendido, mas nós morreremos por ele!

Kafka

É nosso objetivo dissertar sobre o tema *Trabalho*, as formas que este vem assumindo, enquanto processo produtivo na sua relação com a saúde, desde a conformação da modernidade ocidental, a partir de algumas temáticas apresentadas por autores de nossa atualidade, fundamentalmente pelo pensador francês Michel Foucault e, ainda, pelos autores que fazem parte do que comumente costuma-se denominar “*escola francesa pós-estruturalista*”, em particular Gilles Deleuze e Felix Guattari. À luz de algumas noções e conceitos criados por estes autores, pretendemos dissertar, neste momento do trabalho, sobre algumas possíveis discussões acerca do que os autores denominam *Disciplina* ou *Sociedade Disciplinar*.

Num primeiro momento, nosso objetivo inicial é introduzir o conceito de disciplina, primordialmente conforme nos é apresentado por Foucault no livro que “abre” seu período genealógico: *Vigiar e Punir*, datado de 1977. Na realidade, como veremos, a disciplina diz respeito a uma primeira característica das sociedades ditas disciplinares. Na proposta de Foucault, trata-se de uma nova tecnologia ou mecânica de poder, fomentada de forma mais

contundente principalmente a partir do século XVII – uma *anátomo política do corpo humano* –, que, um século mais tarde, unida a *biopolítica das populações*, vem “fundar”, o que, na visão do autor, constituiria a grande mecânica do poder de nossa modernidade, por ele denominado *Biopoder*.

É assim que, ao falar de disciplina, nos referimos à primeira genealogia do Biopoder, um conjunto de forças dirigido ao corpo e ao comportamento humanos, conjunto este que, em sua organização, coincide com o início da modernidade e as transformações engendradas no “mundo” da produção e do trabalho. Falamos dos primeiros momentos da organização industrial-fábrica e da consolidação do capitalismo moderno. O autor nos sugere que, sem esta nova visão, essa nova mecânica dirigida ao funcionamento do corpo e ao seu controle/normatização/adestramento, perspectiva esta que difere de forma incisiva do poder e funcionamento soberano, não seria possível esta reorganização do aparelho de produção. Buscamos dissertar, então, sobre este novo olhar e novo saber sobre o corpo, responsáveis por produzir, sobremaneira, tanto docilização quanto positividade/realidade sobre o homem moderno e o novo lugar que ocupa no mundo.

No próximo sub-capítulo, que recebe o nome de “Biopoder”, pretendemos apresentar algumas discussões acerca do conceito de biopoder, conforme realizado por Foucault. Para tanto, dissertamos como, a partir do século XVIII, se deu o encontro das séries corpo-organismo – disciplina – instituições e população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado.

Procuramos, inicialmente, estabelecer um diferencial entre aquilo que Foucault denomina *poder soberano* e *poder disciplinar*. E é fundamentalmente a partir do entendimento que uma época e outra têm de vida (e morte) que isto é inicialmente possível, uma vez que o que está diretamente em jogo nesta nova relação de poder é a produção e a reprodução desta mesma vida.

Quando nos referimos ao biopoder, é nosso objetivo falar sobre uma tecnologia polivalente de poder – sugerida pelo autor mais especificamente em seus livros *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber* – que designaria e caracterizaria nossa modernidade, período que tem início - na cronologia proposta por Foucault - no final do século XVIII, perpetuando-se até nossa atualidade. Característica esta que diz respeito, fundamentalmente, a uma transformação do poder, destinado agora a produzir

forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais que barrá-las ou destruí-las. Assim, positivar os corpos, não mais apenas suplicia-los, organizar e controlar as populações, de modo a engendrar indivíduos úteis, na lógica de uma economia nascente.

Trataremos, no subitem intitulado *A Tríade disciplinar: Hierarquia, Norma e Exame*, de buscar descrever como foi possível, a partir desta tríade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos, a distribuição dos sujeitos em um valor de utilidade. É assim que a modernidade engendra uma nova racionalidade, cada vez mais conectada às ciências humanas normativas em formação, ciências estas que têm por objetivo, a partir do estabelecimento da distinção de um padrão de normalidade e “anormalidade”, papel principalmente atribuído à psiquiatria jurídica, instituir normas de conduta que têm por finalidade maior a manutenção da “saúde social” e, por conseguinte, a garantia da saúde da produção capitalista.

No quarto subitem buscamos, a partir das propostas foucaultianas de disciplinarização dos corpos, principalmente a partir do dispositivo da espacialidade – esquadramento e distribuição funcional – uma correlação com as propostas da organização e execução das atividades de trabalho, seus gestos e movimentos, promovidas pela elaboração da *Teoria Administrativa e da Administração Científica*, fundamentalmente por dois engenheiros, teóricos e executores, de meados do século XIX e início do século XX, sendo eles Henri Fayol e Frederic Taylor, respectivamente. Embora ambos sejam igualmente responsáveis por grande parte das mudanças no interior do gerenciamento industrial e da condução dos modos de produção de uma época, adotamos o termo *taylorismo*, em detrimento do *fayolismo*, para designar um possível “paradigma” de funcionamento industrial, ainda que tenhamos claro que os princípios da *Administração Científica* não abarquem, por completo, o funcionamento da grande indústria, em todo o mundo, sendo ainda estes princípios posteriormente ampliados e incorporados pelo modelo de linha de montagem, conforme proposto por Henry Ford.

No início do trabalho, a intenção era fazer com que esta parte da pesquisa assumisse lugar central na discussão deste capítulo, uma vez que concatena - ou objetiva fazê-la - suas principais proposições: a real aplicação da disciplina sobre os corpos (*real* no sentido de

sua utilidade e benefícios para o modo de produção capitalista) e a indústria do final do século XIX e primeira metade do século XX enquanto expressão da tendência de *estriamento social*, que se dá a partir da “institucionalização das instituições” modernas. A proposta de organização funcional da indústria, conforme sugerimos no texto, abre ainda precedentes para a discussão do próximo subitem, momento em que associamos esta organização produtiva com a disposição das cidades modernas.

É assim que, no último sub-capítulo, intitulado *Os Espaços Funcionais Modernos – Bentham e Le Corbusier* objetivamos mostrar, a partir da leitura foucaultiana, como os espaços modernos organizam-se de forma funcional. Para tanto, resgatamos um pouco a “passagem” de um esquema de poder disciplinar referente ao modelo do leprosário e da quarentena, modelo este de exceção, exclusão, distribuído em blocos institucionais fechados, com suas funções essencialmente negativas, para o modelo da física arquitetural proposta por Bentham, física esta agora correlata à “*disciplina mecanismo*”.

Esta funcionalidade seria constituída pela comunhão entre fluxo e controle: abertura das instituições disciplinares e fruição de suas funções para todo corpo social, agora paralelo ao engendramento de uma máquina abstrata de visão hierarquizada e vigilante, inicialmente responsável por imprimir uma conduta qualquer a uma multiplicidade qualquer e, a seguir, responsável por gerenciar a própria vida e seus esquemas de produção, tanto material quanto subjetivo. Temos aí o próprio sentido do *estriamento dos espaços modernos*.

É assim que, lançando mão a figura emblemática do arquiteto e urbanista Le Corbusier, também referendado enquanto uma imagem paradigmática, tentamos buscar a expressão, nas cidades modernas – cidade taylorista-fordista, no dizer de Ascher (1998) –, da comunhão entre este mesmo fluxo, que inclui inclusive um ideal de urbanismo e arquitetura e este controle, resultado da difusão do ideal panóptico proposto por Bentham anteriormente.

2 - A Disciplina

As análises acerca da primeira genealogia foucaultiana sobre o Biopoder, onde se vê conformar os indícios teóricos da constituição da sociedade dita disciplinar, englobam os cursos ministrados no *Collège de France* de 1970 a 1975: *A vontade de saber* (1970-1971); *Teoria e instituições penais* (1971-1972); *A sociedade punitiva* (1972-1973); *O poder Psiquiátrico* (1973-1974), *Os anormais* (1974-1975) e a publicação de *Vigiar e Punir* (1977).

Contudo, tomaremos como fonte de referência para a discussão deste capítulo, primordialmente, as pesquisas contidas em *Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões* (1996) e *História da Sexualidade – Vol. I - A Vontade de Saber* (1977).

O que nos é proposto por Foucault nos trabalhos citados consiste, em suma, numa nova *mecânica*, uma nova *ótica* e uma nova *fisiologia* do exercício do poder no ocidente, que têm início a partir do final *Época Clássica* (EC) e que, contudo, se consolidam na *Modernidade*. E quando falamos de *Época Clássica* e *Época Moderna*, é sobre a cronologia utilizada pelo autor a que nos reportamos. Estas épocas consistem, respectivamente, aos séculos XVI - VXII (EC), donde a modernidade desponta no final deste último, para então se solidificar em nossa atualidade.

Uma das idéias centrais de *Vigiar e Punir* é que as sociedades modernas podem ser definidas como sociedades “disciplinares”. Na analítica contida neste livro, o autor nos apresenta novos dispositivos de poder, irreduzíveis ao *aparelho de Estado*, portanto micropolíticos, que não mais procedem por repressão ou por ideologia, formando assim os conceitos de normalização e disciplina. Se anteriormente Foucault tinha analisado, sobretudo, *formas* ou estrato de saberes, segundo Deleuze (1996, p.130), em *Vigiar e Punir* ele passa às relações de *forças* subjacentes a estas *formas*. Salta para dentro do informe, de um elemento que ele mesmo chama “microfísico”, que, como dito, nada tem de ideológico ou repressivo: como Nietzsche, nas palavras de Deleuze (1988) já havia visto, estes (o

ideológico e o repressivo) não constituem o combate de forças, são apenas a poeira levantada pelo combate.

A partir desta possibilidade analítica, Foucault (1996, p.187) nos diz que nos séculos XVII e XVIII ocorre um fenômeno importante, a invenção de uma nova mecânica de poder, capaz de apresentar procedimentos específicos, novos instrumentos e aparelhos, incompatíveis com o momento anterior, aquele identificado enquanto *poder soberano*.

Correlato à Época Clássica ou à sociedade do tipo feudal, esta organização social precedente pode ser caracterizada, segundo o autor, fundamentalmente pela concentração do exercício do poder na figura do soberano - *rei*. Para efetuar uma distinção entre uma e outra disposição diagramática do poder, Foucault nos oferece uma topologia que não mais assinala um lugar privilegiado como fonte de poder, uma localização pontual, como ocorrido outrora. Deleuze (1988, pp.34-35) nos auxilia:

A disciplina não pode ser identificada com uma instituição, nem com um aparelho, exatamente porque ela é um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todos os tipos de aparelhos e de instituições para reuni-los, prolonga-los, fazê-los convergir, fazer com que se apliquem de um novo modo.

Foucault então nos propõe, a partir de então, uma análise de microrrelações, capazes de destacar o caráter difuso do poder, suas ligações móveis e não localizáveis (Deleuze, 1988, p.104; Foucault, 1996, p. 95), unidas agora a um quadro cada vez mais *físico*: é que, neste momento do seu trabalho, entende que esta inusitada forma de organização social, dita disciplinar, também se utiliza de um investimento político sobre o *corpo*: pensar no funcionamento deste poder do século XVII em diante, passa a exigir, necessariamente, a análise das tecnologias que investem sobre ele. Eis a novidade: uma *anatomia política* que é igualmente uma *mecânica do poder*. Tese desenvolvida sobretudo a partir dos estudos sobre grande encarceramento e as prisões ⁵, o autor nos sugere que o corpo, outrora

⁵ De 1971 a 1973 funciona o GPI, Grupo de Informação Sobre as Prisões, impulsionado por Foucault, e o pesquisador francês Defert.

supliciado, é agora investido por uma tecnologia do poder tendo em vista *seu adestramento, a ampliação de suas aptidões, a extorsão de suas forças, o crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, sua integração em sistemas de controles eficazes e econômicos* (Foucault, 1996, p.131). Foucault refere-se não mais, unicamente, a um corpo *natural*, lançado no espaço e no tempo da vida, mas um corpo *articulável*, em ativação.

Decerto que não há aí, como nos alerta o autor, uma *descoberta* do corpo pelo poder, mas sim a formulação de uma física que assume uma generalização e um detalhamento únicos na história do ocidente. Em primeiro lugar, a constituição e identificação do corpo desviante, do corpo louco e marginal, no interior das instituições disciplinares nascentes. Posteriormente, num movimento de generalização da disciplina por toda sociedade, o que asseguraria a constituição do indivíduo burguês moderno em suas relações com o mundo do trabalho, com sua saúde, com os espaços urbanos e com a família tornada cada vez mais nuclear. Em todo este processo, sobressai a constituição de uma sociedade de medicalização e de normalização, como adiante veremos, como característica central das sociedades modernas.

No âmbito do novo cenário proposto por Foucault, outros saberes, novas práticas, bem como formas de estar no mundo, de se reproduzir ou se relacionar, são engendrados. Contudo, como já dito, na base desta “nova disposição do poder”, como alvo primeiro de seus mecanismos, encontra-se, sobretudo, a produção do corpo individual – controlado, maximizado, vigiado, investido – e posteriormente, o corpo coletivo. *No lugar do corpo do rei, o corpo do indivíduo e da sociedade*. É assim que, neste momento, o Exército, seu funcionamento e lógica, servirão de modelo, ou paradigma, para controle e sujeição do corpo e também do comportamento.

O que essencialmente será explorado neste capítulo, a partir de *Vigiar e Punir* é que a disciplina expressa em técnicas polivalentes de poder, é responsável por produzir funcionalidade, ao mesmo tempo em que subjuga os corpos. Uma destas “técnicas”, a *regulação e o controle dos espaços* – das mais variadas e perversas formas – receberá uma atenção especial.

Podemos então dizer que uma primeira característica das sociedades ditas disciplinares seria a própria disciplina! Uma outra, que será melhor explorada pelo autor em *Vontade de Saber*, diz respeito ao controle e

regulação das populações, tendo como “objetivo”, em última instância, a regulação dos âmbitos mais gerais da *Vida humana*, graças ao novo entendimento que a modernidade tem – e cria! – acerca dos conceitos de Saúde, e da própria Vida.

Anátomo-política do corpo humano e biopolítica das populações, eis dois aspectos que, em conjunto, constituem elementos indispensáveis ao *desenvolvimento do capitalismo* – e de novas relações de produção e trabalho – *que só pode ser garantido às custas desta inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio do ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos* (Foucault:1977, p.132), e constituem aquilo que Foucault denominou a *grande tecnologia do poder*, que tem seu início no século XIX, e se estende à atualidade: o *biopoder*

3- O Biopoder

A crítica à pretensão da busca de verdades universais, à afirmação de uma natureza ou essência dos fatos, das coisas e das idéias, vem sendo postulada já há algum tempo por vários autores da filosofia, da antropologia e de outros tantos saberes que na modernidade se constituíram enquanto históricos. Desta forma, mesmo a noção de vida e de morte, presentes em nosso cotidiano como fenômenos puramente naturais e biológicos, passam a ter uma história e um domínio, onde jogos de saber e poder estão presentes desde sua constituição. É neste sentido que Foucault ao falar da noção de vida em vários momentos de sua obra, irá demarcar as condições de possibilidade de sua emergência e as rupturas e discontinuidades que sua constituição demarca em relação às épocas anteriores.

Segundo a analítica foucaultiana, se o poder que se exerce na soberania é um poder explicitamente violento, armado e que, uma vez aplicado sobre o corpo dos súditos, o fazia sempre através de medidas punitivas, reforçando as manifestações físicas tendo por objetivo maior ritualizar a força do rei, dando demonstrações exacerbadas de seus poderes, nas sociedades ditas disciplinares o poder é sobretudo produtivo, e não essencialmente repressivo. E o que fundamentalmente produz? Nas palavras de Foucault (1996), produz real. Engendra uma nova concepção de *corpo*, a ser analisado – apto a se adequar às instituições modernas e a uma nova forma de produção – produz, ainda, um novo conceito de população, ambos a serem esquadrihados. Mas produz também, e a partir disto, uma nova configuração do sujeito moderno, agora *indivíduo*; produz uma série de *saberes* sobre este mesmo indivíduo, as ciências sociais normativas e por fim, um novo conceito de *Vida*.

É assim que, um dos privilégios do poder soberano, por muito tempo, foi o direito de *causar a morte ou deixar viver*, uma vez que o poder é, neste tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, dos tempos, dos

corpos, culminando com o direito de se apoderar da vida para suprimi-la. Para Foucault (1977, p.128) o poder soberano da época clássica, baseado no direito de vida e de morte, no deixar viver e fazer morrer, só poderia se exercer de forma desequilibrada, sempre do lado da morte, onde era o direito de matar que possuía a essência do direito de vida e de morte. O direito sobre a vida teria se tornado definitivamente possível somente no século XIX onde um poder complementar ao anterior irá penetrá-lo e modificá-lo. O problema da vida no campo do pensamento político começava a tomar corpo constituindo-se como o principal alvo do poder político.

A partir de então, o ocidente vê transformações neste tipo de poder, agora destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais que barrá-las ou destruí-las. Como explicar tais modificações no exercício do poder? Dentre os vários aspectos que Foucault desenvolve, pode-se dizer que o poder soberano ficou inoperante para reger o corpo econômico e político de uma sociedade em vias de explosão demográfica e de industrialização, escapando-lhe muitas coisas, tanto ao nível do detalhe quanto ao nível da massa. Foi para recuperar o detalhe que mais cedo se deu a disciplina, em nível local e no âmbito limitado de instituições como a prisão, escola, o hospital, a oficina e, em seguida, numa segunda acomodação, sobre os fenômenos globais da população. Temos aí, pois, duas séries que não se separam totalmente: corpo-organismo / disciplina-instituições, então, um conjunto orgânico institucional; e a série população-processos biológicos / mecanismos regulamentadores - Estado, então, uma bio-regulamentação pelo Estado. Dois conjuntos que não estão no mesmo nível e que, portanto, podem articular-se um com o outro.

O poder de vida e morte agora aparece transfigurado enquanto direito do corpo social de garantir sua própria vida. Foucault (1977, p.129) nos diz: *foi como gestora da vida e da sobrevivência dos corpos e das raças que tantos regimes puderam travar tantas guerras*. Agora, fundamentalmente, o princípio *poder matar para poder viver*, desloca-se da questão da soberania, jurídica, da regulação da lei, para a questão biológica, de uma população, situando-se ao nível da vida, sua duração / longevidade, da espécie, da raça e, mais uma vez, dos fenômenos maciços da população: sua *proliferação – nascimento e mortalidade* (Foucault: 1977, p131). Em suma, vemos aí se

configurarem práticas político-administrativas de saúde pública, o que englobaria ainda controle da habitação, migração, doenças epidêmicas, etc. Nesta lógica, no começo do século XIX, massas e populações ganham um regime de visibilidade, vêm à luz.

Podemos então dizer que o direito de causar a morte ou deixar viver foi progressivamente subsumido por um poder *de causar a vida ou devolver à morte*, gerando, em consequência, progressiva desqualificação da morte, por fim do adoecimento, sua possível causa imediata, que elevaria as práticas do biopoder, em nossa atualidade, ao seu expoente máximo.

A nova tecnologia passa a se dirigir, portanto - unida ao controle e posituação dos corpos - à *multiplicidade* dos homens como uma *massa global*, afetada por *processos de conjunto* próprios da *vida*. A doença passa a ser analisada como fenômeno da população não mais como a *morte* permanente, que se abate brutalmente sobre a vida, mas como a *morte* que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece.

Foucault (1977, p.130) enfatiza: *agora é sobre a vida e ao longo do seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação...a morte é o que lhe escapa, o mais privado da existência.*

O autor nos alerta para o fato de não mais se tratar de pretender afirmar que o século XIX tenha sido produzido o primeiro contato da vida com a história,

pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete no político...o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (Foucault: 1977, p. 134).

Segundo o autor, esta mudança de relação ainda deve ser buscada no novo modo de relação entre a história e a vida: vida envolta nas relações técnicas de saber e poder, vida situada ao mesmo tempo dentro da história – humana – e fora, enquanto aspecto biológico. Ao classificar espécies numa

base científica, a especificação e o detalhamento dos indivíduos tornam-se mais fáceis. Abre-se então, conforme nos retificam Rabinow e Dreyfus (1995, p.190) todo um novo espaço que permite uma crônica detalhada da vida e sua regulação. As tecnologias políticas, de maneira inédita segundo Foucault, proliferam e passam a investir sobre todo o espaço da existência, das condições de vida de modo geral. A política e adjuntos administrativos encarregam-se do bem-estar do homem e, de chofre, de seus controle.

Foucault então assinala para a relação existente entre o novo conceito administrativo de bem-estar humano e crescimento do biopoder: “*os administradores do Estado expressam seu conceito de bem-estar humano e de intervenção do Estado em termos de questões biológicas, tais como reprodução, doença, trabalho ou dor*”(Rabinow e Dreyfus: 1995 p.154).

Reafirmando esta assertiva foucaultiana, que reconhece a natureza biopolítica do novo paradigma do poder, Negri e Hardt (2001, p.43) nos dizem que o poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade. Nas palavras dos autores, leitores de Foucault, a transcendência do poder é completamente transformada no exercício transcendente da autoridade, tornando-se uma máquina política que governa toda a sociedade, onde a multidão configura-se enquanto uma totalidade ordenada. A partir de então, a burocracia opera o aparelho que combina legalidade e eficiência organizacional, título e exercício do poder, política e polícia. O biopoder se refere a uma situação no qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida, realizando um novo indivíduo pela absorção da sociedade no poder. É assim que, enquanto a administração se desenvolve, a relação entre sociedade e poder, entre multidão e Estado soberano, fica invertida, de modo que agora é o poder e o Estado que produzem a sociedade.

4 - A Tríade Disciplinar: Hierarquia, Norma e Exame

A metamorfose das figuras sociológicas de poder, e neste caso, o deslocamento da dinâmica organizacional do Estado do terreno da hierarquia medieval para o terreno da disciplina moderna, de comando para função, são apontadas e apresentadas por Max Weber, antes mesmo que por Foucault.

Segundo Negri e Hardt (2001, p.106), enquanto a análise de Foucault é vasta em seu aspecto diacrônico, a de Weber é vigorosa em sua profundidade sincrônica. Os autores nos dizem que Weber alega que a abertura da modernidade é definida numa cisão, uma condição criativa envolvendo indivíduos e sociedade contra o processo de reapropriação estatal, sendo, portanto, este período histórico marcado pela tensão de forças e interesses opostos entre ambos. Cada processo de legitimação de uma época é regulamentado por esta tensão. Negri e Hardt (2001, p.107) nos dizem que Weber denuncia a ilusão moderna de que o dualismo antagônico que está na base da modernidade poderia ser subjugado numa síntese unitário abrangendo toda a sociedade e a política, o que incluiria as forças reprodutivas e as forças de produção. Podemos então dizer que o processo se dá da seguinte forma: a “descoberta” revolucionária deste plano de imanência do poder, a reação contra estas forças imanentes e a crise na forma de autoridade, a resolução parcial e temporária desta crise com a formação do Estado Moderno como *lócus* de soberania que transcende e media o plano das forças imanentes.

A este respeito, Foucault (1996) sugere que a modernidade substitui a transcendência tradicional de comando pela transcendência de função ordenadora, só que de maneira pontual, nas suas microrrelações, que já podem ser percebidas enquanto arranjos disciplinares forjadas de forma tímida na idade clássica, mas só consolidadas no despontar da modernidade.

Podemos dizer que a prisão e a vigilância normalizadora encarnam, numa primeira instância, estes arranjos disciplinares, sendo assim emblemáticas a criação e institucionalização da norma, da hierarquia e do exame enquanto formas administrativas de controle das dimensões biológica e coletiva da reprodução da população e do indivíduo.. Mais tarde veremos que este modelo de vigilância e normalização amplia-se para outras instâncias das organizações sócias e instituições modernas, embora possamos afirmar, de forma categórica, que a disciplina seja uma técnica, não uma instituição (ou várias delas). No Livro *Em Defesa da Sociedade* Foucault (1999, p.302) nos diz:

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias da disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.

O sujeito “individualizado” passa a ser um caso a ser conhecido, as minúcias da vida cotidiana e a biografia individual são agora tratadas com grande atenção, havendo desta feita uma mudança no papel da individualização.

Se no regime de soberania a individualidade era colocada nos mais altos níveis, na medida em que quanto mais se exercia o poder, mais se era marcado como individualidade, no regime disciplinar a individualização é descendente, uma vez que através da vigilância, da constante observação, todos os sujeitos a serem controlados são também individualizados. Temos aí o que Foucault denominou *vigilância hierarquizada*, um primeiro aspecto da tríade disciplinar. Consiste na suposição, pelo exercício da disciplina, de um dispositivo capaz de coibir pelo jogo do olhar, podendo estas técnicas – que permitem ver – induzir efeitos de poder, tornando claramente visíveis aqueles sobre quem se aplica. Esta vigilância hierárquica, contínua e funcional, é capaz de tornar o poder disciplinar um sistema integrado, múltiplo, autônomo e anônimo, repousando sobre os indivíduos num sistema

de redes transversais, como diz Foucault (1996, p.158): *fiscais perpetuamente fiscalizados*. Este poder existente na vigilância funciona como uma máquina, distribuindo os indivíduos num campo de observação, contínuo e discreto, uma vez que funciona permanentemente, na sua maioria em silêncio. Jogo ininterrupto de olhares calculados, expressão de uma física do poder que se utiliza linhas, telas, feixes...um *jogo de espaços*, expressão do poder tanto menos corporal na medida em que consegue ser, como diz Foucault, sabiamente físico.

Assim, é possível, a partir de então, distribuir os vivos em um valor de utilidade, através e a partir de mecanismos reguladores e corretivos. Isto é viabilizado, junto à vigilância, pela atuação daquilo que, no decorrer de seus trabalhos, Foucault chama de *norma*, ou ainda, uma distribuição em torno dela, inclusive da lei. Foucault (1993, p.189) fala em seu curso de 1976 no *Collège de France*:

as disciplinas são portadoras de um discurso que não podem ser a do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas.

O biopoder escapa da representação de poder como lei e avança sob sua proteção, uma nova racionalidade cada vez mais conectada às ciências humanas normativas nascentes. Aparecem, na história, o desdobramento das ciências humanas e sociais, assim como a possibilidade de tanto proteger a vida quanto promover o holocausto. A lei funcionaria cada vez mais enquanto poder de normalização e regulação, havendo, correlativamente, uma gradual integração das instituições judiciárias em outros “aparelhos”, como a administração, a medicina, a psiquiatria, pedagogia, psicologia.

Assim, os dispositivos disciplinares produzem o que podemos chamar de penalidade da norma, institucionalizando uma dinâmica de micropenalidades, aquela que toma o sujeito como um objeto a ser vigiado, sancionado, examinando, pequenos tribunais nos edifícios da disciplina, responsável por relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um campo de comparação, a um espaço de diferenciação e a um princípio de regras de conjunto. Temos aqui um princípio de regulamentação, uma distribuição de lugares – que parte do princípio perverso de que todos somos iguais – jogo de forças capaz de excluir aqueles que, por um motivo ou outro, não se adequem aos mais diversos graus de normalidade e à homogeneidade da regra. A *norma* se constitui enquanto o método mais eficaz na tentativa de controlar o que escapa da máquina de captura capitalista, tratando o dissidente, ainda que temporário, enquanto objeto de atenção e individualização. Assim, abandonando sua máscara de neutralidade, a tecnologia disciplinar impõe um padrão de normalização como único aceitável.

Segundo Dreyfus e Rabinow (1995, p.175), o processo que combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza é o que se reconhece enquanto *exame*, técnica capaz de reunir as formas modernas do poder e do saber. O exame é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir...diferenciando e sancionando os indivíduos (Foucault, 1996, p.164), fixando, tanto num sentido ritual quanto científico, as diferenças, indicando assim o aparecimento de uma modalidade de poder em que cada um recebe, como *status*, sua própria individualidade, por sua vez intrinsecamente ligada às suas medidas, aos desvios, às notas que o caracterizam, responsáveis por fazer dele um caso, a partir do aprimoramento das técnicas documentárias. O poder disciplinar se manifesta, com efeito, na estruturação de parâmetros e limites do pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados (Negri e Hardt: 2001, p.142).

Vigilância, normalização, exame. Eis a tríade sugerida por Foucault (1996) para caracterizar as técnicas de poder que, nas sociedades modernas, possibilitam a constituição de diagramas que expõe suas relações de forças ou estratégias específicas. Realizam juntas as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima de força e tempo, de acumulação genética contínua, da melhor composição das aptidões, fabricando sujeitos, individualidade celular, orgânica.

Dentro destas novas possibilidades de conjugação entre lei, política, corpo, população – saberes e poderes – nos aproveitamos de Foucault quando nos propõe uma lista detalhada de relações de forças assumidas a partir do século XVIII, relações que envolvem os sujeitos, seus corpos e subjetividades, tanto quanto suas vidas enquanto espécie. Uma destas relações constituem uma tentativa de *dividir no espaço*: práticas específicas de internamento, de enquadramento, de ordenação, divisão, colocação em série, de regulação.

Autores como Negri e Hardt (2001) ampliam ainda mais esta possibilidade de análise, a ponto de afirmarem que a sociedade disciplinar é uma sociedade-fábrica. Ainda que se utilizem das noções de disciplina de forma diversa daquele conferida por Foucault, no geral referem-se às mesmas práticas e à mesma globalidade das técnicas de poder bem como de sua aplicação, considerando as proposições do pensador francês válidas na medida em que compartilham, junto a ele, que a disciplina dispõem-se por meio de arquiteturas institucionais e que o seu poder está alocado nas formações capilares.

Junto a Negri e Hardt (2001, p.476) entendemos, então, que as práticas e as relações de disciplinarização que se originam no regime fabril chegaram, na modernidade, a cobrir todo o terreno social como mecanismo de produção e de biogoverno, ou seja, como regime de engendramento também social, que assegura, por tanto tempo, o modo que conhecemos de organização do capital. É neste sentido que produção disciplinar e sociedade disciplinar tendem a coincidir completamente.

Avaliamos que entender a correlação entre as técnicas disciplinares, principalmente aquela que diz respeito à distribuição espacial dos corpos, dos indivíduos, das populações, é de grande importância para o entendimento de um ciclo econômico, aquele correlato à grande indústria, principalmente no contexto do ocidente, ainda que este processo não se apresente de forma homogênea e universal. Partiremos do suposto de que um dado ciclo econômico, seu desenvolvimento e suas peculiaridades desempenham um papel direto na distribuição espacial, existindo assim uma coerência entre as necessidades econômicas, a organização social que suscita, suas concepções funcionais, as posições estéticas e os objetos socio-políticos. E é disto que trataremos mais detalhadamente a diante.

5 - Espaço enquanto Possibilidade de Disciplinarização dos Corpos – Taylor e o Trabalho da Grande Industria Moderna

Vimos que a disciplina constitui-se enquanto possibilidade de expressão das técnicas múltiplas e polimorfos de poder dentro da constituição da sociedade moderna, por Foucault denominada *Sociedade Disciplinar*.

Esta sociedade também pode ser entendida enquanto correlata à organização e instauração dos grandes meios institucionais de confinamento, por onde os indivíduos, ao longo de uma vida, passam.

Para melhor esclarecer a questão das instituições enquanto meio de confinamento, ressaltamos mais uma vez que a disciplina corresponde a uma técnica, não a uma dada instituição. Ela funciona de modo a ser maciça e quase totalmente apropriada em certas instituições – casas de detenção, forças armadas – ou usada em fins precisos em outras – escolas, hospitais, fábricas – pode ser empregada por autoridades preexistentes – controle de doenças – ou por parte do aparelho judiciário do Estado – polícia – não sendo, contudo, redutível a nenhuma destas instâncias em particular (Rabinow e Dreyfus: 1995, p.169). As instituições não se restringem à delimitação espacial, mas parece importante perceber a correlação entre a consolidação destes espaços institucionais com a modernidade nascente e a instauração desta nova tecnologia de poder, proposta por Foucault. O que aqui denominamos “estriamento” do corpo social, e a consequente funcionalidade de seus espaços.

Supomos que esse tipo de sociedade engendrou uma forma específica de espacialidade, bem como uma maneira particular do homem com ela se relacionar. A partir dos trabalhos de Foucault observamos ser possível

entender o espaço um pouco além de suas especificações meramente “físicas”, na medida em que se constitui enquanto um dispositivo, específico e decisivo, de disciplinarização, que forja moldagens fixas e distintas - *Estriada* - especificamente sobre os corpos e seu funcionamento, servindo de base para a conformação do indivíduo e das massas – e novos *saberes* sobre eles – e, por fim, para a constituição de uma nova organização política e econômica, o capitalismo moderno. Entendemos o *capitalismo* enquanto função geral de semiotização de um determinado modo de produção, de distribuição e circulação. Conforme sugerido por Guattari e Alliez (1988, p.240), o método do capital será considerado como um processo específico de valorização das mercadorias, dos bens, das atividades e dos serviços, dos corpos, bem como de subjetividades, processo este fundamentado num sistema de indexação e simbolização que se origina de uma sintaxe partícula e que permite supercodificar e controlar a sua gestão.

Partimos então do suposto que o controle dos espaços é um elemento importante da tecnologia disciplinar, do qual, indiscutivelmente, o capitalismo nascente se vale, uma vez que opera através da organização dos indivíduos, possibilitando um *novo regime de visibilidade sobre os corpos* e seu funcionamento, ainda *fixando-os*, o que exigiu inicialmente e de forma categórica, o fechamento específico deste mesmo espaço e a organização de uma grade organizada (Rabinow e Dreyfus: 1995, p. 171). Uma vez estabelecida, esta grade permite assegurar a distribuição dos indivíduos a serem disciplinados e supervisionados. Nesta tecnologia disciplinar, a organização interna do espaço depende do princípio de divisão elementar em unidades regulares, espaços celulares, baseado no princípio de presença e ausências. Foucault (1996, p.147) nos diz: *na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa numa série, e pelo afastamento que os separa dos outros*. E nas palavras de Rabinow e Dreyfus (1995, p.167)

para que a operação seja mais eficiente e produtiva, é necessário definir previamente a natureza dos elementos a serem utilizados, encontrar indivíduos que se adequem à definição proposta, localizá-los no espaço ordenado, encontrar um paralelo na

distribuição de funções dentro da estrutura de espaço onde operam. Conseqüentemente, todos os espaços de uma área demarcada devem ser ordenados, não deveria haver espaço perdido, nem interstício, nem margens livres, nada deveria escapar.

O sucesso do espaço disciplinar depende, significativamente, embora não exclusivamente, da codificação desta organização estrutural. Trata-se, desta feita, de uma nova intervenção sobre os espaços. Do poder soberano, e seus espaços da massa, supostamente despersonalizados, se passa a um poder que vasculha cada centímetro do território, nomeando-o, hierarquizando-o e funcionalizando-o. Todos os indivíduos possuem certas funções e atividades, e para isso preenchem determinados lugares que correspondem a uma pré-determinada localização numa hierarquia que totaliza uma instituição, sendo esta uma maquinaria complexa, mas poderosa, estável e articulada. Dá-se, assim, a partir da distribuição dos corpos em um espaço bem conhecido e esquadrinhado, a tentativa de transformar as multidões - na visão do poder confusas, inúteis ou perigosas - em multiplicidades organizadas. Uma codificação funcional da/na estrutura disciplinar, sendo este o primeiro grande efeito da disciplina.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1996) nos esclarece que interessa ao século XVIII, primeiro, uma **escala de controle infinitesimal sobre o corpo ativo**, o que significa trabalhá-lo detalhadamente, controlando sua **mecânica**: *movimentos, gestos, atitude, rapidez*; segundo, a **economia desta mecânica**: a eficácia dos movimentos, sua organização interna, que se expressam numa coerção ininterrupta sobre suas atividades - aqui se faz patente a importância do esquadrinhamento do espaço, do tempo e dos movimentos; e, por fim, a **disciplina**, método que permite o controle minucioso das operações do corpo, que realiza a sujeição constante de suas forças tornando-o tanto mais obediente quanto mais útil.

O que se tinha, em suma, era uma maquinaria de poder e de política responsável por esquadrinhar, desarticular e, por fim, recompor. Acoplamento entre os termos econômicos de utilidade e os termos políticos de obediência que, segundo Foucault (1996), impõem-se para responder às exigências de uma dada conjuntura: uma inovação fabril-industrial, recrudescência de algumas doenças epidêmicas, invenção do fuzil, dentre outros fatores.

Foucault (1996) compreende que é na consolidação da *eminência do detalhe*, onde vem localizar-se toda a meticulosidade da educação cristã, da pedagogia escolar e militar, bem como dos processos de produção fabril.

A intensificação da minúcia, da regulamentação, a inspeção, o controle das mínimas parcelas da vida – por certo já anteriormente presente - darão uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito (Foucault: 1996, p.130).

No que diz respeito a este esmiuçamento, ao controle infinitesimal, já descrito, sobre o corpo ativo, Foucault (1996) relatou a existência de algumas “técnicas” polivalentes de controle para a efetiva-los deste. Atenção seja dada àquela que diz respeito à **arte da distribuição**, técnica esta que diz respeito à especificação de um local heterogêneo e fechado sobre si, ocorrendo por utilização de cercas e muros, mas também, de forma discreta, contudo insidiosa e eficiente: caso, p.ex., das oficinas. Ao lado das oficinas espalhadas, criam-se também espaços para a indústria, homogêneos e bem delimitados: primeiro a reunião das manufaturas, depois as fábricas (segunda metade do século XVIII). Foucault (1996, p.133) nos diz de um *espaço de produção* parecido com um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada: à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de proveito e neutralizar seus inconvenientes, proteger os materiais e ferramentas e dominar as forças do trabalho. Foucault (1996, pp. 136-152) ainda faz referência ao **espaço analítico**, o **controle das atividades**, a **organização das gêneses**, a **composição das forças**.

Parece que, nas fábricas que aparecem no final do século XVIII, importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los, articulando essa distribuição sobre um aparelho de produção, com suas exigências particulares, específicas. Intercambiam-se: distribuição dos corpos, arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas atividades e seus respectivos “postos”. Processo que leva a singularização dos corpos: a produção se divide, o processo de trabalho se articula segundo suas fases e segundo os indivíduos que as executam, de acordo com suas habilidades (rapidez, vigor, constância).

Foucault dá um exemplo de organização do espaço fabril do final da época clássica. Alguns paralelos com a fábrica da primeira metade do século XX são pertinentes. Ele nos diz, no que tange à organização fabril nascente: trata-se, agora, não apenas de controlar uma população, mas também de unir este controle à quantidade de produtos produzidos por unidade de tempo. Assim, cita o exemplo de uma manufatura no ano de 1791: a fábrica era dividida em séries de oficinas especializadas, separadas pela função - impressores, artesãos, gravadores, tintureiros, em três andares. Os produtos finais eram cuidadosamente estocados no final de cada mesa. Uma supervisão cuidadosa era possível simplesmente por ter um supervisor que andava pela aléia central, por entre as duas filas de mesas. A operação como um todo podia ser detalhadamente vigiada e a produção específica de cada par de trabalhadores podia ser comparada com a de todos os outros.

Vemos aí operar os princípios da observação hierárquica, da sanção normalizadora, bem como do exame, na medida em que os atos de vigiar e ser vigiado são o principal meio pelo qual os indivíduos, a eficiência dos seus corpos, são reunidos no espaço de produção fabril. A vigilância possui, nesse momento, uma função econômica fundamental, ao mesmo tempo em que exerce uma função disciplinar, na medida em que a fraude, a preguiça, sabotagem, a falta de habilidade profissional, doenças, bem como a incompetência, podem ser custosos quando multiplicados na escala crescente do aparelho industrial. O poder, através do aperfeiçoamento da vigilância nas fábricas, torna-se particularmente múltiplo, autônomo e anônimo, na medida em que dissemina a idéia de tudo ver, sem, contudo poder ser precisamente localizado. Segundo Rabinow e Dreyfus (1995, p.174), nos primeiros momentos da indústria, o poder e a eficácia se reuniam num único sistema, o espaço e a produção se combinam pela ótica da vigilância.

Podemos então dizer que a disciplina constitui uma estratégia de poder onde a separação, a coordenação e o controle das tarefas foram impostas e tornaram-se eficazes. O esquadrinhamento analítico do espaço e do tempo, dos gestos, das forças dos corpos, constitui, assim, um esquema operatório que pôde ser transferido dos grupos para os mecanismos de produção.

A leitura de *Vigiar e Punir* suscita, muitas das vezes, a lembrança da concepção da *Administração Científica* proposta por Frederic Taylor (1966, p.61) e Henri Fayol (Sila: 1974, pp.63-225) em suas prescrições de trabalho. Acreditamos ser possível entender a

efetivação da organização do trabalho correlata à grande indústria a partir das análises clássicas das relações de trabalho estabelecidas pelo paradigma construído a partir dos trabalhos de Taylor, tendo como contrapartidas as análises do poder disciplinar efetuadas por Foucault. Uma breve instrução dada por Taylor traduz grande parte desta concepção:

Bem, se você é um operador classificado, deve fazer exatamente o que este homem mandar, de manhã á noite. Quando ele disser para levantar a barra e andar, você se levanta e anda, e quando mandar sentar, você senta e descansa, você procederá assim o dia todo e, mais adiante, sem reclamar. (Taylor, 1966, p.61)

Entendemos ser necessário destacar um aspecto importante para nossa discussão: o acontecimento da proletarização da força de trabalho, somente possível mediante a cisão entre concepção de uma dada tarefa e sua execução, o que tem sido alardeado por vários outros autores, como demonstrado na progressão do texto. Se no modo de produção nascente é necessário, para que haja acúmulo de capital, que o assalariado venda sua força de trabalho, para que o trabalhador fabrique as mercadorias também é indispensável que perca, num dado momento da história, o direito de pré-conceber seu trabalho:

A Grã-Bretanha (...) foi cenário do modelo mais conhecido de conversão do camponês despossuído de sua terra em operário, e da transformação do artesão em assalariado, uma vez que seus conhecimentos específicos foram neutralizados. Esta primeira e segunda expropriação – dos seus modos e meios de produção – dos trabalhadores foi acompanhada pelo êxodo rural para as cidades e sua pauperização. Ambos os processos alimentaram a formação da força de trabalho, que protagonizou a passagem da cooperação simples à manufatura e em seguida à grande indústria (Katz:1995, pp.12-13).

É importante ainda lembrar que esta passagem não deriva automática e naturalmente da relação patrão / assalariado, mas consiste numa longa luta, sempre recriada, entre a apropriação capitalista e a reapropriação operária do domínio sobre o processo de trabalho. Não se trata, portanto, de uma espontânea aceitação, por parte do trabalhador, em converter seu esforço em *input* do processo manufatureiro. Este confisco aparece descrito em *O Capital* (Marx, 1978) como uma das páginas mais sangrentas e opressivas da história, onde

há um levante das fábricas num ambiente de reformatório e cárcere. Esta apropriação passa necessariamente pelo engendramento de uma subjetividade operária – o fazer crer que não há possibilidade de sobrevivência sem os meios e modos de trabalho oferecido pelo capital, o fazer crer que não há outra forma de inserção e identificação do mundo fora da esfera do trabalho –, mas também, e fundamentalmente, pelo controle de gestos e movimentos, pela adequação deste corpo a novas formas de produção, como já descrito.

O controle sobre o processo de trabalho, seu parcelamento – primeiro *no putting out system*, após no *factory system* – parece ter sido alcançado somente quando assegurada a polarização entre proprietários e assalariados. Quando reunidos os trabalhadores em oficinas de trabalhos manuais, começa o prolongado e meticuloso processo de absorção patronal de conhecimento e fixação autoritária de novos padrões de fabricação. Pode-se pensar que esta divisão parcelar do trabalho não correspondeu, apenas, a necessidades técnicas, mas talvez ainda indique a progressão do incremento da vigilância e da disciplina, na qual se forjou o controle patronal.

Pode-se dizer que o caráter específico deste controle aparece nitidamente com o taylorismo, inicialmente nos Estados Unidos da América, nos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX. Alguns autores, como já sugerido acima, entendem que o taylorismo não pode ser interpretado enquanto mera inovação administrativa que tem por objetivo uma melhoria da organização do trabalho, mas converteu-se na essência (mesma) da gerência moderna ao consolidar-se enquanto tendência preponderante do capitalismo no último século e ao apropriar-se do controle do processo de trabalho, adquirindo *status* de “ciência do trabalho” pelo programa de dominação do esforço alheio, com o qual brindou os acumuladores de mais-valia (Katz: 1995, p.15).

Também Seligmann-Silva (1994) destaca, ao analisar a evolução dos processos de trabalho, o aprofundamento progressivo da separação entre concepção e planejamento do trabalho e a sua execução, principalmente em função de formas de gerenciamento cada vez mais especializadas neste processo. Da manufatura à produção mecanizada, aumenta-se o consumo da força de trabalho, em jornadas de trabalho cada vez mais comprimidas, acarretando a intensificação do trabalho humano. Cada unidade de tempo passa a conter mais trabalho. Segundo Fleury e Vargas (1983, p.19), o *primeiro princípio* taylorista, consiste, então, na *interferência e disciplina do conhecimento operário sob comando da*

gerência. Ainda nos dizem que Taylor identifica como raiz dos problemas de controle gerencial o desconhecimento por parte do administrador de como realizar o trabalho, preocupação associada ao controle do ritmo do trabalho e à sua intensificação. A apropriação deste “conhecimento”, deste “como fazer” permite a regulação dos tempos e movimentos, e a cisão, cada vez mais acirrada, entre quem planeja e quem executa, possível graças a uma observação detalhada e minuciosa dos movimentos executados pelo trabalhador – portanto conhecimento do funcionamento do seu corpo – num dado momento, numa dada localidade de produção.

Assim, das contribuições de Taylor para o funcionamento industrial, a mais tangível foi à demonstração da imensa potencialidade da administração para produzir ganhos econômicos através do estabelecimento de práticas e padrões de trabalho (Silva: 1974, p15). Parece ser para o corpo do trabalhador, o conhecimento sobre ele e o estudo minucioso dos seus movimentos, agora submetidos ao cronômetro e a uma localização fixada e vigiada, que estas práticas e padrões se dirigem.

Desta feita, para conferir à força de trabalho o seu máximo de desempenho, os compradores desta força precisam desenvolver *modos* especiais para a sua aplicação/ utilização e, ao mesmo tempo, *modos* de controle que garantam sua maximização e evitem seu desperdício. Da mesma forma que é possível fabricar soldados, também é possível a fabricação de operários. Trata-se de um corpo pronto a ingressar em maquinarias complexas, que o integrará em um tempo produtivo, dado, e o articulará num espaço, em meio a diversos outros corpos na conformação de uma máquina produtiva, tanto potente quanto mais harmônica.

Além da divisão “concepção / execução”, foram implantadas outras formas de divisão do trabalho, que dão origem a atividades laborais cada vez mais segmentadas, que por sua vez possibilitam tanto a intensificação do ritmo de trabalho quanto o aumento do controle exercido sobre o desempenho dos trabalhadores. Uma *arte da minúcia*, portanto, como já citada e revelada por Foucault (1996). Temos aí um outro *princípio* do taylorismo: *planejamento e controle do trabalho*, princípio este que pressupõem a existência de especialistas responsáveis por cada uma das funções produtivas – disciplina, reparação, método, preparação do trabalho, vigilância (Fleury e Vargas: 1983, p.22). Vê-se criada

uma nova estrutura administrativa na fábrica, tendência a ser seguida pelas organizações industriais por um grande período do século XX.

A hierarquização e a divisão das tarefas constituem, desta feita, aspectos essenciais na organização do trabalho fabril, garantindo um máximo de eficácia do processo de produção, um menor custo relativo do trabalho humano para o capitalista e, ao mesmo tempo, uma máxima sujeição possível do assalariado. Estas definições políticas fabris presidem os modos de articulação da administração ao processo de trabalho, onde o gerenciamento e o controle das forças de trabalho assumem os mais diversos estilos, tendo na disciplina uma destas tecnologias privilegiadas no controle das multiplicidades. Desta feita, na leitura de Seligman-Silva (1994), a disciplina se inscreve nos processos de trabalho a partir da forma como é prescrita e controlada a divisão das atividades e daqueles que as executam, dentro dos espaços e dos horários. A institucionalização das disciplinas ocorre por meio de regulamentos e normas internas, de práticas administrativas diversas, inseridas ao longo das linhas hierárquicas, da fixação de procedimentos de serviços detalhados e de regras de comportamento, fundamentalmente. Enquadramento – do trabalhador – realizado a partir de regras, ritmos e ritos impostos a partir da organização científica das atividades laborais.

A marca da industrialização no ocidente, principalmente na Segunda Revolução Industrial, datada dos primeiros anos do século XX (Waissmann, 2000; Waissmann & Castro, 1996) parece corresponder à adequação dos homens a maquinização crescente, a taylorização dos processos de trabalho. O fordismo - ou a esteira de rolagem - aprofunda a seqüência despótica dos ritmos e movimentos implantados por Taylor a partir da produção em série implementada inicialmente na indústria automobilística, em linhas de montagem cujos tempos de corrida, e de execução das tarefas, são impostos gerencialmente. É a implementação dos *tempos impostos* fordistas por sobre os *tempos alocados* tayloristas (Waissmann & Castro, 1996).

Se o taylorismo leva ao limite o caráter mercantil da força de trabalho ao pretender que, em troca do salário o operário se transforme em prolongamento da máquina, o fordismo acrescenta um além a este processo, fazendo com que o trabalhador se constitua, ele também, enquanto um prolongamento da produção, forjando assim a demanda para o consumo de massa.

Cabe aqui especificar o que se entende por “grande indústria”, que seria o desenvolvimento dos modos de produção capitalista que engloba uma *síntese do taylorismo na organização do trabalho, do fordismo na relação de salário e do keynesianismo na regulamentação macroeconômica da sociedade e do Estado de bem-estar social* (Negri e Hardt: 2001, p.263), periodizada entre a primeira revolução industrial e a grande crise do petróleo da década de 1970.

Segundo Lazzarato (1998, pp.86-87) o fordismo realiza a articulação entre disciplina e o controle bio (espaço)-temporal, capaz de levar à maturidade a tríade composta por *corpo - população - espetáculo*, na medida em que, na grande indústria, nos espaços e nos tempos institucionais-sociais-fabris, verificamos uma operação de redução radicalizada do indivíduo a organismo (esquemas sensório-motores), acompanhado de uma articulação e dispersão da “população” em processos de reprodução, por meio da multiplicação das figuras de sujeição do indivíduo (controle e instituição da família, das mulheres, crianças, da saúde...). O *espetáculo* seria responsável por articular e multiplicar o público numa relação cada vez mais estreita entre comunicação e consumo, o que requalificaria o político.

Há, aí, um entrelaçamento entre anatomia e política de controle dos corpos, a constituição de uma *anátomo-política* dos corpos, biopolítica das populações e a massificação do consumo através do espetáculo, uma *institucionalização da disjunção* entre *tempo de trabalho* e *tempo de vida*, promovida pela fábrica e as novas concepções de disposição urbana, possibilitando a oposição entre produtividade no trabalho e não-produtividade da vida “social” e familiar. Há aí, ainda, uma oposição entre tempo de trabalho que produz valor e tempo de vida, que, segundo Lazzarato (1998) e do ponto de vista do poder, produz controle e sujeição.

A época da grande indústria modifica em profundidade as formas de controle e regulação organizada em torno da subjetividade trabalhadora, a forma como esta se colocada numa relação de espacialidade e temporalidade com o mundo.

Entendemos o trabalho fabril, portanto, enquanto uma processualidade que primeiro abstrai e sistematiza o *savoir-faire* dos operários do ofício, redistribuindo-os, logo a seguir, conforme os métodos da “*administração científica do trabalho*”, em amplas coletividades de operários que efetuam apenas um trabalho parcelar e que, por fim, os incorpora nas máquinas que se interpõem entre os trabalhadores que a acionam e os produtos sobre os

quais agem diretamente. Trabalho intensificado, forjado pela decomposição taylorista e recomposição maquínica ou fordista, tendo em vista um aumento acentuado da produtividade, conseqüentemente, neste momento, da mais valia (Alliez et al., 1988).

Embora a indústria nunca tenha sido completamente redutível aos princípios de Taylor e Ford, consideramos a *economia do espaço, o ciclo* do taylorismo-fordismo, enquanto princípios estruturantes da produção industrial em grande parte do século XX, tal foi a forma como estes pensamentos caracterizaram as concepções econômicas compreendidas entre o início do século XX, passando pelas *Duas Guerras*, aos *Trinta Gloriosos Anos* que as seguiram. Temos aqui inicialmente, o *Espaço* regulamentado pelo Estado Keynesiano (nas primeiras décadas do século XX até a crise do petróleo de 1973), principalmente pela regulamentação tanto do Estado de bem-estar social quanto do mercado; o espaço repartido/dividido e reorganizado pelas múltiplas processualidades da produção, uma ênfase no espaço de escoamento e distribuição dos bens consumidos; espaço de organização fabril e das cidades; por fim e primordialmente, a acomodação do trabalhador num espaço institucional de produção.

Podemos dizer que dois processos – acumulação de homens e acumulação de capital – não podem, na industrialização nascente, ser separados, no sentido mesmo que não teria sido possível resolver o problema da acumulação do homem sem o crescimento de um aparelho de produção, capaz ao mesmo tempo de mantê-lo e utilizá-lo. Na mesma proporção, as técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens aceleram o movimento de acumulação de capital. Segundo Foucault (1996, p.194), as mutações tecnológicas do aparelho de produção, a divisão do trabalho, bem como a elaboração das maneiras de proceder disciplinares, mantiveram um conjunto de relações muito próximas. *Cada uma das duas tornou possível e necessária a outra, cada uma serviu de modelo para a outra*, sendo que o ajustamento da acumulação dos homens (valor-trabalho) à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram tornadas possíveis pelo exercício de um biopoder, com suas formas e procedimentos múltiplos.

6- Os Espaços Funcionais Modernos– Bentham e Le Corbusier

Em determinado momento de *Vigiar e Punir*, Foucault (1996, pp.173-184) “passeia” pelo século XVII e pela cidade medieval – Época Clássica – para, com maestria, nos definir idealmente um “primeiro” modelo de poder disciplinar. Passeio que nos leva do exercício da disciplina, o esquema da disciplina exceção, à conformação da sociedade disciplinar, exercício de poder generalizado. Da *disciplina-bloco*, da instituição fechada, estabelecida à margem, voltada para funções negativas, à *disciplina-mecanismo*, um dispositivo funcional, responsável por imprimir uma “melhoria” ao exercício do poder, tornando-o mais leve, rápido e eficaz: do *modelo da Lepra e da Peste* – portanto leprosário e quarentena – à *física benthamiana* do panóptico. É disto que trataremos a seguir.

No que se refere à lepra, temos aí suscitados, segundo Foucault, modelos de exclusão responsáveis, até certo ponto, pelo paradigma do *Grande Fechamento*, garantia de atualização dos grandes esquemas de separações múltiplas, de distribuição individualizada, da organização aprofundada das vigilâncias e controles, da intensificação e ramificação do poder, uma vez que o leproso é visto dentro de uma prática de rejeição e do exílio-cerca, vindo a se perder como uma massa não muito importante a ser diferenciada. Vê-se forjar, assim, o sonho de uma comunidade pura, baseada na rejeição e estigmatização do estranho, sua localização e seu exílio.

No que ele diz respeito ao modelo da peste, Foucault (1996) nos diz de um estado de policiamento e vigilância – espaciais – constantes, que pairam ameaçadores sobre as cidades visitadas pela doença. Decretado um período de quarentena, a inspeção funciona

sobre os vivos com constância, de modo a impedi-los de fluir livremente pela cidade, e também sobre os mortos, uma vez que estes são catalogados, registrados, anotados, numerados: espaço recortado, imóvel, fixado. Cada qual se prende a seu lugar. E caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio e punição. A vigilância vem apoiada num sistema de relatórios e registros permanentes: a relação de cada um com sua doença e sua morte passa pelas instâncias do poder e pelos registros que delas são feitos.

Por trás deste dispositivo, se lê o terror do contágio: contágio pela peste, pelo medo das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem. A disciplina então faz valer seu poder que é a análise. Há aí um funcionamento capilar do poder, a realização de um sonho político. Se a lepra suscitou modelos de exclusão - *o grande fechamento* - a peste suscita modelos disciplinares: a lepra e sua divisão, a peste e seus recortes. Uma é marcada, a outra, analisada e repartida. Sonhos políticos distintos, um exila, o outro, aprisiona. Dizem respeito a duas formas de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações e de desmanchar suas misturas.

Foucault (1996), ao descrever a cidade pestilenta, nos diz da utopia de uma cidade perfeitamente governada, uma vez que administrativamente atravessada pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação; nos diz de uma imobilização do funcionamento desta mesma cidade a partir do poder, que é extensivo e age sobre todos os corpos dos indivíduos. Nos apresenta então a peste enquanto o modelo que define idealmente tanto o poder disciplinar quanto a possibilidade de efetivação de espaços estriados: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento da educação vigiada, os hospitais, os espaços de produção fabris.

É responsabilidade do século XIX ampliar o espaço de exclusão habitado simbolicamente pelo leproso, mas do qual também faziam parte o louco, os mendigos, os marginais, os vagabundos. É característica do processo de conformação de espaços estriados trabalhar com os métodos de repartição analítica do poder, individualizando os excluídos, mas também e paradoxalmente, utilizando processos de individualização para marcar exclusões. Na constituição da modernidade nascente, vigilância e normalização, como vimos anteriormente, andam de braços dados. Efetua-se, a partir de ambas, uma divisão binária e segregativa: louco - não louco, trabalhador - não trabalhador, perigoso -

inofensivo, normal - anormal e uma determinação coercitiva, uma e outra responsáveis pelos processos de “pestitização” do leproso, individualizando-o, bem como de universalização, para todos os âmbitos da sociedade, dos controles disciplinares, num processo que permite marcar *quem* é o “leproso”⁶ e fazer funcionar contra ele o mecanismo dualista da exclusão. Neste aspecto, esta universalização é o *próprio* engendramento dos espaços modernos, estriados e funcionais.

Temos então num primeiro momento o leprosário e a quarentena enquanto dois antigos métodos europeus de controle. Segundo Rabinow e Dreyfus (1995, p.209) a disciplina espacial do modelo de quarentena acrescida da exclusão desenvolvida no leprosário, fornecem uma visão das novas tecnologias de controle do funcionamento social. As formas espaciais resultantes daí incluíam a emergência temporária de leis sobre os movimentos e as propriedades, a diferenciação estrita entre população, os protótipos arquitetônicos e os locais institucionais, de fato construídos e utilizados, onde cada definição legal de espaço e cada modelo arquitetônico oferecia modalidades cada vez mais sofisticadas e complexas de exercício do poder.

A figura emblemática deste estriamento e desta funcionalidade consolida-se no projeto arquitetônico proposto, no século XVII, por Jeremy Bentham (1791): o *panóptico*. Segundo Bauman (1999, p.56) há poucas imagens alegóricas no pensamento social que se equiparam em poder persuasivo à deste projeto. Foucault o usou como uma metáfora da moderna redistribuição dos poderes disciplinares de controle.

Há nesta proposta benthamiana uma “passagem” da concepção de cidade ideal, em se tratando de funcionamento disciplinar, para a ampliação de suas técnicas e dispositivos para os âmbitos mais gerais da sociedade. Temos aí a proposta de consolidação da disciplina não mais enquanto técnica, modelo ideal de poder, apenas, mas como possibilidade de funcionamento social (Foucault: 1996, p.184). A disciplina cria espaços funcionais, espaços de estriamento, mas também é possibilitado por eles.

Para Foucault (1996), embora o panóptico não tenha jamais sido efetivamente construído, as discussões sobre suas potencialidades e seu funcionamento serviram para

⁶ Na disciplina, este lugar de “quem” pode ser ocupado por qualquer um de nós, a qualquer momento, conquanto fujamos às normas de funcionamento e regulação social.

formular idéias sobre correção e controle, sendo tratado como um diagrama que produz, ao mesmo tempo, saber, poder, controle do corpo e controle do espaço ⁷ fornecendo mecanismos de inserção e ativação de uma nova forma de administração e controle ininterrupto sobre a vida cotidiana.

O panóptico, enquanto dispositivo, organiza unidades espaciais que permitem ver de maneira contínua, invertendo os princípios da masmorra, que consistiam em trancar, privar de luz, esconder. Agora, a visibilidade, o regime de luz, é uma armadilha. Não se trata, portanto, de um modelo arquitetônico que representa ou incorpora o poder, mas um modo de funcionamento do poder no espaço: não a arquitetura que exprime, pura e simplesmente, a expansão do poder, mas as técnicas para o uso da estrutura. O princípio básico de expressão de poder do panóptico consiste em fazer crer às pessoas que em nenhum momento poderiam se esconder do olhar onipresente dos seus superiores, de modo que nenhum desvio de comportamento, por mais secreto, poderia ficar sem punição.

Não há permissão para qualquer espaço privado, ao menos nenhum espaço privado opaco, nenhum sem supervisão: na cidade descrita por Zamiatin em *Nós*, todo mundo tinha um lar privado, mas as paredes da casa eram de vidros. Junto a esta experiência de agonia, também Kafka (1997) nos descreve, com precisão, este gênero particular de “lugar”, que, progressivamente, se nos torna familiar. Nos fala de Josef K., numa experiência-acontecimento público por excelência, um processo, que se reverte em um fato absolutamente privado, em que a sala do tribunal confina com o quarto de dormir, zona opaca de indiferença, onde tudo se confunde e se torna ininteligível, fazendo do livro um evento quase profético. Mas, em se tratando de terror, nada se iguala aos campos de concentração promovidos pela Alemanha nazista na Segunda Grande Guerra e os campos soviéticos da Revolução Russa. Sobre a possibilidade desta *vida nua*, Agamben (1999, pp.73-74) nos fala de uma “requalificação política” onde encontramos, de fato, um primeiro espaço (moderno) onde eventos públicos e privados, vida política e vida biológica tornam-se rigorosamente indistinguíveis. O autor nos diz que, na medida em que foi cortado da comunidade política e reduzido a *vita nuda*, o habitante do campo é, de fato, pessoa absolutamente privada. E, no entanto, não há um só instante em que ela possa encontrar

⁷ Mais adiante também veremos que produz, sobretudo, subjetividade.

refúgio no privado, e é justamente esta indiscernibilidade que constitui a angústia específica do *Campo*, zona de indiferença, em que as ações das experiências humanas são vendidas a baixo preço.

Partindo deste mesmo princípio de “desnudamento”, o panóptico seria, nas palavras de Foucault (1978, p.181) *não um edifício onírico, mas o diagrama de um poder levado à sua forma ideal*, uma vez que assegura, no sujeito, um estado de consciência permanente de visibilidade, agora sujeito de informação, não de comunicação, o que possibilita um funcionamento automático do poder, uma vez que sustenta uma relação de poder independente daquele que o exerce. Há aí um funcionamento a partir da inversão da visibilidade: não mais o monarca, mas aqueles a quem se devem ver, acrescido da questão da diluição do exercício de poder: menos violência (explícita) gerando, em contrapartida, mais controle.

Entre a cidade pestilenta e o estabelecimento panóptico, num movimento percorrido no período de um século e meio de distância, Foucault nos aponta as transformações do programa disciplinar: no primeiro caso, uma situação de exceção, capaz de produzir ao mesmo tempo, a partir dos mecanismos de imobilização, compartimentação, quadriculamento, a contra-cidade em paralelo à sociedade perfeita, que por fim redundava no dualismo simples vida-morte. É o momento do surgimento do urbanismo, baseado na livre circulação dos fluidos – canais, ruas planejadas, separação entre dejetos e corpos sadios e da *Medicina Social* (Foucault, 1993).

No segundo momento, o panóptico enquanto um modelo generalizável de funcionamento, capaz de identificar as relações de poder com a vida cotidiana dos homens, polivalentes em suas aplicações: cuidar dos doentes, controlar os prisioneiros, instruir estudantes, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. No capitalismo do século XVIII ao século XX não há apenas operário fiscalizado na fábrica: há o homem-operário a ser cuidado na sua saúde, instalado e vigiado na cidade-fábrica (em localização e ideário), mantenedor da ordem social, das prerrogativas de ordem moral condizentes com o princípio protestante de trabalho e produção que, de chofre, excluem a ociosidade. *Momento de pensar os espaços em sua dupla funcionalidade: fluxo e controle* (Foucault: 1996, p.212). Estes, à medida que se disseminam, que extrapolam seus muros, ganham força e corpo nos setores da sociedade preocupados com a integração da população, com

sua utilidade, elevando o nível da moral pública, aumentando a produção, desenvolvendo a economia.

As cidades e espaços modernos são constituídos tanto fisicamente por estes panópticos – matéria e função – quanto abstratamente. Segundo Deleuze (1988, p.43), o panóptico exerce uma dupla função: a primeira destas seria a de um agenciamento óptico (concreto) ou luminoso, que caracteriza o princípio da prisão, num movimento onde é possível ver sem ser visto, e uma segunda, a máquina abstrata⁸, responsável por impor uma conduta qualquer a uma multiplicidade humana qualquer, onde o que está em jogo não é mais, apenas, ver sem ser visto.

Segundo Bomeny (1991, p.150), a cidade, espaço funcional por excelência, intimamente ligada à construção da modernidade, inaugura novas maneiras de viver, pensar, de ver e sentir. Distanciando-se do universo rural, o espaço urbano possibilita uma diferenciação radicalizada entre lugar de moradia e de trabalho, lugar de produção e de troca, espaço público e privado, tradição e inovação. A modernidade nascente reveste-se de uma organização espacial singular: ao mesmo tempo “taylorista” e “panóptica”, apresentando o organograma de uma cidade-fábrica, revestida de funcionalidade, com suas multidões tendencialmente homogeneizadas em função do processo de trabalho, com base na linha de montagem, que tem, em sua função hierárquica, a função de um chefe – invisível – responsável pelo bom andamento da atividade industrial (Alliez & Feher: 1988, p.224). Através do controle espacial há uma tentativa de evitar as disfunções da máquina produtiva, e essa “lógica” maquinica é tanto econômica, social, política quanto, e sobretudo, subjetiva.

Se Foucault nos mostra o que foi preciso, para o adestramento dos corpos, sua adequação, a uma nascente espacialidade (celular) no nível das instituições, também arquitetos e urbanistas, tal qual Le Corbusier, idealizam e colocam em funcionamento um modelo de cidade e urbanismo em total comunhão com o modelo de produção operante. Há, na modernidade, uma clara correlação entre a cidade e a indústria. Trata-se,

⁸ Esta máquina abstrata é o diagrama.

portanto, como nas palavras de Ascher (1998, pp.23-75) de uma “cidade taylorista-fordista”.

Da mesma forma que citamos Taylor no âmbito da organização do trabalho, Le Corbusier se nos apresenta enquanto expressão máxima no que diz respeito à idealização dos espaços urbanos modernos. Na cidade moderna, como na fábrica de Taylor, não é aceito deambular fora das direções, sendo reservadas para cada um as suas funções. É preciso racionalizar, simplificar, medir, organizar de forma científica. Le Corbusier parece também obcecado pela perda de tempo, pelos desvios.

A industrialização, a Primeira Guerra mundial, a Revolução Russa revelam como se vive, se morre e se gesta o futuro num tempo onde a tônica é “ganhar tempo” – já que tempo é dinheiro. E foi certamente tudo isso, segundo Laymert (1989,124) que levou Le Corbusier a descobrir, no início dos anos 20, que mudanças devem ser implementadas, em se tratando de espaço urbano de produção e moradia. No manifesto do *Esprit Nouveau*, escreve o arquiteto: *a maquinaria, fato novo na história humana, suscitou um espírito novo. Uma época cria sua arquitetura que é a imagem clara de um sistema de pensar.* Le Corbusier formula uma nova concepção de distribuição urbana tomando como modelo não mais o bazar e o castelo, mas o transatlântico, o avião, o automóvel. Rejeitando como modelo aquilo que era essencialmente estático, volume no espaço, cria condições de possibilidade, através da arquitetura, para o fluxo, agora vetor de harmonia. E esta harmonia, na visão moderna, está aí, função do labor regido pela economia e condicionado pela fatalidade da física. Ela tem uma *razão*, que é efeito de uma construção lógica e coerente com o mundo ambiente. Nas palavras de Le corbusier (Santos: 1989, p.126) *está nas obras que saem da oficina ou da fábrica: não é a arte, não é a Sistina, nem o Erecteion; são as obras cotidianas de todo um universo que trabalha, com consciência, inteligência, precisão, ousadia e rigor.* Nesse sentido, o modelo *transatlântico*, é uma *liberação das servidões seculares*, na medida em que

é uma *manifestação de temeridade, disciplina, beleza calma, nervosa e forte*.

O “urbanismo corbusiano”, funcional, decompõe a complexidade da urbe em funções elementares e procura a eficiência na monofuncionalidade, um só gesto, uma só função: o estrato fordista é a expressão do desenvolvimento das técnicas de partilha das tarefas e partilha das trocas, que estão no cerne das dinâmicas urbanas. Segundo Ascher (1998, pp.23-75), a urbanização fordista é, em primeiro lugar, produzida por meio da evolução da divisão do trabalho no mundo da produção, com a sua “organização científica” e a procura de economias de escala, ligada também às transformações técnicas de comunicação, de conservação e de transportes. Segue, ainda, desencadeando o desenvolvimento de uma série de seguimentos industriais e de tecnologia (siderurgia, metalurgia, eletrônica, química pesada), alimentados pelos assalariados destas indústrias, os “assalariados massificados” urbanos que trabalham na produção massificada e compram produtos massificados. Parecem ainda, como sabemos, adoecer em massa.

A modernidade encarrega-se em encarnar a subjetividade coletiva dentro do cosmo disciplinar e funcional das cidades nascentes. Produzimos tempo como espaço, que escoo a partir da fundação da cidade. O espaço-tempo do relógio e do calendário, o espaço-tempo do emprego do tempo, o espaço-tempo mecânico, das velocidades padronizadas, espaço-tempo de sincronia das ações, de coordenação das organizações, vêm unificar os espaços subjetivos, ideais e funcionais, tanto benthamiano quanto corbusiano. Ambos se alimentam.

É a partir de uma frase de Paul Klee que queremos dar início à discussão sobre a tendência contemporânea de promover a inversão desta lógica. Ele nos diz: *agora os objetos me percebem*. A inversão do olhar, que anteriormente era dirigido para o soberano, talvez um dos poucos com direito a uma singularidade e individualidade na época clássica, para o olhar que supõe tudo ver, individualizando e singularizando indistintamente o sujeito moderno, para melhor controlá-lo, não se finda aí. Virilio (1994, p.86) nos fala de uma *visão sem olhar*, que atravessaria não somente toda organização urbana, tendo as novas técnicas visiónicas enquanto braço de controle por excelência, mas também demarcaria as

produções em nossa contemporaneidade. Produção de sentido, de subjetividade, produção da produção – em toda sua historicidade – , de uma nova lógica de organização do trabalho, de uma nova casta de sujeitos consumidores, enfim, de vida, *afectos e perceptos*. É disto que trataremos a seguir.

CAPITULOIII

**Biopoder e Gestão dos Riscos: A Nova (I)Materialidade do Trabalho
Vivo no Espaço e no Tempo Lisos Pós-Industrial**

1 - A Sociedade Mundial de Controle

Eu vos digo: é preciso ter ainda caos dentro de si para poder dar luz à uma estrela dançarina. Eu vos digo: ainda há caos dentro de vós.

Nietzsche.

Pretendendo um continuum às análises sobre as sociedades disciplinares, iniciadas por Michel Foucault, pensadores e pesquisadores contemporâneos nos propõem pensar numa inusitada tecnologia do poder, uma nova configuração diagramática correlata a uma nova forma de controle espaço-temporal, engendradas por relações outras - com o corpo, com o pensamento, com o conhecimento, com a economia e a política, mas, essencialmente com o Trabalho, a Vida e a Linguagem – promovidas, acredita-se, pelos agenciamentos concretos possibilitados pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e pelas Biotecnologias.

Tomando emprestado um termo utilizado por William Burroughs (1992) para descrever o mundo paranóico do qual acredita fazemos parte, Deleuze (1992, pp. 219-226) nos propõe em dois pequenos, porém memoráveis textos intitulados *Controle e Devir* e *Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle*, que a organização social da qual fazemos parte na contemporaneidade diz respeito à *sociedade de controle*, marcada essencialmente por um desmoronamento dos muros das instituições disciplinares modernas. Segundo o autor, estas instituições são aquelas que operavam segundo *moldes*, moldagens fixas, distintas, estriadas, na duração de um sistema fechado. Mas parece que agora, a sociedade de controle efetua-se num sistema de espaços abertos num tempo *modulável*, por redes flexíveis, lisas. Assim, enquanto os confinamentos são

moldes, distintas moldagens, os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que muda continuamente, a cada momento, cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudam de um ponto a outro.

Deleuze nos traz a idéia de tempo como *modulação*, ou antes, enquanto uma massa modulável que se encarrega de alterar constantemente as relações, uma mistura contínua, capaz de tornar próximo o que era longínquo e distante o que era próximo, num tempo que podemos dizer não ser exatamente *cronológico*. Nessa massa de tempo, um acontecimento é constantemente remanejado, abrindo-se a uma variação infinita, onde a distância entre dois acontecimentos é refeita sem cessar. Então, *modular*, para Deleuze, é inventar um novo tom, um novo ritmo, um novo espaço e uma nova conduta.

Dessa maneira, podemos ver-se juntar à *dureza* da *hierarquia*, dos lugares bipolares (ou se é uma coisa ou outra), da *sanção normalizadora*, espaços gradativamente abertos para a efetivação da flexibilidade que, para Baudrillard (1996), se dá através do *controle pelo excesso*, pelo estímulo, pela informação, pela contínua oferta, pelas maquinarias, pelo excesso de possibilidades, pelos medos, enfim, por nossa apatia frente às condições atuais de existência no tempo.

Baudrillard (1992, p.39) ainda nos diz do quão surpreendente é o excesso de todos os sistemas atuais, que seriam exatamente nossos dispositivos de informação, de comunicação, de memória, de armazenamento, de produção e destruição, tão plétórios, que teriam de antemão a garantia de não servirem. Fala-nos de tantas coisas produzidas e acumuladas que nunca terão tempo de servir. Tantas mensagens e sinais produzidos e difundidos, que nunca terão tempo de serem lidos. A ínfima parte que absorvemos já nos põe em estado de choque permanente. Segundo o autor, há um mal-estar peculiar nessa inutilidade e excessos prodigiosos. Mal-estar de um mundo que prolifera, que se hipertrofia, e que não consegue gerar: todas essas memórias, arquivos, documentação que não conseguem dar à luz uma idéia; planos, programas, decisões, que não conseguem dar à luz um acontecimento.

Deleuze (1992, pp.219-220), com uma postura e uma concepção mais otimista que Baudrillard, nos diz da clareza e da genialidade das análises foucaultianas sobre o projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica: concentrar,

distribuir no espaço, ordenar no tempo, compor no espaço e no tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares. Mas nos aponta também para a clareza de Foucault quanto a brevidade deste modelo: as disciplinas também conheceram sua crise, em favor de novas forças capazes de se instalar lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra mundial. *Sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser.*

Diríamos não da falência ou supressão destas instituições que constituíram e singularizaram a modernidade enquanto tal – a escola, a fábrica, o hospital psiquiátrico, as prisões, etc. –, ao contrário, e este seria um aspecto por demais preocupante: dizemos de um momento de “crise” – ou para utilizar dois termos tão em voga, um momento de “reestruturação e flexibilização” – correlata à constituição generalizada, fluida destas mesmas instituições, presentes agora no *entre* do corpo social que se dá, essencialmente, pela emergência de uma nova política do tempo – uma cronopolítica nas propostas de Virilio (1993, pp.10-11) – responsável por promover uma subordinação do espaço ao tempo, o que definiria um bloco espaço-temporal encarnado num novo entendimento do conceito de “rede” e nas tecnologias de velocidade.

Segundo do Negri e Hardt (2001, p.346) se a soberania moderna, o que coincide, no nosso trabalho, com a Disciplina, opera por meio da criação e manutenção de fronteiras fixas entre territórios, população e funções sociais, sendo, portanto, uma espécie de *superávit* de código, uma supercodificação de fluxos e funções sociais, operando mediante o estriamento do campo social, o capital e o controle, por sua vez, tal qual se organizam na atualidade, exigem não um poder transcendente – seja este poder encarnado na figura do Príncipe, segundo Maquiavel, no Estado, de acordo com Hobbes ou no Povo conforme Rousseau –, mas um mecanismo de controle que reside num plano de imanência.

Eis um primeiro aspecto que consideraremos: é que, para Negri e Hardt, o capital tende a um espaço liso, definido por fluxos não codificados, flexibilidade e modulação contínua (Negri & Hardt: 2001, p.348). Neste aspecto, a transcendência disciplinar moderna entra em conflito com a imanência do capital. A “reforma” das instituições, o definhamento da sociedade civil e a abertura da sociedade disciplinar para outras

mecânicas de poder envolvem uma suavização do estriamento do moderno espaço social. Surgem, aqui, as redes da sociedade mundial de controle, que podem ser consideradas enquanto *um passo dado em direção ao plano de imanência*, na medida em que se constituem enquanto uma “horizontalização” dos circuitos do controle, espalhados pelo corpo social.

Como dito anteriormente, a “passagem” para a sociedade de controle não significa o fim da disciplina. Na verdade o exercício imanente da disciplina, que diz respeito à autodisciplina dos sujeitos, é estendido ainda mais genericamente na sociedade de controle. O que muda, além do colapso das instituições, diz respeito aos dispositivos, agora menos limitados e não unicamente vinculados espacialmente ao campo social: é que a disciplina carcerária, a disciplina da fábrica, a disciplina escolar, etc., agora entrelaçam-se numa produção híbrida, em rede, da subjetividade. Se Foucault nos mostra que as instituições disciplinares, as fronteiras da efetivação de sua lógica, seu estriamento do espaço social, constituem uma instância de verticalidade e transcendência, devemos, contudo, conforme nos alerta Negri e Hardt, estarmos atentos quanto à exata localização desta transcendência. Para estes autores, Foucault insiste no fato de que o exercício da disciplina é absolutamente imanente às subjetividades sob seu comando, o que corresponderia dizer que as disciplinas não se configuram enquanto uma voz externa, que ditariam nossas práticas, ações e desejos a partir do alto, mas como um “impulso” indistinguível de nossa vontade, imanente à nossa própria subjetividade e inseparável dela. Aqui, as instituições que são a condição de possibilidade e que definem espacialmente as zonas de eficácia do exercício da disciplina mantêm-se, de alguma forma, separadas das forças sociais produzidas e organizadas. O que, por fim, possibilitaria uma clara distinção entre um “fora” e um “dentro”, dicotomia da normalidade.

Por isso mesmo pode-se entender as subjetividades produzidas nas instituições modernas enquanto peças de máquinas padronizadas e produzidas nas fábricas: detento, operário, mãe, aluno, doente psiquiátrico, etc., cada qual desempenhando um papel específico na máquina montada – de certo definidos por diferentes lugares e diferentes épocas da vida: a prisão, a fábrica, a família, o asilo – mas passível de serem

substituídas por qualquer parte / peça de seu tipo, uma vez que padronizadas e serializadas. Conquanto esta produção, tendencialmente rígida e homogênea, passa a ser um obstáculo para o capital rumo à mobilidade e à flexibilidade, há um engendramento de subjetividades não mais fixas em identidades, mas híbridas e moduladas, tendendo a serem produzidas simultaneamente por numerosas instituições em diferentes combinações, o que corresponderia ao não pertencimento a nenhuma identidade e a todas ao mesmo tempo, fora das instituições, ainda que governadas mais intensamente por uma lógica disciplinar acentuada, numa constituição mista: se é operário fora da fábrica, estudante fora da escola, detento fora da prisão, e assim por diante. Talvez isto se configure enquanto um possível declínio das funções mediadoras das instituições sociais, conforme nos alerta Negri e Hardt (2001).

Pode-se dizer que na sociedade mundial de controle são estes lugares, estes “sítios” de aplicabilidade que tendem a perder suas definições e suas delimitações, sendo assim *elementos de mudança geral pelos quais o poder marca o espaço* (Hardt: 2000, p.358). Parece que a soberania moderna – a disciplina – sempre foi concebida em termos de território – real ou imaginário – e da relação desse território com seu fora, tanto que os primeiros teóricos modernos da sociedade, de Hobbes a Rousseau, compreendiam a ordem civil como um espaço limitado e interior que se opõe à ordem exterior da natureza, ou que dela se distingue: o espaço circunscrito da ordem civil, seu lugar, poderia ser facilmente definido por sua separação dos espaços exteriores da natureza. Foi, sem dúvida, um dos maiores mitos criados pela Modernidade, primeiro a criação dos conceitos “natureza” e “cultura”, depois o sonho de que seria possível a delimitação de diferenças entre elas. Foi assim também no que diz respeito às “psicologias” modernas, com sua crença de que a soberania do indivíduo repousa em uma relação dialética entre a ordem natural das pulsões e a ordem civil da razão ou da consciência, foi assim ainda com os saberes e discursos da antropologia, onde as sociedades “primitivas” ocupam o lugar de fora, que definiria, por sua vez, as fronteiras do mundo civilizado. Agora, todos os fenômenos e forças são artificiais, fazem parte da história, tanto que a dialética moderna do fora e do dentro foi substituída por um jogo de graus e intensidades, de hibridismo e artificialidade. Os pares que definem o conflito

moderno se embaralharam. O espaço estriado da modernidade constrói um lugar perpetuamente fundado em um jogo dialético como fora e a ele submetido. *No espaçamento liso da atualidade, do controle, o que se realiza, de fato, não é uma isenção das divisões binárias das fronteiras modernas, ou de qualquer estriamento, mas um atravessamento por tantas linhas de fissura que apenas aparentemente constitui um espaço uniforme.*

Na visão de Hardt (2000, p.171) dois aspectos abarcariam esta mudança de perspectiva e construção de realidade operadas na contemporaneidade: enquanto a sociedade disciplinar seria caracterizada pela crise, uma contradição bipolar e uma divisão maniqueísta, a sociedade de controle é caracterizada pela *corrupção*, onde encontramos uma rede flexível de microconflitualidades, marcados por espaços impuros, híbridos. Corrupção aqui segundo sua etimologia latina - *com-rumpere*- ou seja, esfacelar-se. Desse modo, tanto o capitalismo quanto a sociedade de controle teriam enquanto prerrogativa para seu funcionamento este “esfacelamento”; depois, não se pode pensar a sociedade de controle sem o mercado mundial. Tanto que se propõe uma “substituição” do modelo panóptico por este mercado, numa operação de subsunção total do real. Se entendermos, conforme nos sugere Marx (1978), que o mercado é o ponto de partida e o ponto de chegada do capitalismo, na sociedade de controle, este mercado mundial já é o ponto de chegada do capitalismo (por isso a sociedade de controle também é uma Sociedade Mundial de Controle), uma vez que, mais do que nunca, o mercado generaliza-se.

Controle, então, seriam novas formas de engendramento ou antes, processualidade das subjetividades, uma passagem que não é, modo algum, uma oposição envolvendo os modos de produção de subjetividade disciplinares, mas a sua intensificação; ainda, uma nova disposição do capital, agora mais do que nunca, um *Capital Mundial Integrado* (CMI), tanto no que diz respeito às novas formas de produção (seus modos e seus meios), quanto no que se refere à distribuição e ao consumo, e todas as implicações que envolvem esta “nova disposição”.

Guattari (1987, p.211) nos diz que o capitalismo atual é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta – vivendo inclusive em

simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele, vide a China – e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora de seu controle. Este duplo movimento de extensão geográfica, sobre o mundo e sobre si próprio, constitui aquilo que denominou um *processo geral de desterritorialização*.

Estes dois aspectos, aprofundamento das relações disciplinares e mundialização do capital, juntos, requalificam as formas de controle e organização sociais, marcados essencialmente pela desterritorialização tanto dos espaçamentos estriados da modernidade e quanto da lógica de acumulação capitalista. O que ainda nos permitiria dizer de uma forma de “governo” que tende não mais para a transcendência, mas para um campo (total) de imanência. Nas palavras de Deleuze (1996, p.212), essa “lógica” de “governo” se confunde com a própria processualidade capitalística e o seu mercado imperial: *o que mais nos interessa em Marx é a análise do capitalismo como sistema imanente que não pára de expandir seus próprios limites, reencontrando-se sempre numa escala ampliada, porque o limite é o próprio capital*.

Seria interessante poder acrescentar às análises mencionadas acima, a discussão que envolve a questão das Novas Tecnologias de Informação, atentos ao fato de que, não falamos de uma “mutação” tecnológica sem que a façamos, antes, coincidir com as mutações do capital e do desejo. Tanto que Deleuze e Guattari, ao nos oferecer um livro de filosofia, que é, no entender de ambos, criação de conceitos, nos propõem sobretudo e na realidade, a elaboração de um tratado político. Não é por menos que intitulam seu trabalho de *Capitalismo e Esquizofrenia* - cujo primeiro tomos consiste no *Anti-Édipo, Ensaios sobre Esquizoanálise* (Deleuze & Guattari: 1976) e o segundo, os cinco volumes de *Mil platôs* -. É que, a nosso ver, os autores entendem o capitalismo não meramente enquanto uma forma de funcionamento econômico e possibilidade de organização política, mas sobretudo enquanto uma semiótica. Então, como falar de produção de desejo e de subjetividade desvinculada dessa realidade, tão moderna quanto nossa singular maneira de perceber racionalmente o mundo? Em contrapartida, como seria possível falar em economia e política sem nos atentarmos pra essa grande “sacação” do poder contemporâneo que diz: *além do corpo, do espaço e do tempo*,

controlemos também a alma (Deleuze fala que é de espírito que precisamos, é o que nos falta). O *Capital Mundial Integrado* é sobretudo uma maquinaria processual, não apenas capaz de compor forças – corpo individual e social –, engendrar e inovar em tecnologia, mas sobretudo, produzir desejo. Máquina e processualidade desejante, mutação do capital, dois aspectos que correm em paralelo.

Neste aspecto, como falar de produção de subjetividade hoje, neste contexto do controle e das novas máquinas de informação? Segundo Deleuze (1988), em Foucault encontramos dois tipos diferentes de forças: forças no homem (forças de imaginar, de se lembrar, de conceber) e forças fora do homem, com as quais as primeiras entram em relação e que variam segundo a formação histórica. Por exemplo: na época clássica as forças no homem se combinam com uma força de representação infinita e compõem Deus como forma de saber; já na época moderna as forças no homem se combinam com as forças empíricas e finitas da vida, do trabalho, da vida e da linguagem, que escapam da representação e compõem o homem como forma de saber. Por fim, como já sugerido, indo além das análises explícitas de Foucault, Deleuze diz que se inicia uma época em que as forças no homem se combinam com as forças da informação e do silício, os componentes genéticos e os agramaticais, e compõem o “homem-máquina” ou o “super-homem” como nova forma do saber. cremos que o controle é o novo diagrama informal que corresponde a essa nova época. É a partir desta perspectiva que devemos perceber formas outras de engendramento e expressão de subjetividade, de vida, de linguagem e de trabalho.

Segundo Guattari (1993) o pensamento clássico mantinha a alma afastada das engrenagens corporais. A modernidade, por sua vez, mais especificamente a “modernidade da concepção marxista”, opunha as superestruturas subjetivas às relações de produção infra-estruturais. Atualmente, contudo, uma primeira constatação nos leva a reconhecer que os conteúdos da subjetividade dependem, cada vez mais, de uma infinidade de sistemas máqunicos. De modo que nenhum campo de opinião, de pensamento, de imagem, de afetos, de narratividade, de desejos, podem, daqui para frente, ter a pretensão de escapar à influência invasiva da assistência pela rede de computadores, do banco de dados, da telemática. Bem sabemos da curiosa e paradoxal

mistura de enriquecimento e empobrecimento que advém disso tudo até agora: uma aparente democratização do acesso aos dados e saberes, associada a um fechamento segregativo de suas instâncias de elaboração, uma imensa extensão dos campos de investigação técnico-científico e estético evoluindo num contexto moral de insipidez e desencanto, como já bem nos alertara Baudrillard (1985). Mas é bem verdade que podemos tentar recusar o dilema de ter que optar entre uma rejeição acirrada ou uma aceitação cínica da situação, evitando nos associarmos às cruzadas contra os malefícios contemporâneos, ou a idéia desvairada de reabilitação dos valores transcendentais já em ruínas, ou nos apegarmos às desilusões pós-modernistas. As máquinas definitivamente não são potências diabólicas ameaçando dominar o homem, não faz muito sentido querermos delas nos desviar, já que, no final das contas, elas nada são além do que formas hiperdesenvolvidas e hiperconcentradas de certos aspectos de nossa própria subjetividade e desejo. Partamos do entendimento que: primeiro, as atuais máquinas informacionais e comunicacionais não se contentam em veicular conteúdos representativos, mas que concorrem igualmente para a confecção de novos agenciamentos de enunciação (individuais e/ou coletivos), são, portanto, equipamento coletivos de enunciação. Cada formação histórica teve o seu. Segundo, que todos os sistemas maquínicos, seja a qual domínio pertençam, são um meio para o desenvolvimento dos processos subjetivos que Deleuze e Guattari, como dito anteriormente, denominam modulares.

Guattari, assim como Foucault, destaca algumas vozes, exatamente três, produzidas por estes equipamentos, cujos entrelaçamentos estariam na base dos processos de subjetivação das sociedades ocidentais contemporâneas: as *vozes de poder*, segundo ele que circulariam e cercariam, de fora, os conjuntos humanos, simultaneamente por coerção direta e dominação panóptica dos corpos e pela captura imaginária das “almas”; as *vozes de saber*, que se articulariam de dentro da subjetividade às ações pragmáticas técnico-científicas e econômicas; e, por fim, as *vozes de auto-referência*, responsáveis por desenvolver uma subjetividade processual, instaladas transversalmente às estratificações sociais e mentais: poderes sobre as territorialidades exteriores, saberes desterritorializados sobre as atividades humanas e as

máquinas e, por fim, criatividade própria às mutações subjetivas. Três vozes que não param de se entrelaçar.

A partir deste entendimento é que talvez seja pertinente procurar localizar a emergência histórica destas três vozes, as transposições limiars de consistência responsáveis por colocá-las na órbita de nossa modernidade. O que sugerimos aqui é que na nossa contemporaneidade, este “por em órbita” seja em grande parte responsabilidade dos agenciamentos coletivos promovidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação, tanto porque nos é possível esta “tomada de consciência” apoiada tanto em sistemas coletivos de “memorização” de dados e saberes – nascimento de grandes equipamentos coletivos religiosos e culturais, portanto – quanto em dispositivos materiais de ordem técnica, científica e estética. – assim, invenção de novos materiais, de novas energias, de novas máquinas de “cristalizar o tempo”, novas tecnologias biológicas.

Guattari então identifica, fundamentalmente, três zonas de fraturas históricas a partir das quais, no decorrer do último milênio, surgiram três componentes capitalistas (falamos sempre de ocidente!): primeiro, a *idade da cristandade européia*, diretamente associada, segundo o autor, a uma nova concepção das relações entre Terra e Poder; a seguir, a *idade da desterritorialização capitalista dos saberes e das técnicas* (alienação e expropriação marxista), fundada sobre princípios generalizados de “equivaler”, aspecto fundamental das sociedades ditas disciplinares, por fim, a *idade da informação planetária* – por nós aqui denominada controle – , responsável por abrir a possibilidade para uma processualidade criativa e singularizante, que, paulatinamente, vem constituir-se enquanto nova referência, singular fundamento do sistema de produção contemporâneo, base para o que, como veremos adiante, configura-se o *Trabalho Imaterial*.

Voltaremos ao segundo componente desta “subjetividade capitalística” (Guattari: 1993, p.184) – aquela que diz respeito à desterritorialização capitalística dos saberes e das técnicas – para que, por fim, possamos ressaltar os aspectos mais importantes disso que chamamos *controle*, e, segundo o autor, o terceiro componente ou a “idade da informática planetária”.

Guattari nos diz que este segundo aspecto vai se afirmar, em especial, a partir do século XVIII, caracterizado, fundamentalmente, entre tantos aspectos, por um desequilíbrio crescente entre homem e máquina, fazendo com que este primeiro passe a perder territorialidades sociais que até então lhes pareciam intransponíveis, donde suas referências de corporeidade física e social ficarão perturbadas. Pode-se dizer, inclusive como bem atesta Foucault (1996) em suas análises sobre as *sociedades de soberania*, que antes era o déspota real ou o Deus imaginário que serviam de pedra angular operacional para a recomposição local de Territórios existenciais.

Para Guattari (1993), cada vez mais o homem encontrará uma posição de adjacência com relação às máquinas, cada um de seus órgãos, de suas relações sociais sofrerá um novo recorte para ser reafetado, sobrecodificado, em função das exigências e funcionamentos gerais deste todo. Estamos aqui falando da *Modernidade*.

Estes são alguns traços gerais quanto às possibilidades históricas de expressão desta idade da *equivalência*. No que diz respeito à atual expressão desta voz da subjetividade, Guattari (1993) nos diz que ela *rompe*, de forma diferente, com aqueles *pseudo-equilíbrios precedentes*.

Agora, nesta época da informação planetária, parece ser a máquina que está sob o controle da subjetividade, não de uma subjetividade humana reterritorializada, mas de uma subjetividade maquínica de um novo gênero. Far-se-á um esforço no sentido de circunscrever as peculiaridades, que consideramos importantes, correlatas a cada um destes dois tipos de organização social – disciplinar e de controle – ou, como nos diz Guattari, duas “idades” subjetivas.

Nas sociedades disciplinares os diferentes internatos, ou meios de confinamento são variáveis independentes ou células: supõe-se que a cada vez uma institucionalização recomeça do zero – espaço e tempo para a escolarização, espaço e tempo para a fábrica, etc. A linguagem comum a todos esses meios existe, mas é analógica. Já os diferentes meios de controle, ou “controlatos”, são variações inseparáveis, híbridas, cuja linguagem é numérica. Esta linguagem numérica do controle é feita de cifras / senhas, que marcam o acesso à informação ou à rejeição. Clivagem no que diz respeito à linguagem e a seus códigos. Ainda, a mídia e as telecomunicações tendem a duplicar as

antigas relações escriturais e orais. A polifonia que resulta disso não irá apenas associar vozes humanas, mas também vozes maquínicas como bancos de dados, inteligência artificial, as imagens de síntese, etc.

Não estamos mais diante do par “massa - número de matrícula” / “indivíduo – assinatura”. Os indivíduos tornam-se “dividuais” e as massas, amostras, dados, mercados ou bancos. A citação de Deleuze (1992, p.244) a este respeito nos remete explicitamente às técnicas de estatísticas e sondagens, técnicas estas que devem traduzir em séries temporais não os dados, mas os “atos sociais” (morrer, nascer, comprar, vender etc.) e as intensidades (desejos, crenças, paixões) para poder definir a relação social através de *tendência* (Lazzarato: 1998). Migramos assim do *exame* (Foucault: 1978, pp.164-172) ao banco de dados, apreendendo agora o social não como fato, mas como *evento*. O poder disciplinar consiste em dividir os homens entre si, criando estratos espaciais hierarquizados-estriados, para melhor dividir o homem em si mesmo. Já o controle estratifica os grupos sociais assegurando assim a sua regulação. Passamos do binômio *massa / indivíduo* para o sujeito “*dividual*”, *objeto de estatística*.

Deleuze (1996) nos propõe uma inversão curiosa: enquanto a disciplina utiliza-se do *confinamento* enquanto dispositivo de poder, o controle se utiliza do *endividamento*. Passamos assim do homem confinado ao homem endividado. Vagabundos e turistas (Bauman: 1999, pp.85-111) coexistem enquanto condição de possibilidade para este endividamento. Dívida eterna, coletiva e pessoal, impagável: com relação à própria vida, à saúde, ao trabalho, à formação e escolarização, ao consumo e poder de compra. A opinião e o gosto coletivo serão trabalhados por dispositivos estatísticos e de modelização, como os que são produzidos pela publicidade e pela indústria da imagem, de forma geral (Guattari: 1993, p.186). Deleuze ainda nos propõe, neste mesmo âmbito, refletir sobre uma educação cada vez menos correlata a um meio fechado, distinto do meio profissional, desaparecendo em favor de uma terrível formação permanente (Gadoti: 1982), de um, controle contínuo que se exerce sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. Portanto, um regime disciplinar onde sempre se recomeça, numa quitação apenas aparente e um regime de controle onde nunca se termina nada, um eterno estado de moratória: a empresa, a formação, os serviços são estados

metaestáveis de uma mesma modulação, como nos apontado por Kafka (1997), no seu *O Processo*.

Uma ordem do capital não mais voltada para a produção, mas para a venda e para o mercado, para o marketing. As conquistas dos mercados se fazem por tomada de controle e não mais por formação de disciplina, por fixação de cotação mais do que por redução de custos, por transformação do produto mais do que por especialização da produção. Uma economia do produto, não mais da produção, portanto.

O controle é incessante e se dá a céu aberto, atrelado à comunicação instantânea, a uma duração tecnológica, um “alisamento” do espaçamento estriado da modernidade, operado, neste aspecto, essencialmente em função do “desenvolvimento” das tecnologias de informação.

A sociedade de controle promove a instauração da (qualidade de) *Vida e da Grande Saúde* como bens supremos. Sugestão de nossas utopias tecnológicas. O que nos leva ao aprofundamento das questões levantadas por Foucault nas suas análises sobre o biopoder. Ainda neste aspecto, a engenharia biológica abre caminho para uma remodelação das formas vivas que pode levar a modificações radicais das condições de vida no planeta e, conseqüentemente, segundo Guattari (1993, p.187) de todas as referências etológicas e imaginárias que lhe são aferentes.

Aprofundamento quanto a discussão referente ao *risco*: com a temporalidade introduzida pelos microprocessadores, quantidade enormes de dados e de problemas podem ser tratados em lapsos de tempo minúsculos, de modo que as novas subjetividades maquínicas não param de adiantar-se aos desafios e aos problemas com os quais se confrontam.

A sociedade disciplinar engendra relações e padrões de produção, muitas das vezes definidos por sua “materialidade”, aqui vista sob a ótica de sua organização espacial. A sociedade de controle abre, a princípio, precedentes para a discussão de uma forma outra de organização do trabalho, aqui definida por e na sua *imaterialidade*, estabelecendo também relações outras com uma (nova) disposição do espaço e do tempo, como veremos a seguir.

Todos estes aspectos, aqui circunscritos, aparecerão, de uma forma ou de outra, e esperamos que de forma mais clara, neste capítulo.

Tentar entender esta ruptura de superfície, ou antes, a natureza desta passagem - *dos meios de confinamento normalizadores-disciplinares aos mecanismos de controle sociotécnicos* - tomando como referência uma suposta “diluição” espacial – desterritorialização – promovida não pelas máquinas, mas antes pelos agenciamentos coletivos que delas fazemos, é nossa primeira proposta. Ao discorrer sobre esta reorganização socio-espacial / político-temporal, tendo por perspectiva as mutações vividas pelo universo do trabalho, sua pungente imaterialidade e a reestruturação espacial em torno de uma economia de informação e mercado, inevitavelmente nos reportaremos aos trabalhadores que dela fazem parte.

2 - O Espaço e o Tempo Lisos da informação

É a partir dos conceitos propostos pela atualidade acerca de informação que tentaremos entender este(a) processo(ualidade) de alisamento dos espaços estriados modernos. Lévy (1996) faz um esforço no sentido de tentar analisar estas modificações – da disciplina ao controle – tanto no tempo quanto no espaço, a partir de alguns esclarecimentos acerca do conceito de *virtual*, ou melhor, de “*virtualização*”, movimento que afetaria não apenas a informação e a comunicação, como já tão amplamente discutido, mas também as singularidades dos corpos, o funcionamento econômico e político, os quadros coletivos da sensibilidade e o exercício do pensamento.

O autor (Lévy, 1996) nos orienta sobre a necessidade de analisarmos as noções de real e virtual, evitando, contudo, na efetivação desta análise, tanto cairmos no estabelecimento de oposições fáceis e enganosas entre ambos, quanto enveredarmos por dois extremos por demais prejudiciais: por um lado, supor a desrealização geral, que nos levaria a uma visão catastrófica de nossa atualidade e, por outro, nos entregarmos às cegas aos supostos benefícios por esta virtualização apresentados.

O autor nos diz que, no uso corrente, a palavra virtual é quase sempre empregada para significar a pura e simples ausência de existência. A realidade supondo uma efetuação material, presença tangível, enquanto o virtual estaria numa ordem da ilusão.

Contudo, a palavra virtual vem da palavra latina *virtualis*, derivada de *virtus*, força, potência, o que existe em potência, não em ato, o que tende a atualizar-se sem ter passado à concretização efetiva ou formal. Em rigor, o virtual não se opõe ao real, mas ao *atual*: virtual e atual são duas maneiras de ser diferentes.

Lévy usa a figura de uma semente para significar suas colocações: a árvore está virtualmente presente na semente, nos diz. O problema da semente é fazer brotar uma árvore, isso pode significar que ela já “conhece” exatamente a forma da árvore que expandirá, cedo ou tarde, suas folhas acima dela. A partir das coerções que lhe são próprias, deverá inventá-la, coproduzi-la com as circunstâncias que encontrar.

Isso quer dizer que a entidade carrega e produz suas virtualidades: um acontecimento, por exemplo, reorganiza uma problemática anterior e é suscetível de receber interpretações variadas. Por outro lado, o virtual *constitui* a entidade: as virtualidades inerentes a um ser, sua problemática, o nó das tensões, de coerções e de projetos que o animam, as questões que o movem, são partes essenciais de sua determinação.

Lévy ainda nos diz que a “atualização”, então, aparece como a solução de um problema (o problema da semente é fazer brotar uma árvore...). A atualização é criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e finalidades. A partir da atualização, algo além da realização de um possível acontece: vê-se a produção de qualidades novas, uma transformação das idéias e modelos, um devir que alimenta de volta o virtual. Se o real assemelha-se ao possível, o atual em nada se assemelha ao virtual: responde-lhe.

Cabe, então, nova distinção: “realização” e “atualização”. Na primeira, tem-se a ocorrência de um estado pré-definido enquanto, na segunda, ocorre a invenção de uma solução exigida por um complexo problemático. Mas no que consiste a virtualização? Não uma maneira de ser (virtual), mas uma dinâmica: ela pode ser definida enquanto o movimento inverso da atualização. Consiste numa passagem do atual ao virtual.

A virtualização não é uma desrealização (transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de vida ontológico do objeto considerado. Em vez de se definir essencialmente por sua “atualidade” (solução), a entidade passa a encontrar sua consistência num campo problemático. A atualização vai, assim, de um problema a uma solução. A virtualização, por sua vez, passa de uma solução dada a um outro problema, transformando a atualidade inicial em caso particular de uma problemática mais geral, sobre a qual recai

uma ênfase (ontológica). Nas palavras de Lévy (1996, p. 18) a “*virtualização*” *cria um vazio motor, sendo um dos principais vetores de criação de realidade.*

A virtualização tem, enquanto principal característica, o desprendimento do aqui-agora, podendo estar, por ora, “*não-presente*”. A questão do “nãopresente” pode ser entendida nos seus âmbitos mais gerais, inclusive desvinculada do seu aspecto contemporâneo da informatização e das redes digitais, tanto porque a imaginação, a memória, o conhecimento, a religião, são vetores de virtualização que desde há muito nos fizeram abandonar a “presença”.

Nesse sentido, segundo o autor, a virtualização reinventa uma cultura nômade, fazendo surgir um meio de interações sociais onde as relações se reconfiguram com um mínimo de inércia. Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, então, eles se tornam *nãopresentes*, supostamente separados do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário, não sendo, contudo, por completo independentes do espaço e do tempo de referência, uma vez que há a necessidade de inserção em suportes físicos para se atualizarem, ainda que de forma ubíqua, simultânea.

Mas nem por isso o virtual é imaginário, ele produz efeitos, tanto que os operadores mais desterritorializados, mais desatrelados de um enraizamento no espaço e no tempo precisos, os coletivos mais virtuais e virtualizantes do mundo contemporâneo são os da tecnociência, das finanças e dos meios de comunicação, mas ao mesmo tempo são os que estruturam a realidade social com mais força, e até com mais violência.

Contudo, o mesmo movimento que torna contingente o espaço e o tempo ordinários, abre também novos meios de interação e ritmos outros da cronologia, pondo assim, em evidência, uma pluralidade de espaços e tempos, onde uma situação em que vários sistemas de proximidades, vários espaços práticos, coexistem.

Da mesma forma, diversos sistemas de registros e de transmissão constroem ritmos, velocidades ou qualidades de histórias diferentes. Cada novo agenciamento, cada máquina tecno-social acrescenta novos espaços e tempos, uma cartografia especial onde as extensões se recobrem, se deformam e se conectam, em que as durações se opõem, interferem e se respondem. Tanto que esta multiplicidade contemporânea dos

espaços faz de nós nômades de um novo estilo: não mais seguir linhas de errância e de migração dentro de uma extensão dada. Agora saltamos de uma rede a outra, de um sistema de proximidade ao seguinte.

Assim, a invenção de *novas velocidades* parece ser outra característica capital desta virtualização. A aceleração das comunicações é contemporânea a um enorme crescimento da mobilidade física (ainda que para poucos). Ambos participam do mesmo movimento de “virtualização” da sociedade.

Os agenciamentos técnico-científicos do controle contemporâneo tendem, essencialmente, a absolutizar esta velocidade a ponto de dispensar o próprio movimento no espaço, anulando assim não só a distância e o tempo desse deslocamento, mas a própria possibilidade de se vivenciar, como outrora, o espaço e a duração. Coincide com o ideal do tempo zero e da distância zero. Supõe-se que as novas tecnologias pretendam inaugurar um novo regime temporal: a “*instantaneidade*”. O instante sem duração, uma espécie de eterno presente. Tendemos a uma diminuição das distâncias temporais e espaciais. Não mais partir, porém deixar de chegar. A propensão agora parece ser habitar a velocidade absoluta no instante contínuo da emissão. Instalados nessa instantaneidade, a presunção é de que se venha a assistir à uma desmaterialização tecnológica. O paradoxo é que essa desmaterialização provocada pela velocidade absoluta, “toposcida” e “cronoscida”, equivale a uma inércia também quase total. Estranha equação em que coincidem velocidade máxima e imobilidade, numa espécie de totalitarismo, onde um nomadismo virtual esconde, instantaneamente, uma despótica sedentariedade concreta.

Essa *não-presença*, a emergência desta *nova velocidade* – ambas características da virtualidade – aparentes tendências cronocidas de nossa atualidade, vêm demarcar o caráter de virtualização que perpassa nosso dia-a-dia e acompanha, em paralelo, esta mutação do capital. Além dos setores da virtualização propriamente dito, como o turismo, as comunicações e as finanças (Lévy, 1996), a informação e o conhecimento parecem ser também seu alvo, inclusive em grande escala. Parecem ser, ainda, pedra angular em torno de uma possível desrealização dos espaçamentos estriados fundantes de nossa modernidade.

A partir destas questões, paremos então para refletir sobre as distinções entre os conceitos *liso* e *estriado*, propostas por Deleuze para, por fim, pensar como o trabalho, tal qual se configurou na modernidade (século XVIII) *constituiu-se tanto no espaço como no tempo estriados do aparelho de Estado*. E como, na atualidade, tem-se organizado enquanto *Trabalho Imaterial*, conforme nos proposto, fundamentalmente, por Negri e Hardt (2001).

Deleuze (1999, pp.179-232) nos diz que espaço estriado – espaço sedentário, instituído pelo aparelho de Estado –, e o espaço liso – espaço nômade, onde pode vir a se desenvolver uma máquina de guerra, de resistência –, não são da mesma natureza. São demarcados, na passagem de um a outro, tanto por oposições simples, por uma distinção abstrata, quanto por uma mistura entre si, que os levariam a movimentos constantes de desterritorializações e reterritorializações, onde o espaço liso pode vir a ser traduzido, revertido, num espaço estriado e vice-versa. Segundo ele, dois tipos de viagens, que se distinguem segundo o papel respectivo do ponto, da linha e do espaço: viagem-árvore (estriada), uma vez que fixa, enraizada e viagem-rizoma (lisa), tanto por que fluida.

Deleuze nos propõe uma série de “modelos” como que para compreendermos os aspectos variáveis dos dois tipos de espaços – liso e estriado – e suas possíveis relações. Para tanto, nos fala de um modelo tecnológico, um musical, um marítimo, outro matemático, um físico e por fim, um modelo estético. É costurando por entre estas propostas que tentaremos um breve esclarecimento acerca destes conceitos.

Foi Pierre Boulez, em seu livro *A Música Hoje* (1978, p.88) quem primeiro desenvolveu, no campo musical, um conjunto de oposições e diferenças complexas, mas também de correlações recíprocas não simétricas, entre espaço liso e estriado. Em suas análises, o tempo amorfo seria comparável à superfície lisa, o tempo pulsado à superfície estriada. Sendo assim, Boulez, por analogia, denomina as duas categorias definidas por *tempo liso* e *tempo estriado*, analogias estas, em larga escala, utilizadas por Deleuze (1999).

Num certo sentido, podemos dizer que o espaço estriado está necessariamente delimitado, fechado, ao menos de um lado, parecendo apresentar um avesso e um

direito, como o modelo de uma tecelagem, modelo este inclusive utilizado por Platão enquanto paradigma da ciência régia, ou a arte de governar os homens ou exercer o Aparelho de Estado. No sedentário, o tecido-vestimenta e o tecido-tapeçaria tendem a anexar à casa imóvel ora o corpo, ora o espaço exterior, o tecido integra o corpo e o exterior a um espaço fechado. Assim, no espaço estriado as linhas, os trajetos, tendem à subordinar-se aos pontos, indo de um a outro.

Já no espaço liso, o nômade, ao tecer, ajusta a vestimenta e a própria casa ao espaço exterior, ao espaço liso aberto, onde o corpo se move. Espaço não homogêneo, mas amorfo, informal onde os pontos são subordinados ao trajeto. É a subordinação do *habitat* ao percurso, a conformação do espaço de dentro ao espaço do fora. Neste espaço, é o trajeto que provoca a parada. A linha é assim um vetor, uma direção e não uma dimensão ou uma determinação métrica. É um espaço direcional (seja ele dirigido ou não) e não dimensional ou métrico. Tanto que o espaço liso é ocupado por acontecimentos, muito mais do que por coisas formadas ou percebidas. É um espaço de afectos, muito mais que de propriedades. Se no espaço estriado as formas organizam uma matéria, no espaço liso as matérias assinalam forças ou lhes servem de sintomas. Por último, um espaço intensivo mais que extensivo, de distâncias, não mais de medidas. Corpo sem órgão, em vez de organismo e de organização.

Assim, no espaço estriado fecha-se uma superfície, a ser repartida segundo intervalos determinados, conforme cortes assinalados, já no liso, distribui-se num espaço aberto, conforme frequências e ao longo de percursos. A cidade do cultivador sedentário, p.ex., “estria” o solo liso do pecuarista nômade. Uma questão interessante apresentada por Deleuze, a este respeito, é que se pode habitar de um modo liso inclusive as cidades: sendo nômade sem o movimento. Por mais que não nos movamos, somos nômades na medida de nossa capacidade em manter um espaço liso e a recusa de abandoná-lo, deixando-o só para conquistar ou morrer.⁹ Segundo Deleuze (1999), a intensidade se traduz na possibilidade de viajar sem sair do lugar, pensar é viajar, uma

⁹ Muito diferente do “turismo do mesmo” praticados cada vez mais por uma massa frenética de pessoas em toda parte do planeta, num ir e vir interminável.

vez que o que distingue as viagens não é a qualidade objetiva dos lugares, nem a quantidade mensurável do movimento, mas a maneira de estar no espaço, de ser no espaço. Parece que a modernidade produziu, sobretudo, viagens estriadas tanto no que diz respeito á possibilidade de experiência noética (pensamento), quanto ética (política).

Nesse sentido, inclusive o pensamento, para Deleuze, se daria na relação antagônica entre dois tipos de espaços ou até mesmo em dois tipos de tempo: o espaço e o tempo lisos (vetoriais, projetivos, topológicos) e o espaço e o tempo estriados (métrico).

Encontramos aqui diferenças entre estes dois tipos de multiplicidades: métrica e não métrica, extensivas e qualitativas, arborescentes e rizomática, de massa e de malta, de grandeza e de distância, de corte e de frequência.

A métrica do espaço estriado (*metron*) é indispensável para traduzir os elementos estranhos de uma multiplicidade lisa, e traduzir é uma operação que consiste em domar, sobrecodificar, metrificar o espaço liso, neutralizá-lo. Mas também, e igualmente, consiste em proporcionar-lhe um meio de propagação, de renovação, refração.

Lançamos mão de alguns exemplos na tentativa de experimentar a distinção entre estes conceitos, para, por último, entender outro aspecto importante: a distinção feita por Deleuze entre “ação livre” do espaço liso e “trabalho” do espaço estriado.

Deleuze (1999) nos diz que já no século XIX se efetuava, com relação ao trabalho, uma dupla elaboração. Uma primeira que dizia respeito à conformação de um conceito físico-científico de trabalho (peso-altura, força, deslocamento), o que, a nosso ver, corresponderia à ação e diagramação promovidas pela *anátomo-política do corpo*, conforme proposta por Foucault e uma segunda, a de um conceito sócio-econômico de força de trabalho ou de trabalho abstrato, que seria a quantidade abstrata homogênia aplicável a todo o trabalho.

Verificamos nesta proposta deleuziana uma dupla medida. Uma primeira, econômica do trabalho, fornecida pela sociedade e outra medida física, que oferece uma “moeda mecânica” do trabalho, onde o regime salarial tem por correlato uma mecânica das forças, a partir da definição de um valor médio constante para uma força de elevação ou de tração exercida o mais uniformemente possível por um *homem-padrão*.

Deleuze nos diz que este *modelo-Trabalho* faz parte do aparelho de Estado, no seu duplo aspecto físico e social, tanto porque este modelo é imposto a toda atividade, **traduzindo assim todo ato em trabalho possível ou virtual**, quanto porque ele disciplina a ação livre, podendo ainda rejeitá-la (o que daria no mesmo) enquanto lazer, mas sempre existente quando referido ao trabalho. O *homem-padrão* ou o *modelo-Trabalho* coloca, para a história, os problemas do trabalho abstrato, da multiplicação dos seus efeitos, da divisão de suas operações.

O modelo *físico* (disciplinar) – *social* (biopolítico) do trabalho pertence, ainda, ao aparelho de Estado, pois o trabalho só aparece com a constituição de um excedente, só há trabalho de estocagem, de acúmulo de mais-valia, de modo que o trabalho, efetivamente, começa com o denominado *sobretabalho* e também porque o trabalho efetua uma operação generalizada de estriagem do espaço e do tempo, uma sujeição da ação livre, uma anulação dos espaços lisos, que encontram sua origem e seus meios no empreendimento essencial do Estado, na sua conquista e subordinação. De modo que, no capitalismo, o *sobretabalho* é cada vez menos discernível do trabalho propriamente dito, impregnando-o completamente. Mesmo Marx, segundo Deleuze (1999) mostra precisamente que a mais-valia deixa de ser localizável, pressentindo que a própria máquina torna-se geradora de mais valia, e que a circulação do capital coloca em xeque a distinção entre um capital variável e um capital constante.

Numa nova condição, contemporânea a nós, continua sendo verdadeiro que o trabalho é *sobretabalho*. Mas a questão fundamental é que o *sobretabalho* já nem sequer passa (totalmente) pelo trabalho. O *sobretabalho* e a organização capitalista em seu conjunto passam cada vez menos pela estriagem do espaço e do tempo correspondente ao conceito físico-social do trabalho. Como nos diz o autor, é antes como se a alienação humana fosse substituída, no próprio *sobretabalho*, por uma “servidão maquínica” generalizada, onde se opera uma tomada ou oferta de mais-valia – por parte da criança, do aposentado, do telespectador, do desempregado, das minorias sociais – independente de qualquer trabalho, uma vez que o usuário, de modo geral, tende a se transformar em empregado e uma vez que o capitalismo já não opera tendo por base uma *quantidade de trabalho*, mas sim, a *subsunção da própria vida*.

Dessa maneira, Deleuze sugere que o aparelho de Estado, nos séculos XVIII e XIX, dispunha de um novo meio para apropriar-se da *máquina de guerra*, junto àquela disciplinarização dos homens e àquela da produção industrial de armas, que consistia em submetê-la, antes que qualquer coisa, ao *modelo-Trabalho* do canteiro e da fábrica, promovendo assim seu estriamento: despreensão do tempo de trabalho abstrato, multiplicável nos seus efeitos, divisível em suas operações. Primeira tentativa de “vencer” a *ação livre* em espaço liso.

Há, aí, um processo qualitativo complexo, responsável por colocar em jogo os modos de transportes, os modelos urbanos, a mass mídia, a indústria do entretenimento, o conceito de informação e sua utilização, as maneiras de perceber, sentir, etc. num movimento de desterritorializações e reterritorializações, de alisamento do tempo e do espaço, que podem produzir o trabalho, trabalho imaterial tanto quanto uma máquina de guerra – um movimento inelutável, mas que pode ser afirmado, positivado – quanto em mais um subterfúgio de dominação e adoecimento para o ser humano, agora não mais e somente ancorado na questão salarial e todas suas implicações, tais quais a alienação, exploração, expropriação, mas também nas questões do desemprego e toda carga histórica por ela acompanhada.

Tendo por perspectiva a efetivação desta *constante e simultânea* transmutação concretizada entre o Liso e o Estriado, como se dá a contemporânea subsunção do espaço ao tempo, numa perspectiva de discussão no interior da noção de sociedade de controle – como se abrem as discussões acerca dos fluxos de trabalho, sua organização, hoje? Para que possamos discutir estes aspectos, faz-se necessário entender os novos regimes de *produção, distribuição e consumo* que operam nessa singular lógica entendida enquanto “pós-tudo”, mais especificamente, pós-industrial. Lógica esta que, a nosso ver, funcionaria enquanto formas de acumulação capitalista outras. Máquina produtiva, máquina distributiva, máquina social de consumo, máquina comunicativa, máquina política, de produção de fluxo de desejo e de subjetividade tendem a tornarem-se articulação de um mesmo processo: o domínio capitalista do real, de todo o real. Esta seria a própria expressão deste novo regime de acumulação.

Entender este contemporâneo ciclo de consumo, distribuição e produção, nesta mesma ordem, pressupõe a compreensão dos novos ditames do mercado imperante, o entendimento de uma outra perspectiva acerca do produto/objeto a ser consumido, da lógica tecnológica nela empregada, bem como do papel preponderante do consumo e da comunicação / informação enquanto etapa (principal) deste novo processo de produção, comunicação esta que imprime uma outra dimensão ao trabalho, agora *imaterial*, e ao trabalhador.

3 - O Trabalho Imaterial

Como, com o desenvolvimento da grande indústria, a base sobre a qual ela se funda – ou seja, a apropriação do tempo alheio – cessa de construir ou criar a riqueza, assim como ele, o trabalho imediato cessa de ser, como tal, a base da produção, por que por um lado vem transformado em uma atividade prevalecte de vigilância e regulamentação; mas também porque o produto cessa de ser o produto do trabalho isolado imediato e é, ao contrário, a combinação da atividade social a apresentar-se como produto.

É com estas palavras de Marx (1978, p.406), encontradas nos seus *Grundrisse*, que devemos e desejamos começar nossa discussão.

Quais as reais implicações, sugeridas por Marx e expressas em frases como acima mencionada? Há nela, a nosso ver, uma idéia discutida e reatualizada por autores tais quais Negri, Lazzarato, Cocco, Lévy, que é o conceito marxista de *General Intellect*.

Voltando um pouco na discussão suscitada por Lévy (1997, pp.54-56) acerca da “virtualização”, o que teria ele a nos dizer, mais especificamente, acerca da informação? Quais são, de fato, as estreitas relações entre as peculiaridades da informação na contemporaneidade e a característica de imaterialidade do trabalho?

Segundo Lévy (1997), a informação, mas também o conhecimento, possuem propriedades econômicas singulares, uma vez que se configuram enquanto bens econômicos particulares e uma vez que são, na contemporaneidade, principais geradores de riqueza. Tanto porque a relação que experimentamos com ambos, desde a *Segunda Guerra Mundial*, e, sobretudo, depois dos anos setenta, é radicalmente nova. Podemos dizer, por exemplo, que numa época anterior ao controle, até a segunda metade do

século XX, portanto, uma pessoa praticava no final de sua carreira as competências adquiridas em sua juventude. Além e mais que isso, transmitia seu saber aos filhos e aprendizes. Parece-nos que hoje este esquema está em grande parte obsoleto, tanto porque as pessoas são levadas a mudar várias vezes de profissão em suas vidas - e também no “interior” de suas profissões - quanto porque os conhecimentos têm, cada vez mais, um ciclo de renovação curto. Torna-se progressivamente cada vez mais difícil designar as competências de base num domínio. Novas técnicas ou novas configurações sócio-econômicas podem, a todo momento, recolocar em questão a ordem e importância dos conhecimentos.

Da aplicação de saberes tendencialmente estáveis, que constituem o pano de fundo da atividade, passamos à aprendizagem permanente. O saber, que parecia prender-se num fundamento, parece agora se transformar em fluxo contínuo, alimentando as operações eficazes, ele próprio operação. A exigência de maior e mais ampla circulação de conhecimento e informação, antes restrita a grupos de especialistas, na nova lógica do capital, se faz pungente. Ambos, conhecimento e informação, passam a constar entre os bens econômicos primordiais, o que nem sempre foi factível. Passam à condição de fonte e condição determinante para todas as outras fontes de riqueza: como se conformando uma *infoestrutura*; passam, ainda, a serem regidas por duas leis que tomam pelo avesso os conceitos e raciocínios econômicos clássicos: *consumir o conhecimento e a informação não os destrói; cedê-los não faz com que sejam perdidos*. É assim que, ao transmitirmos uma informação, não a perdemos, sua utilização não implica sua destruição. Lévy, então, nos fala da emergência de uma *economia da abundância*, cujos preceitos, mas sobretudo as práticas, encontram-se em profunda ruptura com o funcionamento da economia clássica, uma *economia da raridade*, segundo ele.

Num primeiro momento, poderíamos dizer que a natureza imaterial da informação – trata-se de um bem imaterial – lhe concederia as características acima citadas, o que suporia uma metafísica das substâncias. Ou seja, podemos dizer da existência de coisas materiais e coisas imateriais. Contudo, bem nos lembra Lévy (1997), mesmo os bens ditos materiais valem por suas formas, suas estruturas, suas propriedades em contexto,

portanto, suas dimensões imateriais. Em contrapartida, não se pode separar as informações de algum suporte material, sob pena de destruí-las. Podemos sim recopiá-las, transmiti-las, multiplicá-las com facilidade, mas, se todos os lugares de inscrição material desaparecem, a informação vai junta. Esta, portanto, não é *imaterial*, mas *desterritorializada*. Mas a informação tampouco é *material*. A alternativa *material / imaterial* vale apenas para *substâncias e coisas*, ao passo que a informação é da ordem do *acontecimento e do processo*.

Tudo que é da ordem do acontecimento tem a ver com uma dinâmica da “atualização” (*território, instância do aqui-agora, solução particular*) e da “virtualização” (*desterritorialização, desprendimento, colocação em comum, elevação à problemática*).

Esclarecida a noção de informação com a qual lidamos, podemos, por conseguinte, retornar ao aspecto sobre o trabalho proposto, inicialmente, por Marx (1978). Em certa altura do desenvolvimento capitalista, que Marx vislumbrou apenas como o “futuro”, os poderes do trabalho seriam insuflados pelos poderes da ciência, comunicação e linguagem, donde o intelecto geral seria uma inteligência coletiva, social, criada por conhecimentos, técnicas e “*know-how*” acumulados e onde o valor do trabalho é realizado por uma nova força de trabalho universal e concreta, por meio da apropriação e livre utilização das recentes forças produtivas. Segundo Hardt e Negri (2001), o que Marx viu como futuro é a nossa era. Por imaterialidade do trabalho entende-se, portanto e *modo geral*, um processo de crescente integração da comunicação, linguagem e conhecimento na produção, integração esta que funcionaria como uma *interface* – numa ligação muito forte e íntima – entre as condições técnicas da produção material e os comportamentos de consumo, que agora não se restringem a bens materiais exclusivamente.

Apresentação, portanto, de um modelo de comunicação produtiva por parte, mas não só, dos setores de serviço da economia, onde esta nova indústria não produziria apenas novos materiais, mas os transformaria, tornado circulares e redimensionadas as próprias noções de produto e ato de consumo, no sentido que *o consumo da rede cria riqueza, a transformação se transforma no produto*. O que nos revela

um primeiro aspecto de grande relevância: o capitalismo não é mais o capitalismo da produção, mas do produto. Portanto, dizemos de uma nova centralidade do trabalho.

Podemos dizer que as trocas lingüísticas, de certa forma impostas aos trabalhadores, segundo linhas aleatórias que rompem com a rígida disciplina taylorista, tornam flexíveis a organização industrial e atualizam as redes de integração virtual que conectam as diferentes fases de concepção e produção entre elas e com as dinâmicas de consumo.

O trabalho imaterial (ou trabalhador imaterial) caracteriza-se, sobretudo, pela contínua inovação das condições de comunicação e, portanto, das dinâmicas produtivas. Apenas um adendo: esta suposição soa ambígua. Parece-nos claro que as consequências da incorporação massiva do aspecto comunicacional no âmbito da produção são profundamente contrárias, ou antes, surtem efeitos diferenciados, se avaliadas sob a perspectiva do trabalhador ou sob a perspectiva do empregador, ou antes, da “máquina” de produção.

Assim, ainda que o trabalho se constitua enquanto importante e forte objeto de análise e discussão, tendemos a concordar que algumas transformações radicais podem ser verificadas no seu bojo, uma vez que cada vez mais o produto deixa de ser criado pelo trabalhador individual imediato para ser resultado mais de uma combinação da atividade social que da atividade do produtor. Atividade social estruturada com muito pouca relação com o tempo de trabalho que custa a sua produção, pois ela depende do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia ou da aplicação dessa ciência à produção (Negri e Lazzarato, 2001).

Quando o fundamento principal da produção deixa de ser o trabalho imediato e o tempo de trabalho, é a apropriação de sua força produtiva geral (todo o trabalho socialmente necessário) que vira o fundamento da produção e da riqueza. Parece estabelecer-se assim um novo padrão de trabalho cuja dimensão concreta passa pela socialização. Cocco (2000) é ainda mais radical em suas suposições, na medida em que nos diz que, no pós-fordismo, esse paradigma da *atividade sem obra* deixa de ser caso excepcional para transformar-se em uma tendência do trabalho em geral, onde as tarefas do trabalho não se constituem mais na execução de um fim particular, mas em modular,

variando e intensificando a cooperação social, isto é, o conjunto de relações e conexões sistêmicas que constituem a base da produção de riqueza - aqui percebemos a força do conceito de controle - onde o consumo é imediatamente produto e vice-versa. Esse autor diz, ainda, que o fim não é objetivável num produto final, mas coincide com o momento mesmo da troca comunicativa, cujo protótipo é o funcionamento das redes multimídias interativas. *Modulação, adaptação flexível, aprendizado (ininterrupto), antecipação das falhas e redimensionamento da discussão a cerca do tema “risco”, “distribuição” em redes, diluição do espaço produtivo da fábrica*, esses são os elementos fundamentais da organização do trabalho na economia de informação, que é também uma economia do tempo, figuras produtivas que não podem ser mais limitadas ao âmbito industrial, mas configuram-se, ainda segundo Cocco (2000), enquanto uma competência linguística comum em particular e do controle sobre a vida e das trocas simbólicas de forma geral. Aprofundemos então, algumas questões, de acordo com algumas prerrogativas propostas por Lazzarato e Negri (1989), Negri e Hardt (2001) e Lazzarato e Negri (2001).

Segundo Lazzarato e Negri (2001) é sobre a derrota da noção clássica do operário-trabalhador e o reconhecimento da centralidade de um trabalho vivo, que se constituem as variantes do modelo pós-fordista, no sentido que, agora, é sobretudo a alma do trabalhador que deve descer ao local de trabalho, é sua “personalidade”, sua subjetividade que deve ser organizada e controlada, unida à disciplinarização de sua “força de trabalho”.

Negri e Lazzarato (2001) nos dizem que, por ocasião da crise mundial do petróleo nos anos de 1973 e 1978, que seguem toda a gama de modificações envolvendo a dinâmica e estrutura do capitalismo desde o final da Segunda Grande Guerra, está em jogo uma nova dinâmica que envolve poderes e sujeitos, onde os focos de resistência são múltiplos, heterogêneos e transversais à organização do trabalho e às divisões sociais. Essa “nova dinâmica” está na base das questões referentes ao rompimento das relações dialéticas que envolvem o trabalho e, de bojo, todas as conseqüências e implicações desta afirmativa. Começemos por enumerá-las.

Os autores (2001) definem o trabalho imaterial enquanto uma atividade produtiva abstrata, ligada à subjetividade, que não pertenceria somente aos trabalhadores mais qualificados, mas a *todo e qualquer sujeito* na sociedade pós-industrial. É que o ciclo do trabalho imaterial é pré-constituído por uma força de trabalho social, cujo valor de uso pode ser expresso por meio de um modelo da informação. Por trabalho social entendemos um “além” do trabalho imediato e o tempo nele empregado, sendo, ainda, o pilar de sustentação da produção e da riqueza. Eis aí outro aspecto de importância: o fruto do tempo do trabalho alheio, sobre o qual se apoiava a riqueza, como citado anteriormente (mais-valia) não mais se apresenta enquanto base de avaliação das relações sociais do trabalho. Quando o trabalho imediato cessa de ser a grande fonte de riqueza, o valor de troca deve cessar de ser a medida do valor de uso. A produção baseada no valor de troca desmorona e o processo de produção material imediato vem a perder também, dessa maneira e segundo Negri e Lazzarato (2001), a forma da miséria e do antagonismo. O que configura o próprio capital enquanto “a” contradição em processo, uma vez que reduz o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que o elege enquanto única medida e fonte de riqueza. Assim, o capital reduz a força de trabalho a “capital fixo”, subordinando-a sempre mais no processo produtivo, na mesma medida que demonstra, através desta subordinação total, que o ator fundamental do processo social de produção é agora o “saber social geral”.

Portanto, essa é uma terceira característica deste trabalho imaterial: as relações de trabalho se mostram independentes com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital. O domínio avança por sobre todo o trabalho socialmente necessário. Segundo Negri e Lazzarato (2001), nos encontramos agora em tempo de vida global, na qual é quase impossível distinguir o tempo produtivo do tempo de lazer. Perversamente, ambos estariam gerando riqueza / lucro ao capital: o trabalho imaterial não se reproduz – e não reproduz a sociedade – na forma de exploração, mas na forma de reprodução de subjetividade. Há aí colocada a idéia de que o processo de constituição de subjetividade se constrói por fora da relação (clássica) do capital, no cerne dos processos constitutivos da intelectualidade de massa, na subjetivação do trabalho. A cooperação social do

trabalho social, na “fábrica social”, na atividade terciária, manifesta uma independência frente à qual a função empreendedora se adapta, ao invés de ser a fonte e a organização.

Por conseguinte, e esta é uma outra característica, uma vez que o controle capitalista da sociedade tornou-se, por assim dizer, totalitário, o empreendimento capitalista vê as suas bases constitutivas tornarem-se meramente *formais*, ou seja, ela exercita sua função de controle e de vigilância não mais apenas de maneira hierárquica e disciplinadora como outrora, mas também do *externo* do processo produtivo, tanto porque o conteúdo deste processo pertence cada vez mais a outro modo de produção, como já dito, a *cooperação social* do trabalho imaterial. Assim, é cada vez mais o trabalho que define o capitalista, e não o contrário. É neste sentido que o capitalista tem buscado, cada vez mais, se preocupar em reunir os elementos políticos necessários para a exploração da empresa do que das condições produtivas do processo de trabalho. É o que Negri e Lazzarato (2001) e Negri e Hardt (2001) denominam *empresário político*.

Dessa forma, a contradição que opõe essa nova subjetividade a este novo regime de dominação não é mais dialética, ou melhor, a relação que mantém com o capital não é só antagonista, é alternativa, constitutiva de uma relação social diferente. O velho antagonismo das sociedades industriais estabelecia uma relação contínua, mesmo que de oposição, entre os atores-opositores e, como consequência, imaginava a passagem de uma situação de poder dada àquela da vitória das forças antagonistas como uma transição (“revolução operária”). Agora, para Negri e Lazzarato (2001), não há mais lugar para essa “transição”, uma vez que observamos cada vez menos dados da relação capitalista clássica, mas uma ruptura radical com eles. Tendência, segundo os autores, a uma diminuição da contradição a partir do trabalho assalariado em direção à sua dissolução. Nesse sentido, o próprio conceito de revolução se modifica, já que, como dito anteriormente, novas relações de poder e novos processos de subjetivação estão em jogo. É num contexto de discussão acerca das sociedades de controle em que este aspecto deve estar pautado, já que nos abrimos, agora, para um terceiro período de organização do poder: aquele da política da comunicação ou para uma possível libertação do sujeito pelo controle desta mesma. Trata-se de uma busca e uma construção, logicamente. Se foi no “trabalho” que a organização da sociedade, do poder

e as suas formas de legitimação, na sociedade disciplinar, encontraram um fundamento e uma coerência, hoje estas funções são dadas separadamente e atravessam formas de legitimação outras. Da mesma maneira que na época clássica a crítica radical era apresentada pela revolta, na época da representação pela reapropriação, hoje, na época do controle e da política comunicacional, a resistência apresenta-se na forma de construção de uma potência autônoma e constitutiva dos sujeitos. A possibilidade desta constituição configura-se enquanto uma nova bandeira de luta, nos cabendo descobrir como fazer.

Por fim e a título de sistematização, uma tentativa de pontuação do novo ciclo de produção, considerada desterritorializada e marca do trabalho imaterial (Cocco, 2000):

Anteriormente vendia-se o que já havia sido produzido e a produção comandava a reprodução dos modos de produção. Agora se produz o que já foi vendido e a reprodução integra a produção e vice-versa.

Podia-se dizer que o trabalhador / operário, em sua maioria, era desqualificado, executando as tarefas de maneira mecanizada. Suas relações cooperativas e comunicativas são incorporadas na maquinaria. Hoje o trabalhador estrutura-se enquanto figura polifuncional, marca da “flexibilidade profissional”, tomando iniciativas aleatórias, imprevisíveis. Aqui, o que nos parece ser central é o desenvolvimento de redes telemáticas internas e externas à empresa. No que se refere ao trabalho imaterial, os trabalhadores são levados a ter um papel cada vez mais importante, só que agora sob uma outra perspectiva. Percebemos um processo de rearticulação e recomposição do trabalho, que se objetiva por uma reconcentração do trabalho e por uma nova centralidade do trabalho vivo, um trabalho que tende, cada vez mais, a tornar-se técnico-científico.

A produtividade era o indicador paradigmático, agora a produtividade tende a não ser mais mensurável.

A fábrica era o núcleo da produção, estruturador dos fluxos materiais e humanos que atravessam o território social, onde suas maquinarias são instrumentos de decomposição dos fluxos na economia; dizia-se de uma produção em massa. Hoje percebemos que a fábrica é um elo integrado e estruturado pela cadeia produtiva social e

comunicativa, suas maquinarias são máquinas lingüísticas de fluidificação de informação na economia e da circulação/distribuição de massa. Os novos modos de organização industrial põem em causa as tradicionais separações taylorista entre a concepção, os métodos e a execução, colocando em questão os sistemas funcionais existentes. Funções ligadas ao marketing, ao comercial, e à informação assumem um lugar cada vez mais importante, enquanto a produção e as administrações se tornam periféricas – terceirização – e as de compras se automatizam. Passamos, portanto, da concepção e organização da “indústria vertical” para a “empresa rede”, que distribui suas múltiplas funções em unidades “espalhadas”, e não mais concentradas num espaço industrial, central – o que corresponderia a uma difusão territorial dos processos produtivos – .

Anteriormente os ganhos de produtividade constituíam-se na decomposição dos fluxos, sendo, assim, fundamentalmente endógenos. Agora a produtividade baseia-se nas capacidades de modulação lingüístico-comunicativa da cooperação dentro e fora da fábrica. Os ganhos de produtividade tendem a ser exógenos, dependem do não pagamento das externalidades (custos sociais).

Podíamos dizer que o controle se dava através da disciplina ao longo da cadeia produtiva, principalmente através do esquadrinhamento, vigilância e hierarquização espacial. Agora o controle vem de fora, principalmente a partir da modulação temporal. É assim que podemos falar que uma virtualidade produtiva das relações sociais de cooperação, marcante no pós-fordismo, encontra-se cada vez mais materializada nas dinâmicas que misturam os dispositivos disciplinares da fábrica em aparelhos sociais de controle, tais como *violência, consumo desenfreado, desemprego, precarização, constituição de um estado de polícia, guerra civil, saúde, câmaras de vídeo em praça pública, risco, abismo entre a produção de conhecimento técnico-científico e o saber comum, etc*, que, a nosso ver, merecem tanta atenção e destaque no campo do Trabalho quanto as próprias pesquisas e intervenções que se referem aos *processos de produção*.

3.1- Consumo: Turistas e Vagabundos

Quais as implicações das afirmativas que nos dizem que nossa sociedade *é* uma *sociedade de consumo*? Quais as relações entre o consumo em nossa atualidade e os novos modos de produção por nós experimentados?

Quando falamos de uma tal sociedade, se tem em mente mais que a observação meio óbvia de que todos os seres vivos consomem desde tempos imemoriais. O que de fato se quer expor é que, fundamentalmente, a sociedade moderna, nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma “sociedade de produtores”, onde seus membros engajavam-se nos papéis de soldados também produtores. Segundo Bauman (1998), e como vimos no segundo capítulo desta dissertação, o dever ontológico de desempenhar estes papéis era ditado pela *norma* colocada diante dos olhos e da razão destes “soldados”, incitando-os a se observarem e a vigiarem-se mutuamente. *Norma* esta que colocava para seus membros uma capacidade / competência e uma vontade / desejo em desempenhar ambos os papéis. Supõe-se que a sociedade em que vivemos pouco necessite destes soldados trabalhadores, uma vez que somos tanto mais úteis quantos mais nos enquadrados na condição de consumidores. A *norma* dita, primeiro e acima de tudo, que melhor nos enquadrados à medida que, com êxito, desempenhamos e desejamos desempenhar, esse papel. A diferença colocada entre as duas fases de produção é claramente de ênfase e prioridades, ênfase esta que faz uma enorme diferença em praticamente todos os aspectos de nossa organização social e nossas vidas.

Voltemos um pouco em nossa discussão. Segundo Negri e Lazzarato (2001) a empresa e a economia pós-industrial são fundadas, como já dito, sobre o tratamento da informação, isso quer dizer que, mais que assegurar o controle do quanto está no montante de seu produto e o controle dos mercados de matéria prima (inclusive o trabalho), a empresa atual estrutura sua estratégia (*logística*) no que encontra no final do

processo de produção: *a venda e a relação com o consumidor*. Volta-se, nessa medida, mais para a comercialização e financiamento do que para a produção. A lógica diz que, um produto, antes de ser fabricado, deve ser vendido. Esta estratégia, sem dúvida, se baseia sobre a produção e consumo de informação, mobilizando importantes estratégias de comunicação e de marketing para reaprender a informação (conhecer a tendência do mercado) e fazê-la circular (criar mercado).

No modo de produção taylorista / fordista, o consumo de massa depende de mercadorias padronizadas. Não é à toa que Ford dizia que o consumidor podia escolher a cor do modelo T5, oriundo se sua linha de montagem, desde que fosse preta. Hoje, a sobrevivência da maioria das empresas passa pela pesquisa permanente de novas aberturas comerciais que levam à definição de gamas de produtos mais amplos e diferenciados, chegando, contudo, no que diz respeito ao consumidor, ao extremo da idéia de singularidade: da produção em série de produtos padronizados, à produção em série de produtos diversificados, e agora, à produção de produtos com quase nenhuma qualidade, feitos para durar pouco, produzido para “individualidades” no emaranhado de multiplicidade do meio social.

Há aí uma permuta, no que diz respeito à inovação, entre racionalização do trabalho e imperativos comerciais. Sem dúvida que a mercadoria pós-industrial é o resultado de um processo de criação que envolve tanto o produtor quanto o consumidor. O consumidor aí intervém de maneira ativa na constituição do produto. Podemos dizer que aquilo a que assistimos não é um crescimento dos serviços, mas um desenvolvimento das “relações de serviço”, havendo o que os autores chamam de *deslocamento de pesquisa humana em direção ao exterior da empresa* (Negri e Lazzarato: 2001, p.45). Esta mudança de relação entre consumo e produção obviamente que altera, radicalmente, a organização do trabalho taylorista, tanto porque o produto é produzido com a intervenção do consumidor, estando, assim, em permanente evolução, o que torna sempre mais difícil definir as normas de produção e estabelecer uma medida “objetiva” de sua quantificação. A produção áudio-visual, a publicidade, a moda, a produção de *software*, o turismo – consumo que mais cresce em todo o mundo – o consumo na rede, a gestão do território etc. são definidas através da relação

particular que a produção mantém com seu mercado e os seus consumidores. É o trabalho imaterial que inova continuamente as formas e as condições da comunicação e, portanto, do trabalho e do consumo. Dá forma e materializa as necessidades, ao imaginário e aos gostos dos consumidores. E esses produtos devem, por sua vez, ser potentes produtores de necessidade, do imaginário, dos gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial, cujo valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural, está no fato, como já citado, de que ele não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz capacidade física da força de trabalho, mas transforma o seu utilizador.

A necessidade de consumir, a capacidade de consumir, a pulsão a consumir, não são mais produzidas indiretamente pelo objeto (produto), mas diretamente por dispositivos específicos que tendem a identificar-se com o processo de constituição da “comunicação social”. Assim, a necessidade de consumir, a capacidade de consumir, a pulsão a consumir, são transformadas num processo de produção, uma vez que o trabalho imaterial produz acima de tudo relação social e somente na presença desta produção a sua atividade tem um valor econômico. Esta atividade mostra imediatamente aquilo que a produção material “escondia”, uma vez que o trabalho não produz só mercadoria, mas acima de tudo relação de capital.

A produção de subjetividade deixa de ser somente um instrumento de controle social e torna-se diretamente produtiva, pois o seu objetivo é construir o consumidor / comunicador, construí-lo ativo, ao menos para o consumo. O fato de que a forma como o trabalho vem sendo organizado na contemporaneidade tem permitido produzir ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida – um aprofundamento da questão biopolítica levantada por Foucault –, e superado todas as barreiras que não só separavam (mesmo que ficticiamente) mas também opunham economia, poder e saber. O processo de comunicação social e seu conteúdo primordial, que é a produção de subjetividade, torna-se diretamente produtivo na medida em que produz a produção. Mas como esse processo se dá?

A hipótese, como já dito, é que o processo de produção da comunicação tende a tornar-se imediatamente processo de valorização. Se podemos entender que antes o peso maior da produção de comunicação era organizado, fundamentalmente, por meio da linguagem (“produção ideológica”, literária / artística e as suas instituições) hoje, investida pela produção industrial, ela é produzida por meio de formas tecnológicas específicas (tecnologia de reprodução de saber, do pensamento, da imagem, do som, da linguagem) e por meios organizados de gerenciamento, que são por sua vez portadores de um novo modo de produção, uma imbricação entre *autor / reprodução / recepção*.

Segundo Negri e Lazzarato (2001, p.49) para poder ser utilizado, o modelo *autor / reprodução / recepção* pede uma dupla transformação: primeiro, os três momentos deste processo de produção devem ser caracterizados imediatamente pela sua forma social; segundo, os mesmos devem ser compreendidos como as articulações de um verdadeiro ciclo produtivo. É num processo de socialização / subsunção no econômico da atividade intelectual que o produto “subjetivo” tende a assumir a forma de mercadoria.

Discutir o consumo, portanto, implica tanto a discussão acerca das novas relações de produção (e vice-versa), quanto à discussão sobre esta “nova” categoria de consumidor, portanto, de subjetividade, despontada em nossa atualidade.

A hipótese levantada é que o consumidor, em uma sociedade do produto, é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores de quaisquer outras sociedades até aqui. Bauman (1999, p.89) nos indaga se ainda somos capazes de distinguir aquele que vive daquele que consome, num deslocamento da pergunta: ***o homem trabalha para viver ou vive para trabalhar?***, para a questão: ***é necessário consumir para poder viver ou o homem vive para poder consumir?***

Segundo o autor, as principais características de tal consumidor, de modo geral, seriam a volatilidade, a temporalidade interna dos compromissos em relação ao consumido, ou seja, se satisfaz a necessidade de consumo no ato de consumo, até segunda ordem, quando estar-se-ia, de imediato, pronto para substituir um dado objeto por outro qualquer. A cultura da sociedade de consumo envolveria então, e, sobretudo, o esquecimento, não o aprendizado. A relação tradicional entre necessidade e sua satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer e será sempre mais intensa

e atraente que a necessidade efetiva. Tanto porque a promessa é tanto mais sedutora quanto menos familiar for. Um aspecto importante: a suposição de que o consumidor é um aventureiro, ávido por novidades. O autor ainda sugere que há a inquietude, a mania de mudanças constantes, de movimento, de diversão, donde ficar parado, sentado, é correlato à morte (individual e social).

Então, para Bauman (1999) um outro aspecto que não deve ser esquecido é que, para o consumidor de tal sociedade, estar em movimento adquire uma conotação vital: procurar, buscar, não encontrar, ou melhor, não encontrar ainda, não seriam sinônimos de mal-estar, pelo contrário, seriam promessas de bem-aventurança, se não a própria. O que se coloca em jogo não seria tanto a avidez de adquirir, de possuir e o acúmulo de bens, mas a excitação de uma sensação nova, ainda não experimentada. Nessa lógica sugerida por Bauman, os consumidores seriam acumuladores e colecionadores de sensações, não de coisas. Eles podem, de certa forma, recusar fidelidade a qualquer das infinitas opções expostas, exceto a opção de escolher entre uma delas. Uma opção que parece não ser opção.

É essa combinação dos consumidores, avidez por novas atrações e enfatiamento com as atrações já obtidas, e de um mundo transformado em suas dimensões mais gerais, segundo os padrões do mercado de consumo, pronto a mudar suas atrações com velocidade estonteante, que varre a possibilidade de sinalização fixa dos mapas individuais do mundo e dos projetos e itinerários de vida. O consumidor é uma pessoa em movimento e fadada a se mover sempre.

A princípio, todo mundo pode ser *lançado* na lógica do consumo, todo mundo pode *desejar* ser um consumidor, mas não são todos que efetivamente *podem* ser um consumidor. O que abriria precedente para uma distinção inusitada: o grau de mobilidade entre os membros da sociedade, a “liberdade” de escolher, simplesmente, *onde estar*.

A diferença entre os que *podem* e os que *não podem* é que aos primeiros é permitido deixar os segundos para trás. As cidades contemporâneas comportam assim um tipo de “*apartheid*” ao avesso: os que têm acesso à circulação podem deixar para

trás, abandonar a sujeira e a pobreza das regiões onde estão presos aqueles que não têm como se mudar.

Uma outra característica desta nova estratificação: os que vivem no “alto” estariam satisfeitos em viajar mundo afora de acordo com seus desejos e promessas de satisfação, já os de “baixo” não com pouca frequência são expulsos dos lugares onde gostariam de ficar.

Os vistos de entrada vão ficando gradativamente ultrapassados, mas não o controle de passaportes: abole-se o visto para aqueles para os quais é conveniente e fácil viajar, a fim de segregar, por meio do controle, aqueles que deveriam ficar no lugar de onde saíram, melhor, aqueles que nem deveriam viajar. Segundo Virilio (1993: p.9) esta seria a *última porta do Estado*, o aeroporto ou o porto, espaços por excelência de experimentação do controle e vigilância, realizados por uma dura política de polícia das fronteiras. Segundo o autor, não se trata mais, como no passado, de isolar pelo encarceramento o contagioso ou o suspeito, mas de *interceptá-lo em seu trajeto* a tempo de auscultar seus trajets e bagagens, daí a súbita proliferação de câmeras, radares e detectores nos locais de passagem obrigatória. Seria como um *encarceramento do trajeto*. Esta tendência tende a aprofundar-se ainda mais depois dos acontecimentos de *11 de setembro*.¹⁰

Peculiar combinatória entre viagem e consumo. A atual tendência em combinar anulação dos vistos de entrada com o aumento dos controles de migração tem uma profunda conotação simbólica. Ela é mais um indício que deixa a nu o fato de que o acesso à mobilidade global pertence à mais alta categoria dentre os fatores de estratificação. Também revela a dimensão global de todo o privilégio e de toda privação, por mais localizado. Esta lógica de controle aplica-se ainda aos navegadores da “*Web*”, principalmente no que diz respeito à apropriação e manuseio dos bancos de dados.

¹⁰ Refiro-me aos atentados terroristas que acometeram as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York (EUA) e o Pentágono, em Washington (EUA), nesta data, no ano de 2001.

De fato, todos nós podemos ser andarilhos, ainda que em sonho ou efetivamente, reais ou virtuais, mas há aí um abismo difícil de transpor entre as experiências que podem ter, respectivamente, os do alto e os de baixo desta escala de liberdade, donde cria-se uma nova hierarquia da mobilidade. No mundo daqueles “globalmente móveis”, os que ocupam o “topo” da escala de consumo, o espaço perdeu sua qualidade restritiva e é facilmente transposto tanto sem sua dimensão “real” quanto “virtual”. Para o mundo daqueles da “localidade amarrada”, o espaço real está se fechando rapidamente. Vide a questão da violência. É como um tipo de provação, que se torna ainda mais penosa pela insistente exibição na mídia da conquista do espaço e do acesso virtual.

Os “habitantes” do primeiro mundo parecem viver num presente perpétuo, passando por episódios higienicamente isolados do seu passado e também do futuro, estando constantemente ocupados e sempre “sem tempo”, pois cada momento não é extensivo. Já as pessoas ilhadas no espaço são esmagadas pela carga de uma abundância de tempo redundante e inútil, que têm progressivamente reaprendido a preencher, vide o aumento enlouquecedor da violência urbana, o aumento do número de pessoas, cada vez mais novas, “empregadas” pelo narcotráfico e pelo contrabando de armas. No tempo destes, quando referendado pelo fluxo de tempo daqueles “globalmente móveis”, realmente “nada acontece!” Nesta medida, não controlam o tempo, e quando pensamos no número exorbitante de pessoas à margem das ofertas de trabalho formal, também parece não serem controladas por ele, ao contrário de seus predecessores, governados pelos relógios, submetidos ao ritmo impessoal do tempo fabril.

Vimos conformar-se aí dois parâmetros de consumidores: o consumidor-turista, que vive no tempo, e o consumidor-vagabundo, que vive no espaço, se pensarmos neste enquanto um espaço pesado, resistente, que amarra o tempo e o mantém fora do controle deles. Para os primeiros, as fronteiras do Estado foram derrubadas, como o foram as mercadorias, o capital e as finanças. Para o segundo “time”, os muros constituídos pelo controle de imigração, pelas leis de residência, pela política de ruas limpas, pela tolerância zero, ficaram mais altos. Contudo, a estes últimos não se permite nem que fiquem parados, pela pungência do consumo, nem que procurem um lugar melhor para ficar, pela expropriação do mercado de trabalho. É que, uma vez liberado

do espaço, do mercado de trabalho, o capital não precisa mais da mão de obra itinerante. Liberado das fronteiras de Estado e dos direitos trabalhistas, ele mesmo migra para regiões mais aprazíveis. É assim que as pressões para liberar as últimas fronteiras ao livre movimento do dinheiro e das mercadorias e informação, que rendem dinheiro, andam de mãos dadas com a pressão pra cavar novos fossos e para que novas muralhas sejam erigidas. A localidade forçada preserva a seletividade “natural” dos efeitos globalizantes.

Mas como dito, tanto vagabundos quanto turistas tendem a perceber o mundo como fonte de sensibilidade, uma matriz de possíveis experiências e o mapeiam de acordo com elas. Ambos são tocados, atraídos ou repelidos pelas sensações prometidas. Aí uma característica que os aproximam.

Temos aí um complicador: enquanto consumidores, tanto vagabundos quanto turistas habitam uma mesma cultura, vivem num mesmo mundo ideado em benefício dos que têm dinheiro. A linha que os separa é tênue e nem sempre muito nítida, se pode cruzá-la facilmente sem perceber. Assim, entre esses dois extremos há uma grande parcela, possivelmente uma maioria substancial da sociedade de consumidores / viajantes, que não sabe exatamente onde se encontra no momento e nem se sua situação atual permanecerá. Afinal, grande parte dos empregos formais é temporária, as ações podem tanto cair quanto subir, as habilidades continuam a ser desvalorizadas e superadas por novas e mais aperfeiçoadas, os bens rapidamente se tornam obsoletos, bairros sofisticados se descentralizam, e assim continua. É assim que o vagabundo parece ser o pesadelo do turista, é necessário varrê-lo para debaixo do tapete – expulsando o mendigo e os sem-teto das ruas, confinando-os em guetos-periferia distantes e proibidos, exigindo seu exílio. A política da sociedade dos turistas pode ser em grande parte explicada – com a obsessão com a lei e a ordem, obsessão com o mesmo, a criminalização da pobreza, o ideal de assepsia pública – como um esforço obstinado para elevar a realidade social, contra as evidências, ao nível de *um mundo sem vagabundos* – como se fosse possível viver nele!!!

A questão está aí: a vida dos turistas não teria nem a metade da graça e apelo se não fossem os vagabundos à volta pra mostrar como seria a alternativa a esta vida.

Paradoxalmente, a vida do turista é tanto mais suportável e agradável por ser assombrada por uma alternativa uniforme de pesadelo: a da existência dos consumidores / vagabundos.

As agruras de ambos podem estar mais firmemente entrelaçadas do que nos é permitido supor. Contudo, as duas possibilidades de experiência de vida produzem percepções bem distintas do mundo, das suas aflições e das possíveis maneiras de superá-las. Dois mundos, duas percepções do mundo, duas estratégias. Esse momento da compressão do espaço e do tempo, da ilimitada transferência de informação e de comunicação instantânea, é também o momento da quase total quebra de comunicação entre a “classe instruída-turista” e o “populus-sedentário”. E talvez a experiência com os “ponto-coms” seja a expressão mais vivaz deste paradigma de segregação. Espaço privilegiado da concatenação entre viagem e consumo, a *web* aqui será apresentada não enquanto mais um ponto de evasão para as demandas quase insaciáveis de viagem e, portanto, de exorcismo da “chegada”, ou de consumo, nem como aspecto e arma fundamental de resistência e criação de alternativas outras ao inexorável aspecto de alisamento das instituições sociais modernas, como veremos adiante, mas sim, como um fato com o qual lidamos cotidianamente.

Dizíamos antes da distância abissal que separa aquele comprador do Ford T5 preto, e junto a este toda a gama de produtos e objetos oriundos da esteira de rolagem e linha de montagem, oferecidos enquanto únicas alternativas ao consumidor do início do século passado, e o consumidor-singular que chega hoje às lojas para comprar um produto que foi feito para o seu perfil, o seu desejo, as suas íntimas necessidades, apresentado por um vendedor que não é mais um vendedor, mais um agente-amigo especialmente treinado para atendê-lo, enquanto único comprador de todo o mundo. A esta categoria de consumidor-turista, acrescentamos o fato de que também pode integrar às suas “singulares” necessidades as compras via *internet*.

Vaz (1999, pp.115-132), num texto intitulado *Agentes na Rede*, apresenta a hipótese de que o *novo* deixa de ser pensado com referência a regras culturais que limitariam a experiência e torna-se, cada vez mais, o resultado de um filtro aplicado ao excesso de informação, ou de oferta de informação. Este filtro seria o que hoje

denomina-se *tecnologia dos agentes*, um dos modos de filtrar o que está sendo ofertado. É a partir desta perspectiva que introduziremos a questão do consumo na rede.

A teorização sobre a relação entre internet, sociedade e sujeito está mudando de patamar. O fato do “espaço” *World Wide Web* ter se tornado em pouco mais de um quarto de século o território de maior crescimento na história (Wertheim, 2001), é motivo suficiente para que seja pensado e discutido. No início, as análises se limitavam a diferenciar o seu modo de funcionamento daquele das outras mídias e, pela diferença, antever e valorar o efeito que promovia. A “*internet*” enquanto “*mediun*”, contudo, alertou para uma outra problemática: aquela que diz respeito ao crescimento da massa de informação disponível. Temos, a partir deste dado, o começo das possibilidades de efetivação dos agentes, de seu funcionamento e a velocidade de crescimento do espaço “*www*”.

Segundo Vaz (1999), o mapa da “*net*” não conecta lugares, mas distribui percursos. Ele vale, portanto, se nos mostra como circulamos, mas também, enquanto turistas-consumidores, para onde podemos ir. É a partir desta perspectiva e num jogo entre a questão do *excesso*, do *processo*, do *acesso* e do *sucesso* da informação que o autor nos propõe pensar este mapa, agora intermediado pelos agentes da rede.

Apresentemos a descrição de uma experiência com um agente para melhor entendimento. A empresa virtual seria a “*Amazon Books*”, que serve de intermediária entre as editoras e os leitores, consumidores potenciais (mais de um milhão e seiscentos mil usuários), concentrando uma enormidade de livro (estimados em dois milhões e quinhentos mil) em um lugar virtual, o que nos permite dizer que há aí uma identificação entre o suporte o transporte da informação, o que garante à empresa uma economia de estoque, podendo estar, ainda, em todos os computadores do mundo conectados à “*internet*”. De início, a “*Amazon*” atrai pela oferta desmesurada, esta seria uma sua primeira “vantagem”. Se comparada às livrarias tradicionais, até mesmo pela capacidade de estoque, a diferença de oferta é evidente. Ela não precisa selecionar pois não acumula matéria. Outro aspecto destas “vantagens” oferecidas pela empresa virtual seria a transposição do obstáculo de distância. Conectado, estando em qualquer parte do mundo, pode-se solicitar a mercadoria de outro extremo. Supera também as restrições

quanto às publicações recentes, estando o livro no catálogo de uma livraria recôndita, é possível obtê-lo. Não há, assim, necessidade de espera. A livraria virtual ainda pode dotar seus clientes de uma maior autonomia por não trabalhar com o sistema pedagógico um-todos: é possível, dessa forma, abandonar a dependência com relação à qualificação e preparo do livreiro vendedor.

Podemos então dizer que, na perspectiva da rede, o acesso aos livros, seu consumo, *não é mais restringido pelo custo do estoque, pela distância, pelo tempo ou pela perspectiva do livreiro*. É claro que esta análise de consumo imaterial pode ser extensiva a qualquer outro produto / objeto disponível na rede. Isto inclui, assustadoramente, quase tudo ¹¹! Imaterialidade, globalidade, modificação na experiência de espaço, onde um ponto concentra todo o mundo e o mundo está em cada ponto da rede ¹², derivada da identidade entre suporte e transporte, tempo ordenado pela conexão, algumas características deste novo perfil de consumo propiciado pela rede.

A problemática colocada pelo autor é que este excesso de informação e de oferta (produtos passíveis de serem consumidos) não mais seduz como outrora, mas pode configurar-se como uma dificuldade ou empecilho ao consumo. É como uma alternativa a este “excesso” que faz sentido, segundo o autor, pensar nos mecanismos dos agentes.

O funcionamento dos agentes, genericamente, requer detecção de padrões por um procedimento estatístico, definindo a “individualidade” do usuário consumidor através da construção de *banco de dados*, podendo o indivíduo tanto pertencer a vários grupos num mesmo momento quanto variar seu grau de individualização no interior de um único banco de dados, dependendo da pergunta e da resposta. Aliás, o maior patrimônio da “Amazon” é o *copyright* de seu banco de dados, uma vez que vende o acesso às

¹¹ Segundo Wertheim (2001, p. 166), dez milhões de pessoas só nos Estados Unidos e no Canadá já tinham comprado alguma coisa on-line até o final de 1997. Estima-se que o comércio eletrônico atingirá trezentos bilhões de dólares este ano (2002).

¹² Estes dados são referência do livro de Michel Serres, *Atlas*, Paris: Julliard, pp. 143-154, sobre o qual, infelizmente, não tivemos acesso.

informações. Embora acumule prejuízos, suas ações na bolsa continuam subindo, já que constitui um capital valioso: um banco de dados com informação sobre todos os seus consumidores. Quanto vale as informações contidas em seus bancos de dados para seus clientes? (não se trata, portanto, apenas da qualidade da informação que pode prestar a seus clientes). Que dinâmica se apreende na movimentação dos consumidores?

Um agente ainda pode tomar como sendo sua a responsabilidade das tarefas repetitivas e servir como um cérebro adicional para as tarefas complexas: uma exemplar tecnologia cognitiva, apontando informações relevantes que passariam despercebidas, informações que não se sabiam procuradas, despreocupando seu usuário com tarefas e informações banais, etc., claro, tudo sempre voltado, no final da linha, para o consumo. Temos aí uma outra questão, aquela que diz respeito às possíveis críticas a este tipo de “serviço”.

Os críticos dos agentes acentuam que a interface supõe a manipulação, que se transfere inteligência para a matéria ao invés de aumentar a capacidade humana e que, por fim, há aí uma simplificação das preferências dos usuários, uma vez que atua por padrões de dados. A crítica aos agentes sociais indaga se o nosso desejo pode ser reduzido a padrões ou se queremos o novo e nos esforçamos por conquistá-lo. Posto deste modo, nos diz Vaz (1999), os agentes são uma estupidez. Mas completa dizendo que esta crítica está deslocada porque é anacrônica. O que segue no texto, a explicação para este anacronismo, é um aspecto para o qual queremos chamar atenção e com o qual devemos ter cuidado. O autor nos diz que, na polaridade moderna entre o *novo* e a *repetição*, nos colocamos diante de um novo modo de conceber o *desejo*. Segundo ele, o que nos assusta e atrai é estarmos lançados num oceano de possíveis, em grande parte possibilitado pelo acesso, cada vez mais crescente, ao universo virtual do ciberespaço. Para o autor, o ponto nodal da divergência entre os críticos e os adeptos é o nosso ideal de autonomia e de experimentação, bem como o quanto podemos acolher de perda de controle e de desconhecimento de nós mesmos. “Navegar” hoje implicaria admitir que não se sabe o que se vai encontrar na medida em que se avança e na medida em que não há espaço prévio quando o espaço é a informação. Nos indaga, então: *o que fazer diante de tudo que podemos acessar, temer e comprar, em outras palavras, ser?*

Entendemos ser possível observar aí, nas palavras de Vaz (1999), a atual tendência em *adquirir e acumular informação* colocada enquanto sinônimo de desejo (de consumo) e de existência. Nesse caso, nada mais desejável que um mapa (construído pelo agente) neste horizonte sempre renovado de inumeráveis possibilidades. *Se o desejo é informação*, continua, *deseja-se saber!* Nesta mesma lógica este é, exatamente, também o papel e função da publicidade e do *marketing* no atual estágio da produção capitalista: traçar / cartografar mapas para orientar, a partir do consumo, o possível dos nossos desejos. Isto é que move e sustenta, segundo a grande maioria, o novo sistema de acumulação. Agora, como já dito, segue-se o padrão de produzir apenas aquilo que já foi vendido, o que nos permite supor que a reprodução integra a produção e vice-versa. O *marketing* é agora o instrumento de controle social¹³, e forma a raça impudente de nossos senhores, orientando, de forma quase impiedosa, a estrada tanto de turistas quanto de vagabundos. Deleuze (1992) nos diz que agora nos informam que as empresas têm uma alma, o que é, efetivamente, a notícia mais terrificante do mundo. E se de fato há esta alma, podemos dizer, junto a Deleuze, que ela diz respeito, fundamentalmente, ao serviço de vendas.

O que dizer, frente a esta tendência em confundir, como foi mostrado na lógica da rede e do novo consumo, suporte e informação? Dentro desta nova lógica do mercado, como redimensionar a questão da distribuição?

¹³ Por isto que se sugere não sermos mais o homem confinado, mas o homem endividado.

3.2 - Distribuição: Circulação e Modulação

Da cidade medieval, rezadora, fétida e obstruída, à cidade de ficção arcaico-futurista e desativada, passando pela cidade moderna, racional, com seus órgãos funcionais, a menos idealmente diferenciados; da teologia à ficção científica, passando pelos saberes técnico-científicos do higienismo, do urbanismo e da economia, tentaremos demonstrar, a partir das noções de *circulação* e *diferenciação*, como o capitalismo passa a investir no controle das redes e seus fluxos, chegando na contemporaneidade ao expoente máximo dessa equação de controle, a ponto de, em se tratando de sua dinâmica e modelo(s) produtivos, mal conseguirmos distinguir, com precisão, o que seja da ordem da produção, da distribuição e do consumo.

Stengers (1988), nos diz que diferenciação e circulação parecem ser as palavras de ordem do programa dos engenheiros urbanos do século XIX, utilizadas como que paradigmas da ordenação da paisagem urbana. Segundo a autora, tomando emprestados os saberes da higiene, das ciências das máquinas, da física, estes puderam lançar-se ao projeto de tentativa conjunta de restrição à “desordem”, ao estático e ao obstáculo ao escoamento, o que os possibilitou desenhar o mapa de suas intervenções. Essa inscrição foi metódica, fruto de um trabalho concreto metuculoso. Nesse sentido, a execução de uma rede de circulação é um momento crucial da mobilidade circular urbana moderna e do fortalecimento do capitalismo de produção. Essa rede não é apenas a negação do imobilismo por causa da velocidade de deslocamento que permite, nem mesmo a sua ramificação. Ela desenha as fronteiras dos quarteirões circunscritos e desagregados, mas também, e sobretudo, essa rede é a expressão mais pura e necessária da unidade urbana em torno da produção capitalista.

Segundo Gille (1988) os movimentos estagnantes - que nos lembram a pouca mobilidade - herdados da idade média, são de vários tipos, mas todos se opõem ao

movimento “harmonioso” que, a partir do século XIX, supõe-se ser o movimento da rua e de suas redes. É preciso diferenciar movimentos, pois o movimento turbulento parece ser tão nefasto para a circulação quanto a imobilidade e a inércia da estagnação das “urbes” medievais. Há aí uma meticulosa transformação das ruas e vias não só em espaços gerais de circulação, mas em espaços sem turbulência, que permitam agilidade, fluidez permanente, velocidade, espaços lisos.

As campanhas do higienismo nascente diziam que o *corpo* da cidade e seus *membros*, ainda com ranços prioritariamente medievais, estavam doentes, mas após o tratamento diferencial imprimido por estes mesmos higienistas, não foi bem exatamente uma cidade curada que surge aos olhos. O que desponta é *a cidade* - idealizada principalmente a partir do século XVIII - o modelo de *todas* as cidades, o que *deve* ser uma cidade. O que parecia tratar-se de remédios, panacéias, se mostrou no final do processo como uma questão de ordenamento de espaços, estruturas, normas e princípios. Qualquer desvio do ideal da cidade redefinida em termos de *diferenciação e circulação* é tido como um sistema de perturbação sanitária. Eis aí *a cidade moderna*, com seus *órgãos*, responsáveis por organizar o seu sistema circulatório, em oposição à cidade medieval, com seu *corpo* e seus *membros*. Pensava-se que exatamente por ser um *corpo* que estava doente. E agora, por ser um organismo, poderia enfim revelar sua verdade. Um organismo é um ser supostamente vivo, cujo sentido é, perfeitamente, o da estrutura que o constitui, cujos órgãos são atualizações de funções abstratas, cuja finalidade vital é a manutenção e extensão de sua estrutura (Gille, 1988).¹⁴

¹⁴ Gille (1988) utiliza-se do “paradigma do organismo” para descrever a *passagem* da cidade do Antigo Regime (*membros e corpo*) à cidade moderna (*órgãos*). Neste modelo, e segundo o autor, uma metamorfose biológica pode ser observada, onde é possível associar o corpo e seus membros a um “ser” informe, um caldo de fermentação permanente, onde um regime de articulação temporal, sucessivamente presente na vida dos homens – tal qual trocar, produzir, consumir, habitar, etc. – possuem efeitos territoriais e, em contrapartida, o órgão a um território urbano ordenado no espaço, funcionalmente diferenciado – órgão de produção, de troca, de habitação, de consumo, de “circulação”, uma diferenciação funcional, portanto. A respeito do conjunto destes planos, a questão apresentada é, na conformação da cidade moderna - e a associação feita a um órgão - a sua possibilidade de *distinguir, extrair formas abstratas purificadas a partir de agenciamentos concretos, de espacializá-las,*

O ideal higienista aplicado à cidade medieval recomenda que seja pela supressão radical de todos os pontos de estagnação que a doença será aniquilada, justamente na medida em que a saúde impõe a circulação incessante dos resíduos. A circulação não é mais remédio suficiente para os males de que a estagnação seria a causa, mas é a própria estagnação a encarnação do mal, na exata medida em que ela se opõe, por princípio, à circulação. Para Gille (1988) ¹⁵, nos textos higienistas, não é a saúde que é exaltada, mas a *circulação*. O bem-estar sanitário é um acréscimo acessório que, inevitavelmente, decorrerá dela: circulação e saúde são tratadas como sinônimos. A estagnação não é uma causa de desordem, ela é desordem por causa da imobilidade que supõe. A circulação, assim, não é um meio, mas um princípio fundamental. O que fundamenta este princípio, supõe, é a analogia entre circulação no corpo social e circulação no corpo individual.

Contudo e na realidade, nos diz o mesmo autor, na realidade a circulação é uma preocupação recente de uma cidade que tem a estagnação, num longo período que vai do Século XIV ao XVIII, como paradigma. Uma cidade que deve ter vivido em estado de agonia permanente durante quatro séculos, se forem aceitas as verdades sanitárias dos preceitos higienistas, com relação à estagnação e à premência da circulação. Mas parece irrefutável, seguindo o “paradigma do organismo”, que esta “cidade-cadáver-humano” deveria metamorfosear-se, rapidamente, no esplendor de um organismo regenerado, funcional.

Diante desta prerrogativa, a primeira questão colocada pelo autor é entender quais os movimentos de que é capaz uma cidade que tem a estagnação como preceito, e onde a circulação aparece como mais recente preocupação. A resposta oferecida por aqueles que poderiam ser identificados como os “urbanistas e higienistas” da época é no mínimo paradoxal: os movimentos da cidade estagnante eram quase exclusivamente

estrutura-las, estabelecer relações mediatizadas entre elas, construir um espaço de operações formais (pp.56-57).

¹⁵ O autor utiliza o texto de Ward, F. O. : *Circulation ou Stagnation?* Bruxelas, Lib. Universelle de Rozes, 1852, p.8 – em suas análises.

circulatórios! Nesse sentido e nesse caso, circular não corresponde a movimentação dos fluxos, mas percorrer um círculo, ou seja, periodicamente retornar ao ponto inicial. A cidade antiga mantém poucas trocas com o exterior, vivendo assim de maneira *autárquica*. Segundo o autor, se é verdade que existe um comércio de longo curso que a abastece com produtos que ela mesma não produz, também é verdade que ela é envolvida por um cinturão fortificado, responsável por separá-la do mundo. Um pequeno mundo que gira, em grande parte, num circuito fechado.

Os resíduos produzidos pela cidade nela permanecem. Eles amontoam-se, fermentam, liquefazem-se, pulverizam-se, utilizando a terra, o subsolo, a maceração, na fabricação, desde a pólvora, passando pelo cânhamo, o linho, o couro, lã, até o papel (Gille: 1988, pp.43-48). O uso geral dos resíduos do consumo pode ser traduzido pela quantidade de fossas de excremento e de estrumeiras que existem pelas ruas da cidade medieval, sendo, ao mesmo tempo, instrumento de trabalho e signo de riqueza. Um encadeamento quase ininterrupto, contudo muito lento, que liga produtos e resíduos, produção e consumo. Os fluxos materiais circulam infatigavelmente e o círculo que eles percorrem liga indissolivelmente a vida à morte, o trabalho artesanal ao trabalho das potências telúricas, geridos e gerados pela terra. Vida e morte são duas facetas de um mesmo processo.

Assim, a maior parte dos fluxos materiais circula numa metamorfose perpétua, contudo num caminho curto e dificilmente localizável. A posição entre *circulação* e *estagnação* que parecia existir revela a estagnação, na realidade, como a fração infinitamente lenta de um movimento circular. A clara oposição parece ter-se dissolvido e a questão dos equipamentos de circulação da nascente cidade moderna tornou-se menos clara. Tudo é circulação, e o enfrentamento entre os dois tipos de cidade parece apenas jogos de palavras.

Desta feita, imaginava-se, a partir de uma visão moderna, higienizada, que o diferencial entre a urbe moderna e a medieval fosse a estagnação, o aprisionamento e a quase imutabilidade de seus fluxos. Percebeu-se então que não, que o que poderia haver, na realidade, era como que uma circulação intra-muros, com um eterno recomeço. Fluxo haveria, mas com retorno. Um progresso sem mudanças, que poderia

definir os movimentos nas cidades medievais como circulares. Mas, de fato, pôde-se entender que o que havia não era uma circulação, um eterno retorno ao começo. Existiria, mais do que uma circulação, uma modificação, como se dependente de escolhas, de filtros, desta circulação. De tal modo que, ao retornar ao aparente começo, dentro da aparente circularidade, contida em seus muros, a pretensa circulação medieval se revelava, de fato, como uma percolação. E isto não ocorreria nas cidades higiênicas modernas onde o fluxo, livre, só seria mudado pela conformação de seu próprio trajeto.

Por sua vez, se o imperativo higienista e urbanista preponderante no século XIX não tem nada de neutro, já que assume, como pressuposto, a transformação efetiva dos modos de produção, ele traduz, por outro lado, esta transformação conforme um modelo muito particular: à circulação canalizada corresponde a diferenciação espacial e funcional entre “órgãos” postos em relação. Fluxo sem turbulência, transformação sem resíduo: o modelo ideal é técnico, ele visa, em situação limite, uma máquina que gire sobre si mesma e se alimente de seus próprios produtos.

Esse princípio de conservação de energia permite estender ao conjunto dos processos naturais a utopia técnica do moto-contínuo, que assimila tudo que é *perda* de energia em sua *conversão* numa outra forma de energia qualitativamente diferente, mas unida à primeira por uma *equivalência quantitativa*. Nesse caso, o real passa a ser racional, e essa utopia circulatória do século XIX passa a ser uma representação finalizada do *movimento geral de circulação e de conversão*.

O *valor-trabalho* da economia política marxista que dá, para além das aparências, a medida comum às mercadorias em circulação, parece que se inscreve na utopia circulatória. Porém, a utopia muda de sentido, já que a circulação só pode ser conservativa aparentemente, pois a conservação suprime a possibilidade de lucro e a condição de acumulação capitalista. *O capitalismo seria então a trapaça sistemática com relação às leis da circulação conservativa*.

A circulação implica a *diferenciação funcional e espacial* das esferas de atividade, a única capaz de averiguar o balanço conservativo que a define. Porém, a mutação contemporânea do capitalismo nos arrasta para outra figura bem diferente, onde as fronteiras de diferenciações se embaralham. A fluidez mercantil se difunde

livremente por todas as redes. Da *concentração em fábricas* (salário-emprego) passamos para a *disseminação de pequenas empresas e oficinas* (contrato-empregada) e para a *distribuição do trabalho a domicílio* (fábrica difusa). O *escoamento canalizado* é substituído pela *confusão produtiva* das esferas de atividade da *circulação e produção*. A racionalidade apaziguada de uma circulação conservativa se revela irrisória, frente ao imperativo nu e cru da velocidade generalizada, puro movimento sem volta que parece não mais servir de medida, produção de diferenciações num espaço que parece usar os meios de medi-lo apenas para melhor fazê-los proliferar.

As redes se despojaram de toda aparência de *racionalidade funcional*, de *distribuição estável*, de *diferenciação representável*. A *canalização controlada* se dissolve num indistinto *controle confuso*, que apenas as informações, o consumo, imagens publicitárias projetadas e atualizadas nas telas por máquinas tecnológicas homogeneízam. Nessa operação de controle, *suporte e transporte* se identificam, e um *ponto* concentra todo o mundo e o mundo está em cada ponto da rede, modificando a experiência de espaço e de tempo. Parece que toda margem, inserida, infiltrada, está voltada à integração, toda categoria social e profissional é potencialmente marginável. O *organismo* (órgão), diferenciado por funções tornou-se uma ruidosa confusão de pequenas empresas e oficinas, onde se tenta criar não mais o ouro alquímico, como na cidade medieval, mas máquinas e *agentes inteligentes* que parecem ser, de agora em diante, as únicas forças de trabalho regulares por vocação. Nesta lógica, se quiséssemos a radicalização, poderíamos dizer que nada mais circula, já que nenhum princípio tenta mais definir a homogeneidade que toda circulação pressupõe. Capital e circulação, que no século XIX pareciam caminhar lado a lado e permitir confundir, história, progresso e razão, se separaram. Hoje, parece podermos dizer, como já sugerido anteriormente, que o que controlam os fluxos nas redes digitais não são mais as *circulações*, mas, sim, as *modulações*, engendradas em grande parte pela lógica do mercado.

Assim, em nossa atualidade, nesta desterritorialização produzida pela modulação, homens, coisas, técnicas, capitais, signos, saberes, giram continuamente nos circuitos dos mercados. Redes de comunicação, de transporte, de distribuição e de produção

entrelaçam-se inextricavelmente, tecendo um novo espaço de circulação, como nunca outrora, numa interdependência mundial.

Segundo Lévy (1988), a circulação agora não mais prescinde, unicamente, do espaço da cidade, agora a come, recobre, obstrui, sufoca, abafa. O urbano cresce, no seu lugar, como uma metástase. Mas não parece, ainda, ser o urbano quem desenha a figura espacial da mercadoria. Território desterritorializado e reterritorializado, na cidade pós-fordista o urbano manifesta o avesso dos circuitos, uma vez que o espaço das mercadorias vive inteiramente no *interior* deles mesmos: na auto estrada ou no trem, não, exclusivamente, na paisagem pelo qual se passou, no avião, não, apenas, na cidade próxima do aeroporto. É o espaço intensivo dos móveis, um espaço-movimento em que se usufrui a rapidez, a aceleração, a ubiquidade, os contatos instantâneos. As malhas das redes ainda circulam em outras redes: os móveis nos automóveis (a televisão no bolso, os fones nas orelhas, o *notebook*, o fax portátil, etc.) combinam suas velocidades, trocam suas mensagens, entrecruzam-se em um espaço também móvel, relativo, no qual tudo se mexe em relação a tudo, onde velocidade ganha um peso maior. Fluxo estendido: *o estoque zero anula o jogo territorial no futuro e na duração. O diferido desaparece no prazo zero da entrega da indústria. No horizonte das acelerações, nos ciclones das velocidades, o tempo real, imóvel, move o espaço e o tempo das mercadorias.* O tempo real é a realidade do tempo mercantil, seu ideal, tanto porque corresponde a um tempo não seqüencial, mas paralelo, não mais linear, mas pontual, um tempo de simultaneidade, o limite das acelerações.¹⁶

Por certo que, na contemporaneidade, a economia é de algum modo a geometria ou a cartografia do espaço aberto pelo comércio generalizado, em um novo circuito da circulação e da distribuição. Novo na medida em que não se contenta em desenhar as variações e os percursos da moeda, dos bens e das pessoas, nem se confunde com o processo telúrico da produção das mercadorias, como vimos há pouco. Novo porque deve igualmente apreender o mundo acelerado, incerto, que descobre a

¹⁶ Segundo Lévy, (1996, p. 162) são os bancos de dados que, mais que nunca, permitem estabelecer os mapas móveis do espaço mercantil.

desterritorialização. Os objetos do espaço mercantil não são apenas o da economia e da mera circulação de mercadorias, mas também tudo o que se difunde, escoia, flutua, transforma-se e perde-se, tudo o que alimenta suas máquinas e gira em seus circuitos. Isto inclui, obviamente, a própria *vida*.

4 – Biopoder: Controle e Gestão dos Riscos à Saúde

Embora o pensamento de Foucault nos possibilite delinear uma das faces mais importantes da nossa contemporaneidade, podemos dizer que o mundo que habitamos hoje, ainda que menos de quinze anos nos separem de sua morte, não é idêntico àquele problematizado pelo pensador.

Uma primeira proposta, para dar conta da discussão acerca de possíveis novas questões referentes ao biopoder, seria pensar as relações entre sujeito e adoecimento, a partir do ponto de vista do desenvolvimento de uma racionalidade de governo ligada à lógica de um mercado social de capitalização e medicalização da vida, nos seus âmbitos mais gerais. Pensar, assim, o lugar cada vez mais central que a saúde passa a ter, em nossa atualidade, na vida tanto individual quanto coletiva. Num segundo momento, pensamos em estar apontando para a questão referente ao *controle*, propriamente dito, agora associado ao aumento da busca por maior segurança e proteção, tendo no indivíduo o maior responsável por esta busca. Por fim, pensar as questões referentes ao trabalho imaterial, que implicam a discussão acerca da subsunção da vida ao capital, o que, para alguns autores, seria o real sentido do *biopoder* na contemporaneidade.

Vaz (1997), na lógica do pensamento foucaultiano, nos diz que as técnicas com os quais os homens exercem poder sobre os outros homens supõem tanto uma relação com o corpo, quanto um modelo para lidar com a dor. A ligação entre técnica corporal e dor, nos diz, não precisa ser direta, como foi o caso dos corpos supliciados (soberania). A dor pode ser “espiritual”, pode ser provocado pela coação do “princípio” de identidade. Junto ao autor nos recordamos que as técnicas disciplinares suscitavam a dor a partir da produção de um ser verdadeiro: criavam o sujeito. A sanção normalizadora obrigava os

indivíduos a se pensarem na distância da anormalidade, angustiando-os pelo intervalo produzido entre o que podem desejar e fazer e o que deveria ser feito para ser o que se “deve” ser. Pensar nossa atualidade, contudo, implica em encontrar novas técnicas corporais, bem como rever as complexas relações entre identidade do sujeito e dor / sofrimento, o que colocaria a questão da *qualidade de vida* enquanto novo critério de avaliação e de controle por parte do poder, bem como orientaria suas novas repartições geográficas.

Podemos dizer que até bem pouco tempo, essas repartições, bem como o controle, eram dados pelo *Estado-nação* (Vaz, 1997), que se apresentava enquanto poder sobre a vida. Seu interesse era a saúde da população, os dados de natalidade e mortalidade, uma vez que sua proposta era a tarefa imanente de crescer suas forças, defendendo e expandido-as: conquistar mercados, estender o espaço vital de uma nação, levar adiante uma proposta “civilizatória”. Raça e língua formam o princípio simultaneamente cultural e étnico. Em contrapartida, a questão da *qualidade de vida*, enquanto critério último, daria margem para discutirmos aquilo que poderia ser chamado de imperialismo defensivo, onde o *Estado-nação* perde cada vez mais sua razão de ser, no momento mesmo de “unificação” - diríamos massacre - cultural do mundo. É agora o *tipo de vida*, independente da raça e da língua, o que demarca um território, e que constitui *dado* para entendimento deste biopoder contemporâneo. Esclareçamos melhor. A saúde amplia sua importância política. Mas, na sociedade do controle, o foco maior de atenção dirige-se, também, a uma saúde individualizada, e não mais, unicamente, à da população. O poder promete saúde e, deste modo, gera a relação entre os homens. Os limites do corpo e as fronteiras do espaço não cessam de se entrecruzar.

O poder não mais se exerce pela produção de uma identidade como alteridade da alteridade, responsável assim por provocar dor ao levar o sujeito a se pensar na distância entre o normal e o anormal. Em nossa atualidade, a exigência do “controle” à tolerância das diferenças, tanto inter quanto intra-culturais, parece ser a regra. Perguntamos: teria desaparecido o negativo? O ideal de felicidade seria a norma e o expurgo da dor e do sofrimento seria o braço mais forte de um biocontrole sobre os sujeitos? A cultura ocidental mudou a forma de produzir a identidade? Vaz (1997) nos diz que, sob a

perspectiva das relações de poder entre os homens, estas mudanças implicam que somos incitados a agir de um certo modo, agora, pela promessa de que, sendo mais tolerantes, nossas dores se aliviarão e mais tempo permaneceremos em vida. O poder *promete*, se não o prazer, ao menos a cessação da dor. Promete também a sobrevivência: se bem agirmos, nossa expectativa de vida aumenta porque nos tornamos menos suscetíveis a determinadas doenças. Somos a história de vida que trazemos em nós. Estamos sujeitos a um poder positivo, que gere e gera positivities, não precisando mais criar o comportamento negativo para suscitar o comportamento desejado.

Há aí, na realidade, um deslocamento da prática de se atribuir uma identidade como outro de um outro inventado. Muda o lugar de onde pode ser criado o negativo, não mais nas múltiplas formas de individuar-se, *mas na sua ausência ou nela mesma*. E seria este deslocamento, para o autor, que explicaria os novos liames entre identidade e sofrimento. Mais do que induzir à ação desejada (falamos da “disciplina”), o que está em jogo é a *simplificação no questionamento da ação a ser empreendida*. Em primeiro lugar porque a morte parece ocupar o lugar supremo desta alteridade, uma vez que se constitui enquanto diferença absoluta. Através dela ganhamos identidade e legitimidade, mas também estamos inventando um modo de dividir os homens entre si: existiriam agora os *responsáveis* e os *irresponsáveis*, aqueles que cuidam da vida e aqueles que são suicidas em potencial, descuidando de si e colocando em risco a vida dos outros, sejam eles humanos ou não. Aparece colocada a questão da responsabilidade, pressuposto que diz que a irresponsabilidade não é mais alternativa: desde o momento em que nos foi aberta e imposta a possibilidade de cuidar de nossas próprias vidas e ainda cuidar da vida dos outros, *não escolher, não se posicionar* já se tornaram escolhas e posicionamentos. Neste jogo, parece-nos, o que significa *cuidar* e o que é a *vida* não são colocados enquanto “questões”.

Este poder sobre o *poder-ser* (o que implicam suas “escolhas”?) talvez seja o que mais nos distancia eticamente da problematização empreendida por Foucault (Vaz, 1997). O biopoder era por ele pensado como uma ação visando estruturar o campo das ações possíveis dos outros. Assim, *conduzir, suscitar, seduzir, incitar* alguém a uma dada ação implica delimitar um espectro de possibilidades. Jogo imanente, onde os

critérios de adesão que Foucault dispunha foram, por muito tempo, o vigor do corpo desejoso da multiplicidade. Desaparecem, contudo, os supostos desta concepção de poder: tratava-se de agir sobre um indivíduo e na perspectiva de sua ação. Daí a necessidade de lhe atribuir uma identidade para melhor induzi-lo a uma ação dada. Mas quando temos poder sobre *poder-ser*, não é unicamente a ação do outro que está em questão, mas também seu “ser”. A estratégia não mais precisa ser a que molda o ser, basta agora *modalizar virtualidades, ordená-las, controlá-las*. Este poder agora inclui outros seres que não apenas os humanos, diz respeito ainda a homens que ainda não existem.

Considerávamos a techné apenas enquanto aplicada ao domínio não-humano. Todavia, foi o próprio homem que se acrescentou aos objetos da tecnologia. O Homo faber está em vias de se voltar sobre si próprio e presta-se a recriar o criador. Este culminar do seu poder, que pode muito bem pressagiar o esmagamento do homem, esta imposição final do artifício sobre a natureza, faz apelo aos recursos extremos do pensamento ético que nunca antes tinha sido confrontado com as alternativas facultativas àqueles que eram considerados os termos definitivos da condição humana”. (Jonas, 1994, p. 48).

Podemos tentar descrever o epicentro desta mudança, ao longo do século XX, enquanto signo de transformação no conceito de doença, dado pelo objeto revisto da epidemiologia, qual seja o estudo de fatores sócio-culturais, que seriam responsáveis por causar as doenças orgânicas. Identificamos, segundo Vaz (1997), uma tríplice origem para este deslocamento de ênfase: primeiro, a difusão do atestado de óbito, desde o final do século XIX, responsável por manter viva a esperança de intervir e principalmente evitar a morte identificando-lhe a(s) causa(s), e por fornecer matéria-prima para estudos estatísticos correlacionando doenças, sociedade e “tipos” de indivíduos. Segundo, os estudos sociológicos no início do século XX, responsáveis por

identificar as possíveis causas sociais para os desvios de comportamento. Por fim, e não menos importante, o surgimento, na terceira década do século XX, do conceito de estresse, que permitiria a combinação entre a abordagem sociológica e a epidemiológica: conceito que articula o *modo de vida* na sociedade e as *doenças orgânicas*, a apontar relações possíveis entre os problemas colocados pelas sociedades modernas e a reação patológica possível dos/nos indivíduos.

Sem dúvida que o conceito de *estresse* abre precedentes para o que até então era inimaginável, tanto para o homem e sua vida em sociedade, quanto para as práticas de poder e para as pesquisas em saúde, que não param de se multiplicar. Temos uma lista infundável¹⁷, já que correlações múltiplas entre fatores culturais e psíquicos e as doenças orgânicas parecem não ter fim. Talvez este movimento traduza um desejo dos indivíduos de terem maior autonomia sobre suas vidas, mas, certamente, o caráter probabilístico destas pesquisas nos induz, ou mesmo que impõe, estabelecer uma relação estratégica com o futuro de nossas vidas. Podemos/devemos agir hoje de acordo com o que “queremos” ser no futuro.

Neste jogo, a medicina contemporânea, tão estratégica, tão logística, tão ciosa na sua missão prescritiva, parece estabelecer, segundo Vaz (1997), uma nova lógica: as nítidas fronteiras que por um bom tempo separaram intervenção e prevenção parecem ter desaparecido. Abre-se a possibilidade ética de cada um ser médico de si: que cada indivíduo saiba e decida cuidar de si tendo em vista o que quer ser. Uma proposta que por si só parece interessante, se não desejosa. Contudo, além das perigosas implicações políticas que envolvem esta questão, deve-se atentar para um outro aspecto: a autonomia sobre nossa saúde pode estar atravancada quando substituimos o *cuidado* pelo *dever* (de cuidado). A noção do indivíduo como *gestor de si* passa a ser fortalecida como premissa básica da vida contemporânea. A manifestação mais evidente deste

¹⁷ O autor cita algumas: diferenças na pressão arterial segundo o tipo de sociedade, a influência de fatores traumáticos sobre diversas doenças, a depressão como fator no aparecimento do câncer e, acrescente-se, no desenvolvimento de doenças cardíacas, o tipo de comportamento dos indivíduos – tendência à competição, agressividade, impaciência, velocidade de palavras e gestos – que determinam maior probabilidade de contrair doenças coronarianas, etc.

fenômeno pode ser claramente encontrada no que alguns autores têm chamado de “*healthism*”, traduzindo a atual obsessão pela saúde. Tal fenômeno postula que os indivíduos devem preservar sua capacidade física dos agravos da doença e do risco, denotando como incapacidade ou falha individual quando este cuidado não se torna possível de ser realizado pelo próprio indivíduo.

Descrito como uma forma particular de “*bodyism*”, o estilo de vida saudável passa a ser combinado com a crescente preocupação com práticas ascéticas que objetivam a manutenção de uma aparência jovem e de boa forma corporal. O espetáculo do corpo está nas ruas, nas casas, escritórios, academias, fundo de quintais, parques sofisticados das cidades ou nos espaços interioranos. O aperfeiçoamento de um eu disciplinado demonstrado pela busca incessante da saúde e da forma física torna-se o significado chave através do qual os indivíduos podem demonstrar sua conformidade ou não com as exigências de um mundo competitivo, onde os termos saudável e não saudável têm assumido cada vez mais o significado de uma identidade normal e anormal. Um investimento estético (plástico), dietético (funcionalidade dos indivíduos) e sanitário (sanidade dos coletivos) em torno da saúde e do corpo passa a ser constituído enquanto exigência de qualidade de vida e de realização pessoal nas sociedades de governo contemporâneas.

O fato de sermos médicos de nós mesmos sem estarmos “ainda” doentes, portanto um desnível temporal entre causa e efeito, pode ser identificado enquanto um importante mecanismo responsável por tornar o cuidado de si um dever de ser. O que se torna problema neste desnível não é a relação estratégica com o futuro, mas a inexistência de um saber sobre o nosso próprio corpo e o que ele pode ser: estabelecemos uma relação de força com nós mesmos quando somos obrigados a nos pensarmos como seres frágeis, *portadores* de todas as doenças possíveis e imagináveis. Este abismo entre fragilidade do corpo e a consciência que sabe é o que torna desnecessário o saber do indivíduo modulando a relação entre o que dizem que ele é e será e o que ele sabe de si mesmo. Passamos do lugar de um sujeito disciplinado que se enuncia em sua verdade para o também perigoso lugar de sujeito anunciado pelo controle, que tem uma interioridade – longe de uma singularidade, uma vez que só

passamos a nos cuidar em nossa singularidade quando somos induzidos a nos visualizar enquanto representações universais – ou seja, saúde, doença, dores, sofrimentos, mais do que nunca *visíveis e publicáveis*. As pesquisas são publicadas sobre o constrangimento do universal, o que poderemos ser, serve para todos. Anula-se o espaço de jogo com a verdade: passa a haver um padrão de verdade sobre qualidade de vida, boa saúde, inquestionáveis. O controle certamente serve-se disto. Prometem a força, sem discutir o que ela é. De pronto, a crença na verdade da ciência aliada ao desejo legítimo e poderoso de não adoecer, não sofrer e de viver com vigor cada vez por mais tempo parece ignorar a possibilidade de problematização acerca do que podemos querer da vida e o que é a própria vida.

A tentativa de requalificação da noção de biopoder nos coloca diante de duas novas questões: primeiro, aquela que diz respeito ao movimento e tendência de medicalização do social e dos âmbitos mais gerais da vida em nome da saúde perfeita, depois, talvez em consequência disto, a questão do desenvolvimento e efetivação de uma *teoria dos riscos*, e sua inevitável gestão.

O corpo e a saúde, objetos por excelência do poder sobre a vida desde a modernidade, passam a ocupar um lugar privilegiado como princípio ético, político e estético no exercício do governo de si e dos outros. Por certo, um outro corpo e uma outra saúde constituídos nos interstícios de uma nova dinâmica do poder, onde a *individualização* e a *totalização da vida*, que marcam o mundo ocidental desde a modernidade, se colocam em evidência enquanto uma das questões políticas e éticas mais urgentes da nossa atualidade.

Na ética desta nova racionalidade, aqui denominada *biogoverno*, estamos seguros em dizer que o novo capital humano é constituído pelo sujeito independente e senhor de si, condição primeira que a nova lógica passa a exigir. Indivíduo este que deve ser o “a(u)tor ativo” de suas escolhas de vida e também o único responsável pelos riscos e perigos que estas escolhas implicam. Vemos aí intensificada e transformada a relação entre o par *liberdade-segurança*, agora imperativos de cada cidadão, cada vez mais independentes e menos sujeitos à disciplina descrita pelas pesquisas foucaultianas.

Somos levados a pensar a saúde, principalmente a partir da segunda metade do século XX, enquanto uma conquista da cidadania, um direito de todos aos mesmo tempo que, no impasse entre a busca conjunta de segurança e independência, os indivíduos passaram a tomar para si a responsabilidade de sua saúde, dos riscos assumidos e de seus próprios custos. A vida por inteiro passa a ser colocada no centro deste novo governo e os avanços médico-científicos fornecem as bases metodológicas para seu exercício. Na realidade neoliberal as promessas de expansão da autonomia e responsabilidade individual passam a ser incluídas nas listas das propostas eleitorais. A imagem de um indivíduo “gestor de si mesmo” torna-se não apenas amplamente aceita, mas massivamente buscada, proclamada e exigida como emblema de vida. Uma nova relação que passa a ser caracterizada por uma crescente vontade de liberdade associada a uma vivência incerta, incontrolável e assustadora do mundo.

Dando continuidade às questões incitadas por Vaz, Bauman (1998) nos diz que todas estas transformações fazem parte de uma mudança ética, política, econômica e social extremamente ampla e complexa. Ele nos diz:

Se há 200 anos profundas mudanças nos padrões sexuais se associaram à construção do sistema panóptico de integração e controle social, hoje, mudanças igualmente profundas acompanham a dissimulação desse sistema: um processo de desregulamentação e privatização do controle, da organização do espaço e dos problemas de identidade (Bauman, 1998, p. 183).

O sentimento de incerteza caracteriza a constituição de uma modernidade atordoada pelo desequilíbrio e desestruturação dos valores tradicionais. No entanto, o aspecto novo é que nas sociedades atuais a incerteza passa a ser vista não como *inconveniente temporário*, mas como *permanente e irredutível*. O sentimento dominante é a sensação de um novo tipo de incerteza, não apenas limitada à própria sorte e aos dons de uma pessoa, mas igualmente a respeito da futura configuração do mundo, das

gerações futuras, da maneira correta de viver e dos critérios pelos quais julgar seus acertos e erros.

Como entendeu Foucault, a necessidade de ordem e de segurança moderna criou uma “mania de regulação” que os diversos aparelhos de proteção públicos e privados passam a dever possibilitar. No novo quadro, a tentativa de banir qualquer possibilidade de riscos virtuais, prováveis e calculáveis através de novas estatísticas de probabilidade torna-se ainda mais potente. Presencia-se a expansão por toda sociedade do ideal de prevenção, que rege o sonho do absoluto controle dos acidentes e o mito da razão calculada, no qual o risco se encontra em tudo que o indivíduo ainda não aprendeu a controlar. Ao mesmo tempo, vemos a proliferação assustadora das tecnologias de seguro privadas como um dos mais rentáveis nichos mercadológicos num momento em que quase todas as coisas são colocadas como fatores de risco e todas as pessoas sujeitos potencialmente em risco.

Nesta nova configuração, grande parte dos mal-estares que perturbam o mundo ocidental poderiam ter origem numa espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais. É neste quadro que ganha sentido a proliferação das idéias referentes aos riscos de ocorrência de agravos, sejam eles vistos em termos ambientais ou particularizados na idéia de *estilo de vida*.

Enfatizando a importância que o *cálculo do risco* tem adquirido nos últimos anos do século XX, Castel (1987) fala de uma nova *gestão dos riscos*, gestão na qual o exame da prevenção está cada vez mais embaralhado à nova racionalidade de governo das sociedades contemporâneas. Racionalidade neoliberal que passa a reativar a ênfase no mercado como regulador das atividades econômicas, o crescimento do ceticismo sobre a capacidade dos governos políticos e o deslocamento de uma “dependência de bem-estar” para uma ativa comercialidade.

Em sua forma mais específica, esta *gestão* constitui-se enquanto uma nova tecnologia de gestão administrativa das populações. Um real governo das populações torna-se possível com a identificação dos membros da sociedade que podem ser julgados, através da manifestação de uma combinação de fatores específicos, como significativamente em risco para si e para toda comunidade. Um outro tipo de controle e

vigilância se constrói nesta relação. Uma vigilância que não depende do olhar particularizado. A difusão da disciplinarização, há aproximados 150 anos, por toda a rede social, com o gerenciamento do desviante ou do a-social, através do encarceramento e da tutela, passam a ser substituídas por um gerenciamento baseado em uma orientação não custodial. Assim podemos dizer que a crise da disciplina anunciada por Foucault toma corpo na nova tecnologia de risco e do seu controle.

Agora, parece-nos, o gerenciamento dos riscos não é inventado para planejar espaços de contenção neutralizante do anormal, como outrora. Seu objetivo é promover circuitos especiais de *mobilidade protegida* para os indivíduos deficientes ou menos competitivos. O desenvolvimento das técnicas de seguro torna possível, no interior de uma população assegurada, a subdivisão de estratos específicos de “risco marginal”. Castel (1987) afirma que esta marginalidade, ao ser identificada e classificada em termos de maior ou menor risco, ao invés de permanecer num território inexplorado e perigoso, é transformada em uma zona organizada, ativa e reorientada no interior do mercado, um tipo de exercício do poder que não visa fazer dos indivíduos sujeitos passivos e dóceis. Como uma tecnologia de governo, de um biogoverno, o cálculo do risco orienta indivíduos capazes de uma certa mobilidade, ainda que diferencial (e mesmo para diferenciá-la), que possa ser guiada, limitada ou incitada, orientada e protegida, portanto conduzida e governada, em suma, controlada e modulada.

A filosofia do risco, unida ao ideal de saúde, surge como uma potente tecnologia individual e coletiva de gestão da vida no contexto pós-moderno. Tecnologia que visa dar conta de uma perpétua incerteza de tudo que diz respeito ao futuro numa sociedade de controle, onde a atualidade transformou quase tudo em *liberdades arriscadas*. Quais as implicações éticas, políticas e econômicas deste quadro na construção dos espaços subjetivos atuais?

Seguindo adiante a discussão a cerca da imaterialidade do trabalho, Negri e Hardt (2001) dizem que biopoder, na contemporaneidade, é justamente o nome que se dá às capacidades produtivas da vida, aplicadas ao universo do trabalho, que são tanto intelectuais quanto corpóreas. *Os poderes de produção são hoje, na realidade,*

inteiramente biopolíticos, uma vez que perpassam e constituem, diretamente, não apenas a produção, mas também todo o domínio da reprodução.

Podemos dizer de uma inversão, na lógica da economia política, na relação entre vida e produção, uma vez que a vida não é produzida nos ciclos de reprodução subordinados ao “dia” de trabalho, como outrora, mas é justamente a variável que infunde e domina, por completo, toda a produção:

o valor do trabalho e da produção é determinado no fundo das vísceras da vida...sepultado na imensidão da vida, o valor está além da medida... todo o superávit é gerado e produzido no interior da atividade social (Negri e Hardt:2001, p.387).

Neste sentido, a *pré-história* capitalista chega ao fim quando a cooperação social e subjetiva já não é mais produto, mas pressuposição, quando a vida sem disfarce, a vida nua, para usar, mais uma vez, o termo cunhado por Giorgio Agambem (1999), é elevada à condição de poder produtivo, ou melhor, quando aparece enquanto riqueza da virtualidade.

Nas análises de Lazzarato (1998), a nova lógica da economia de informação capta e coloca no trabalho não mais o “tempo de trabalho”, mas o “tempo de vida”. Segundo ele, este é o ponto central a partir do qual deve-se pensar nas novas frentes de discussão e análise acerca do conceito de *biopoder* foucaultiano. Se para Foucault, como vimos anteriormente, as técnicas biopolíticas recolocam os corpos no interior dos *processos biológicos de conjunto* (a morte, o nascimento, a doença, etc.) – tanto porque são processos não mais responsáveis por promover o adestramento dos corpos orgânicos individualizados, mas sobretudo responsáveis por introduzir este mesmo corpo numa certa inorganicidade das populações – para Lazzarato o que o *tempo de vida* acrescenta ao conceito de Foucault é a possibilidade de introduzir não só este *aspecto orgânico* (populações), mas também, e sobretudo, uma *vida a-orgânica*, ou seja, introduz na *vida* o *tempo* e suas *virtualidades*: não o tempo-poder ou o tempo cronológico, mas o tempo como *fonte de criação contínua* de imprevisíveis novidades.

Agora, o conceito de biopolítica não se restringe aos processos biológicos das espécies, mas engloba ainda essa vida a-orgânica que está em sua origem, nas palavras do autor, na origem do vivente e do mundo. O controle teria imposto um vitalismo temporal e não mais apenas orgânico, um vitalismo que remete ao virtual e não exclusivamente aos processos biológicos, porque o virtual, para Lazzarato, é o motor da criatividade.

Podemos dizer que o conceito de vida a-orgânica, do tempo e de sua força de constituição, já nas sociedades disciplinares, podia ser traduzido e expresso, pelo conceito de *público*. Segundo Foucault (1977), o objetivo da biopolítica é, sem dúvida, a *população*. O que Lazzarato (1998) desenvolveu, enquanto hipótese, é que, em nossa atualidade, o objeto da biopolítica deve compreender não apenas a *população*, mas também o *público*.¹⁸ Mas agora, é a partir não somente do espaço, mas também no tempo, que o público se constitui. Assim, a criação de um novo espaço, significativamente subordinado ao tempo, constitui um novo dado e indício da nova constituição de um todo que inclui o espaço e o tempo que podemos ver, com nitidez, encarnado nas tecnologias da velocidade, do contágio e da programação à distância. Há aí uma “subversão de valores”: enquanto as técnicas disciplinares se organizam fundamentalmente através do espaço, as técnicas de controle e de constituição do público colocam em evidência o problema do tempo e da virtualidade.

Para Lazzarato, o próprio Foucault já teria exposto a questão do *tempo-duração* no seu conceito de biopolítica, uma vez que, para ele, os fenômenos da população são fenômenos aleatórios e imprevisíveis, verificados principalmente na duração, ou seja, devem ser considerados no interior de um certo limite de tempo, são fenômenos em série. Podemos então dizer que a biopolítica vai se dirigir, segunda a leitura de Lazzarato, a esses acontecimentos aleatórios que se produzem no interior de uma determinada população considerada em sua duração, só que, enquanto Foucault sublinha

¹⁸ Por público o autor entende, simplesmente, o público da imprensa, da televisão, ou das redes informáticas.

as características biológicas e de poder deste conceito, para Lazzarato o conceito de população só pode constituir-se e ser captado através de séries temporais.

Assim, os mecanismos *reguladores da população* instaurados pela tecnologia de poder biopolítica não só se diferenciam dos mecanismos *disciplinares dos corpos*, mas também se remetem aos mecanismos de controle e de modulação do público. Este é o acréscimo proposto por Lazzarato. Quais suas implicações?

Não é mais possível, para Lazzarato, um tipo de poder biopolítico sem que seja levado em conta a subsunção das espacialidades ao controle aberto no/do tempo, uma vez que o público constitui-se por relações sociais que são atos (morrer, nascer, comprar, vender, etc) e intensidades (desejos, crenças), sendo as tendências e variações as únicas que podem regular o aleatório que constitui o específico deste público. O público não é um fato social estático e redutível a um organismo, como o é o corpo, é uma variação, uma tendência, um tornar-se, e por isto não é redutível e controlável através do confinamento e da disciplina. Não poderia ser adestrado em um espaço fechado como acontece com a multiplicidade minoritária (operários, doentes, presos). A multiplicidade, no público, tende a se tornar, contemporaneamente, molecular e imediatamente coletiva e a assumir a forma do fluxo, da variação, da velocidade. Nos espaços estriados das instituições controla-se a velocidade daquilo que escapa à máquina de captura capitalista, mas com o público esta relação não é mais possível. O público só pode ser controlado e regulado em um espaço aberto. É preciso, sim, controlar os fluxos, enquanto tais, através dos elementos que os constituem: tempo, velocidade, ação à distância. Segundo Lazzarato (1998), a biopolítica é requalificada nesta lógica a partir da dimensão virtual do controle temporal do público, que é um modelo mais dinâmico e desterritorializado em relação à população (e sua regulação) e ao corpo (e sua disciplinarização). O público é, assim, um evento biopolítico.

Assim, não seria mais pertinente desenhar somente uma *cartografia* da sociedade, mas também uma *curvografia*. Partimos do suposto de uma requalificação das noções de *vida, trabalho e linguagem*. Enquanto a *cartografia* apreendia os fenômenos gerais da população – não mais a modificação do indivíduo pelo indivíduo – por meio de previsões, de estimativas estatísticas, de medidas globais, enfim, fornecimento de

imagens do que acontece no âmbito da população, a *curvografia* tenta descrever uma *dinâmica temporal*, de *tendências*, a apreensão estatística do social enquanto evento, plenitudes com propriedades/fluxos em devir, a serem aprendidos em sua complexidade.

Neste contexto, o tempo não é mais, apenas, a matéria-medida do trabalho e das mercadorias, mas investe na vida em sua totalidade. Como vimos, o fordismo realiza a articulação da disciplina e do controle *bio-temporal*, levando à maturidade a tríade *corpo-população-público* na tríade “institucional” “*fábrica-welfare-espetáculo*”. Controla-se, assim, o tempo (forma subjetiva da riqueza), a partir da institucionalização da divisão entre tempo de vida e tempo de trabalho. É somente através desta divisão que a fábrica opõe sua produtividade à não produtividade da sociedade. Opõe assim o tempo que produz valor ao “tempo de vida”.

A desterritorialização operada nas décadas de 1960 e 1970, nos países capitalistas centrais (e enquanto fenômenos históricos coletivos), acabou por propiciar a libertação do tempo das suas cristalizações fordistas, permitindo a ruptura do tempo medida e o surgimento do tempo criação, onde o capitalismo assume este novo plano de imanência temporal e requalifica, com base nesse tempo-potência, a sua valorização e a exploração.

Na contemporaneidade, dessa forma, segundo Lazzarato (1998), o público e seus instrumentos de controle não produzem apenas disciplina e regulação, mas tendem a se tornar diretamente produtivos. A diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre autor e público, entre produtor e consumidor, entre máquina que produz valor e máquina que produz percepção, entre produção material e produção semiótica, é redefinida, como vimos, “produtivamente” na economia de informação, transformando-se em modelo paradigmático e em tendência real de desenvolvimento. O trabalho não se estende e recobre a vida sem que estas duas categorias mudem de natureza. *Bios* não pode se referir a sua redução aos processos biológicos de conjunto, assim como o *trabalho* não pode ser definido segundo as categorias de divisão entre fábrica e sociedade. O trabalho escapa da redução e mecanismos sensório-motores, assim como a vida escapa da sua duração biológica. Trabalho e vida tendem a misturarem-se e não são mais definidos pelo econômico e biológico, mas por uma nova dimensão da atividade,

que reconceitua o produzir e a reprodução da espécie através deste tempo-potência. São agora definidos pelos afetos, por sua velocidade e intensidade. O biopoder não mais se restringe à *reprodução da espécie* e à *reprodução da sociedade do “trabalho-emprego”*.

Sendo assim, o tempo de vida remete não aos processos biológicos de que nos fala Foucault, mas à “máquina-tempo”. Tempo da vida é também sinônimo das forças e dos afetos que participam da produção da subjetividade e do mundo, portanto, uma semiótica. Tempo da vida é multiplicidade dos “atos sociais” e “intensidades” definidos como tendências e variações. Tempo da vida é tornar-se minoritário das “subjetividade quaisquer” e não se define por sua generalidade, mas por seu poder de singularização e de metamorfose.

Requalificar o biopoder implica ainda e, em consequência, entender que nosso corpo biológico privado se torna indistinguível de nosso corpo político; que experiências que antes se diziam políticas agora são confinadas ao nosso corpo biológico e experiências privadas se apresentam, repentinamente, fora de nós, como corpo político. Somos, em nossa atualidade, lançados nessa confusão de corpos e lugares, entre externo e interno, dentro e fora, entre aquilo que é mudo e aquilo que tem voz, entre o que é trabalho e é vida, entre o que é escravo e é livre. E é exatamente a partir deste terreno incerto, desta zona opaca da indistinção que, hoje, temos que encontrar (e forjar) caminho para uma nova política, para um outro corpo, uma outra relação com o tempo, com a vida e com o trabalho. Talvez, assim, criemos alternativa para escapular deste controle biotemporal. Controle que, através de suas sondagens e curvas nos apresenta, enquanto grande mercadoria que se oferece ao consumo, num mercado onde nossas necessidades e nossos desejos, nosso tempo e nossa vida, são cotados e vendidos a baixo preço. Isto requer, em contrapartida, uma postura ética diante da existência. Qual o grau de responsabilidade e de envolvimento que cabe a cada um de nós, independente do lugar que ocupemos no mundo?

Capítulo IV

Considerações Finais

... o homem, no sonho e na vigília, considerava as respostas de seus fantasmas, não se deixava iludir pelos impostores, previa em certas perplexidades uma inteligência crescente. Buscava uma alma que merecesse participar do universo.

Jorge Luís Borges

A discussão sobre o que marca a constituição do trabalhador clássico e do trabalhador imaterial encontra-se no centro de uma querela sociológica, filosófica, econômica e política que não se pretende finalizada. A tentativa de traçar o que permanece de uma à outra organização do trabalho, o que se intensifica e o que se modifica, dificilmente encontra um tipo de consenso. Enquadrar claramente os elementos das configurações presentes nestes momentos da história, no que se refere ao sujeito trabalhador, não é o objetivo da pesquisa aqui proposta. Mesmo porque, assim como facilmente podemos identificar indistinções e zonas incertas no velho esquema que distingue aquilo que entendemos como “primeiro”, “terceiro”, “quarto” mundo, também facilmente identificamos trabalhadores precarizados e uma alta taxa de desemprego em meio às economias avançadas, bem como aqui, ao nosso lado, sabemos da existência de atividades que empregam no seu processo as mais avançadas tecnologias, imprimindo o sentido de imaterialidade em seu extremo, desde a produção à distribuição e consumo (ou vice-versa!). Em muitas circunstâncias a construção de esquemas ideais e totais para uma ou outra caracterização tem apenas empobrecido a pluralidade e riqueza dos processos que as constituem. No entanto, certos elementos por vezes ganham maior visibilidade, pretendendo-se dominantes e mais atuantes que outros, eis o sentido do arquivo áudio-visual da *arqueologia foucaultiana*.

Uma destas formas de visibilidade diz respeito às discussões em torno da atividade fabril-industrial e a consolidação da Saúde do Trabalhador, em torno dela estruturada. É assim que, em nossa discussão, tentamos a construção de um gancho entre a forma como o trabalho se organizou, junto e no bojo da modernidade nascente, de modo a garantir valor e lucro ao capitalismo, modificando-se aqui e acolá, tendo por objetivo último acompanhar as mutações deste mesmo modelo político-econômico. A característica que, a nosso ver, permite a construção de nexos (causais ou não) entre o processo de trabalho e adoecimento do trabalhador é, em grande parte, ao menos como vem sido apresentado nas pesquisas até então, a cisão entre o *espaço de produção* e o *espaço de vida*, que aqui denominaremos social. É neste *locus* das atividades trabalhistas – que não precisa, necessariamente, restringir-se ao “local de trabalho”, mas que necessariamente opõe-se ao espaço de “reprodução” – que o trabalhador parece submeter-se a todo tipo de carga e agravos responsáveis por comprometer a sua potência física e sua disposição emocional, sobrecarregando-o fisicamente e alienando-o, não só no que se refere ao seu próprio trabalho e ao produto (final) por ele investido, mas também o alienando de sua “consciência” e de sua condição histórica. A distinção clara entre “tempo de vida” e “tempo de trabalho”, perceptível na organização taylorista/fordista, nos permitia com folga, supomos, uma dissociação dos temas e abordagens que se referem à Saúde daqueles referentes à Saúde do Trabalhador.

Como assertivamente nos lembra Lévy (1996), a venda da força de trabalho é a medida que permite a (sobre)vivência de ambos, capital e trabalho, embora seja material simbólico de diferente significado para um e para outro. Se para o primeiro o salário – medido e avaliado mediante a institucionalização do trabalho enquanto trabalho possível, um potencial já determinado pela organização burocrática da produção, onde uma hora de trabalho dada, é uma hora perdida – é garantia de sua reprodução, para o capital é todo o sentido do lucro e da construção de mais-valia.

Vejamos. A teoria marxista faz do princípio geral de conservação da energia a base de uma operação, que visa abrir as ciências da natureza para a questão das transformações qualitativas do movimento. A redução não é a verdade das mudanças de forma de movimento, mas apenas a sua verdade do ponto de vista quantitativo, e é relativa à operação prática, técnica, que cria as condições da conversão, da entre-equivalência

“moderna-disciplinar”, ou seja, que subtrai aquilo que é medido ao encadeamento universal das causas e efeitos.

Essa operação, que abre a física para a questão dialética marxista, é prolongada à economia política e, em particular, à medida geral das mercadorias pelo tempo de trabalho que nelas seria materializado, coagulado, cristalizado. Esse prolongamento, à medida que se torna possível, permite liberar a medida pelo tempo de trabalho de qualquer fisicalismo. Ou seja, enquanto o trabalho físico, unidade de conversão das energias naturais, remete a um dispositivo de libertação técnico-experimental, o trabalho abstrato remeteria a um dispositivo de libertação histórico. O trabalho vivo passa, então, a ser definido como exterior à rede das equivalências mercantis, objeto de uma troca desigual, fonte oculta do lucro que permite a acumulação capitalista. Correlata a esta definição de trabalho, vimos coincidir a definição das condições de possibilidade do capitalismo – explorar sem pagar seu valor de equivalência – e os limites do processo histórico de redefinição do trabalho, sua maior independência com relação ao encadeamento universal dos processos naturais.

Assim, quando idealmente as forças naturais foram eliminadas do processo de produção, substituídas por produtos identificados e pagos da indústria humana, é que a atividade produtora pôde ser efetivamente definida como produto de um trabalho humano.

Esta institucionalização histórica da relação salarial, a troca entre uma porção de vida e uma soma de dinheiro, permite a instauração de níveis de assujeitamento à esfera de produção, a nosso ver, em três níveis: um assujeitamento às máquinas técnicas, que permite a extração de mais-valia; um assujeitamento às máquinas domésticas, ou bens de consumo de massa, passando ao assujeitamento aos equipamentos coletivos, garantia do funcionamento dos circuitos de valorização e reprodução. Em todos estes níveis, o assujeitamento remete a uma suposta independência do sujeito, quer seja ele um trabalhador “livre”, quer seja um cidadão cioso de suas obrigações, quer seja um consumidor. Contudo, há de se convir que essa subjetivação, a princípio soberana, só se atualiza na submissão voluntária às condições capitalistas de produção, de consumo e de circulação/distribuição. É neste sentido que nos pareceu coerente a discussão em torno da *Sociedade Disciplinar*, na medida em que é o estabelecimento e a posterior ultrapassagem das fronteiras entre as esferas institucionais, como ir à fábrica, ir à escola, ao hospital, ao consumo, que confirma a “liberdade” do indivíduo, solidificando o assujeitamento aos

esquemas modernos de acumulação capitalista. É assim que, a nosso ver, a principal tarefa da disciplina, da submissão dos corpos e dos comportamentos à tríade disciplinar foucaultiana, imbricados ao taylorismo/fordismo – assim à produção da grande indústria moderna – é manter a sujeição dos indivíduos, garantindo a passagem de uma esfera a outra, no trânsito pelas estrias institucionais, mesmo que às custas do seu adoecimento. Parece-nos importante perceber a construção que se faz em torno da saúde, tanto nos seus aspectos individual e coletivo, portanto anátomo-políticos e biopolíticos, enquanto dispositivo deste assujeitamento e direcionador dos modernos processos e modos de produção.

Atualmente, os teóricos neoliberais encontram no prolongamento histórico do processo de libertação capitalista os meios de recolocar em questão tanto a irreduzibilidade do trabalho vivo à rede das equivalências quanto a noção de uma equivalência geral de todos os trabalhos, assim, a própria relação salarial. Se na *Sociedade Disciplinar* dizíamos de um processo de assujeitamento, o *Controle* nos sugere uma forma original de “escravização” dos indivíduos pelo capital, tanto porque subsume os processos globais de utilização e maximização das potências virtuais do *tempo* e da *vida*.

Podemos considerar, na disciplina, o homem enquanto sujeito “livre”, capaz de se reconhecer na produção, na medida mesma em que se diferencia radicalmente dos equipamentos aos quais vêm assujeitar-se e se construir. Os espaços, ou antes, a ordem espacial por ele instituído, por sua vez, recorta o tempo em esferas funcionais e estriadas, bem delimitadas geograficamente, na medida que é a ultrapassagem destas fronteiras institucionais que efetiva o assujeitamento ao capital. Como dito anteriormente, a produção do trabalho imaterial, a reterritorialização dos espaços e tempos da acumulação, responsável por engendrar uma nova hegemonia capitalista, por sua vez, rompe com estes dois esquemas, utilizando-se funcionalmente tanto da nebulosidade das fronteiras entre as esferas produtivas e reprodutivas e quanto da “confusão”, ou quase indistinção, entre o homem e a máquina. Portanto, tende a substituir o sistema de compartimentação do tempo no espaço, num empreendimento de subsunção deste mesmo espaço a este mesmo tempo.

Parece que não se trata mais, pois, de nos reconhecermos na produção geral nem no trabalho abstrato como característica subjetiva, nem nas organizações representativas do trabalho como fator de produção. Acreditamos que, se outrora o trabalhador, ainda que

submetido, recebeu do trabalho sua “dignidade”, ou identidade histórico-social, agora, escravizado, é do capital e da possibilidade de consumo que recebe seu brilho.

Assim, o trabalhador tende a ser definido não mais como aquele que troca o seu trabalho vivo por um salário, ele agora parece ser suporte de uma quantidade mensurável, sendo a informação, ela própria tempo cristalizado e estocado enquanto saber social.

Buscamos assim mostrar que na sociedade dita de controle, a informação anuncia a subsunção real do trabalho ao capital, não se limitando a *vampirizar* o trabalho vivo (motivo do adoecimento, quando o homem se submete à máquina), mas redefine o processo de produção de tal maneira que esse não tenha mais exterior (espaço da reprodução), tornando o próprio trabalho humano homogêneo ao conjunto dos processos maquínicos. Correlato a este processo, a noção de uma medida homogênea, que permite identificar a trapaça sistemática da troca desigual, talvez até quantificá-la, se desfaz em proveito de uma proliferação perversa de tempos qualificados, remetidos todos ao capital como processo de valorização do tempo, como processo móvel de distribuição, onde se dão, se avaliam, articulam e se misturam tempos de formação, de trabalho, de fruição, de vida.

Assim, a *medida*, que pressupõe a abstração e permite estabelecer equivalência entre produtor e seu produto, nos parece ter sido sucedida pela homogeneidade efetiva de todos os processos, vivos e maquínicos, igualmente subjugados à lógica da acumulação capitalista de que o industrial, pai das máquinas, não passa de um servidor entre outros. O trabalhador “neoliberal” especula, na medida em que não mais é dotado de uma força (ou melhor, a nova lógica capitalista simplesmente não é mais desejosa desta força) cujo uso seria submetido à medida, mas munido de um tempo que não tem, nele mesmo, mais valor que as fichas de cassino, e que cabe a ele investir e valorizar no jogo capitalista. Ao tempo de assujeitamento sucedeu o tempo de servidão efetiva, que faz de cada um – trabalhadores, capitalistas, ociosos, crianças, mulheres, grupos minoritários, etc. – os acessórios do capital, fundamentalmente *indiferenciados*, que nem a diferenciação lógico-espacial (disciplina) nem a integração funcional, a priori, organizam mais. Todos se tornam jogadores, na lógica do consumo e da contemporânea super-valorização dos âmbitos da saúde.

Embora trabalhadores, nos mais recônditos pontos do globo continuem adoecendo, ainda pelos mesmos motivos e causas presentes na primeira revolução industrial, e aí se vão quase 200 anos, pensamos na necessidade de ampliação do âmbito de discussão na área da Saúde do Trabalhador.

Pensando nesta real subsunção da vida, do tempo de vida, ao capital, talvez seja pertinente tentar entender até onde, na atualidade, podemos discernir a discussão sobre Saúde do Trabalhador daquela acerca da Saúde, aqui levantada em torno da temática do biopoder e do controle e gestão dos riscos, como era possível outrora.

Assim, ainda que pertinentes, a compreensão do processo saúde-doença-trabalho, tal qual proposta pelos teóricos do campo, parece não acompanhar e enfocar o processo de produção e acumulação em suas reais transformações, uma vez que ainda centrada numa noção de *materialidade*, na relação salarial, aquela mesmo que produz uma cisão entre tempo de trabalho e tempo de vida. Como vimos, não é mais o *trabalhador* o único a ser subjugado pelo capital, mas *todos os âmbitos da vida*, política e biológica, em toda sua imanência e virtualidade.

É neste sentido que Cocco (2000) nos aponta para a perspectiva de uma ***maior integração entre trabalho, sociedade e vida*** – *trabalho* vivo em toda sua imaterialidade; *sociedade* não mais regida pelo diagrama de poder disciplinar, vida ainda mais imbricada por uma dinâmica do biopoder, agora redimensionado, conforme buscamos dissertar. Mais uma vez, o redimensionamento do trabalho, a forma como nos é apresentado e associado às organizações sócio-políticas, engendrado em particular pela mundialização do mercado e da produção (uma economia de mercado e do tempo) em decorrência das novas tecnologias e seu acoplamento aos processos da vida - leva-nos a pensar e perguntar, enfatizamos, se podemos nos esquivar de uma discussão mais alargada do que seja a saúde, quais suas implicações e como é utilizada enquanto um dispositivo de controle.

Acreditamos que somente a partir desta perspectiva, discutir saúde e saúde do trabalhador implicaria o entendimento mais acentuado do tipo de controle e poder que estamos a todo tempo produzindo e nos encontramos sujeitados na atualidade. No âmbito da discussão sobre trabalho, isso inclui refletir sobre desemprego e sobre esse longo e extensivo “tempo livre”, presente e imposto de forma ostensiva a este homem que por cerca

de dois séculos foi levada a forjar sua identidade com base no homem que trabalha, produtor de valia e de uso.

Se desposuimos uma exterioridade, se a força do trabalho não é mais o atributo de um proletário situado por direito fora da órbita capitalista, agora, mais do que nunca, faz-se necessário tentar não identificar, mas sim jogar, na medida de sua ubiquidade, com a fragilidade nova com a qual o capital se vê afetado. A partir do momento em que o capital não precisa mais cobiçar o tempo dos trabalhadores, mas se compõe de cada instante que passa, cada segundo perdido, pensamos, basta para incitar sua decomposição. O fato de que tal decomposição jamais tenha ocorrido não impede, no final, que ela seja jogada e almejada a cada instante. Essa “perda de tempo”, que pode ameaçar o capital, não afeta mais como na greve, na subtração do tempo que lhe é devido. Esse parece ser uma forma de afrontamento de todo anulado, ou talvez mesmo incorporado pela velocidade de redefinição e de distribuição dos elementos matriciais através dos quais o Capital não pára de se calcular. Uma possível perda de tempo se joga, antes, segundo o próprio modo da potência pelo capital liberado. Afinal não foi esse um dos maiores sonhos do projeto marxista? Um apelo para que conquistemos o direito legítimo de perder tempo, de podermos nele nos lançar enquanto alternativa, formulando nossas questões, portanto, propondo novos afrontamentos.

O levante por certo é desejoso, mas este movimento dos *novos* trabalhadores, homens-máquina, representam, a nosso ver, muito mais o presente do que qualquer futuro previsível. Problematizar um capitalismo já despojado de qualquer álibi (racional ou não) requer o entendimento das ambigüidades que o atravessam, mas nos termos que não sejam os dos velhos mitos. Além de brigar por um novo espaço, um novo tempo, ambos de criação, nosso engajamento talvez seja inventar um modo de interpretar e falar dessas novas possibilidades de questionamento.

Quanto às possíveis críticas quanto às noções e entendimentos acerca da imaterialidade do trabalho, um breve esclarecimento.

Ao apresentarmos o tema, nosso objetivo era tentar entender como foi possível, a partir da introdução e utilização generalizada das novas maquinarias e tecnologias de comunicação e informação, pensar na disposição do trabalho em nossa contemporaneidade. Para tanto, abrimos a discussão com uma citação de Marx (1978). Há

mais de um século, sua colocação soava enquanto uma promessa de superação da expropriação e do jugo promovidos pela organização do trabalho e dos processos de produção de sua época. O que Marx denominou *General Intellect*, trabalho social, realizado com base no conhecimento coletivo acumulado, bem como pelo também acúmulo promovido pelo trabalho abstrato, parece possível de ser concretizado hoje. Disporíamos de todos os recursos e ferramentas para tanto. O homem seria “libertado” pela máquina (além da consciência de classe, claro!). Máquina esta responsável tanto pela execução laboral, quanto pela liberação de tempo, agora disponível para outras atividades que não aquelas referentes à garantia da sobrevivência.

Quando os autores, nos textos citados, se referem a trabalho imaterial, acreditamos, dois aspectos fundamentais encontram-se em questão: *primeiro*, o acúmulo de conhecimento, o saber - fazer social, empregados na realização do trabalho, hoje se encontra imbricado, ou antes, possibilitado, pelo desenvolvimento das novas máquinas que funcionam a partir da informação e não apenas da força/energia mecânica, tanto de primeira quanto de segunda geração. A imagem associada a esta idéia é a parcial diminuição de operários/indivíduo(ai)s envolvidos na e pela escala de produção e o aumento (em relação àqueles) da quantidade de sujeitos, também trabalhadores, responsáveis pela manutenção de uma maquinaria inteligente. Temos então aqui, neste primeiro aspecto por nós sugerido, duas questões: uma liberação, de certa forma, da relação de *labor* (cf. Hannah Arendt em *A Condição Humana*, RJ: Forense Universitária, 1991) promovida ou estabelecida, desde a Primeira Revolução Industrial, pelas formas como o trabalho, no âmbito geral, foi organizado ao redor do trabalho industrial – referimo-nos, claramente, ao padrão de trabalho taylorista e fordista. Segundo, ainda que haja um aumento significativo na quantidade de trabalhadores que lidam diretamente com toda a gama de maquinaria de informação (e temos que admitir que hoje esta maquinaria é responsável, de forma pesada, por grande parte da produtividade em escala mundial, tanto que as empresas e indústria que não se “modernizaram”, simplesmente deixam de existir), principalmente se comparado à quantidade de trabalhadores “clássicos”, monovalentes, a quantidade destes infinitamente menor em relação àqueles dispensados (desemprego) e precarizados / informais. Então, temos aí: diminuição significativa do trabalhador clássico no âmbito da produção, especialização e polivalência daqueles que ficaram (de certa forma o trabalho

imaterial se refere a estes), aumento brutal de pessoas que, se podem ainda ser referendadas enquanto trabalhadores são aquelas precarizadas ou informais. Cabe-nos perguntar, frente a esta situação, onde foi parar, ou simplesmente o que fazer, do tempo livre preconizado por Marx, já que, acreditamos, nos deslocamos de uma identidade social que tem por base o trabalho (sociedade do trabalho, de certa forma disciplinar, era pra isto que ela servia!) em direção a uma organização que prescinde do trabalhador para estar gerando lucro. A questão é se estamos conseguindo ou não concretizar esta idéia, e porque.

Segundo ponto: quando os autores lidam com o aspecto da informação e suas implicações, não acreditamos que estejam enganados. Não estão equivocados nem quando dizem que se trata de um movimento inelutável, nem quando dizem que o trabalho imaterial lida com a capacidade afetiva, criadora, subjetiva e coletiva do homem. Voltando um pouco ao (nosso) próprio texto, eles nos dizem: “é preciso considerar o mundo da comunicação como lugar no qual as grandes forças sociais do saber e da comunicação se colocam enquanto forças produtivas privilegiadas... o trabalho coletivo da humanidade toma consistência no paradigma comunicacional, identificando-se, pouco a pouco, mas cada vez com uma evidência maior, com o trabalho social, imaterial, com a produtividade social”.

A questão, supomos, é: o que fazer com isto? Não é porque parece não sabermos o que fazer ou como fazer, para lidar de forma positiva, afirmativa - em se tratando da maioria dos seres humanos - como toda a mutação tecnológica e com os agenciamentos coletivos, desta mutação oriunda, que ela tenha que ser negada, tanto enquanto fato quanto enquanto possibilidade (este é o real sentido da palavra *virtualidade*). Talvez sugira um tom desmesurado de ingenuidade e sonho a leitura que os autores, principalmente Negri e Deleuze, fazem desta imaterialidade e do saber coletivo, imprimidos ao trabalho pela incorporação dos dispositivos de comunicação e informação engendrados pelas novas tecnologias. Mas, acreditamos, é este o papel que lhes cabe. Talvez não seja fácil olhar para a miséria que mora ao lado, no meio, na frente, escancarada nos meios de comunicação, no varejo da televisão, a qualquer hora do dia e da noite, nos vizinhos que não param de alimentar a indústria armamentista em nome de ódios, para tantos já sem sentido (não é à toa que vários autores não cansam de escrever sobre este tema) e ainda dizer: façamos alguma coisa com isto!

No nosso texto, ainda: “estamos inseridos em movimentos de desterritorializações e reterritorializações que podem tanto produzir o trabalho, trabalho imaterial enquanto uma *máquina de guerra* – um movimento inelutável, mas que pode ser afirmado, positivado – quanto produzir mais um subterfúgio de dominação e adoecimento para o ser humano, agora não mais e somente ancorado na questão salarial – e todas suas implicações: alienação, exploração, expropriação – mas também nas questão do desemprego e toda carga histórica por ela acompanhada”. O fato de nunca termos conseguido nos livrarmos do pejo que foi o trabalho desde o ciclo moderno do capitalismo não quer dizer que isto nunca possa acontecer!

A questão do Trabalho Imaterial é sem dúvida um assunto prolixo. Da forma como tem sido apresentada talvez, mas só talvez, pareça apenas como mais uma palavra de ordem da ideologia comunicacional, “marketeira” e mercadológica. A sua característica de imanência, em função de seu forte aspecto de virtualidade – e isto não porque exige menos força física, ou mais ou menos trabalhadores, mais ou menos salário, nada disso, e sim, fundamentalmente porque cortada, de cabo a rabo, pela questão da velocidade, tanto de produção, quanto velocidade de fluxo de informação, de distribuição e consumo, de engendramento de subjetividades desejanter – **exigi** a vontade da constituição do real enquanto novo. Frente a esta característica de virtualidade e velocidade, há fundamentalmente três posturas possíveis de serem assumidas (Parente, 1999): o surgimento da tecnologia do virtual enquanto fator explicativo para que a imagem, na cultura contemporânea, tenha se tornado auto-referente e, em função disto, tenha rompido com o modelo de representação. A partir desta análise, temos uma lista infundável de autores que falam do “fim da história e das grandes narrativas”, “fim da produção literária e da expressão artística”, “fim do trabalho”, “fim da modernidade”. Essa é, sem dúvida, uma visão da qual tentamos nos afastar. Depois, há os autores, que inclusive citamos e utilizamos, como Baudrillard e Virilio, que tomam o virtual tecnológico como um sintoma e não como uma causa das mudanças culturais e sociais. Isto sugere que as imagens contemporâneas se constituam enquanto um significante sem referente social. Equívoco muitas vezes cometido, chegando a ser um “escorregão”, já que algumas vezes, mesmo sem perceber, tendemos a culpabilizar as inovações tecnológicas pelos acontecimentos escuros e escusos que “rondam” o mundo do trabalho, como por exemplo, o desemprego promovido

pelas montadoras automobilísticas em diversos países. Por fim, uma terceira tendência, presentes nos textos de Deleuze, Guattari, Lévy, que afirma o virtual como uma função da imagem criadora, fruto dos agenciamentos mais diversos entre a tecnologia, a arte, a ciência, entre outros, capazes de criar novas condições de modelagem do sujeito e do mundo. Trata-se de assumir esta “confusão” com a qual não sabemos exatamente como lidar, confusão esta que independe de nossa ação direta na mesma medida e proporção que depende de nossa vontade e desejo.

Vemos aí aberturas e brechas tanto para contestar a idéia de imaterialidade do trabalho, principalmente no que concerne a idéia de uma certa polivalência do trabalhador, sua liberação do trabalho braçal em direção á uma atividade intelectual, afetiva, subjetiva, quanto para afirmar esta condição e dela fazer uso para nos posicionarmos de forma mais consciente frente às questões referentes à temática do trabalho. Parece ter sido este nosso maior objetivo.

Em entrevista concedida a Antônio Negri, no ano de 1990, Deleuze (1992), quando perguntado se as utopias contidas nos Grundrisse se configurariam justamente enquanto uma organização transversal de indivíduos livres, sobre uma base técnico-comunicacional, responde: *talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas...é preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez seja criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle. E mais à frente: acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar **acontecimentos**, mesmo que pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. É ao nível de **cada tentativa** que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle.*

Eis o convite: promover desvios e rupturas nas formas de pensar e conceber a saúde e o trabalho, escavando, neste movimento, um lugar para fazer diferente e questionar a nossa prática, para além da técnica, imbuídos numa ética que englobe nossa constituição enquanto humanos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGAMBEN, Giorgio. “*Onde Começa o Novo Êxodo*” in *Revista Lugar Comum* n° 7, Janeiro-Abril. Rio de Janeiro: NEPCOM, 1999.

ALLIEZ, Eric. *Contratempo. Ensaio sobre Algumas Mudanças do Capital*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

_____ (org.). *Gilles Deleuze. Uma Vida Filosófica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

ASCHER, François. *Metápolis - Acerca do Futuro da Cidade*. São Paulo: Celta, 1998.

ARRIGHI. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996

BAUDRILLARD, Jean. *As Estratégias Fatais*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. *A Transparência do Mal. Ensaio sobre Fenômenos Extremos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *A Corrosão do Caráter*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Globalização - As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BONEMY, Helena. *Utopias de Cidade: as Capitais do Modernismo in O Brasil de Jk*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

BURROUGHS, William. *O Almoço Nu*. Trad. Mauro Sá Rego Costa. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOULEZ, Pierre. *A Música Hoje*, São Paulo: Perspectiva, 1978.

CAIAFA, Janice. *Nosso Século XXI. Notas sobre Arte, Técnica e Poderes*. Rio de Janeiro: Relume .Dumará, 2000.

CARROL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas. Através do Espelho e o que Alice encontrou lá*. São Paulo: Summus, 1980.

CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos – da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania. Produção e Direitos na Era da Globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. *Crítica e Clínica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. *Desejo e Prazer in Cadernos de Subjetividade*. Junho. São Paulo: PUC, 1996.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Kafka. Por uma Literatura Menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

_____. *Mil Platôs. vol.5*. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FLEURY, A. & VARGAS, N. *A Organização do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1983.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*, São Paulo:

Persepectiva, 1978.

_____. *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

_____. *A História da Sexualidade I. A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *A Ordem do Discurso*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1999.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 a.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular. Pulsações Políticas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Da Produção de Subjetividade in* PARENTE, André (org.). *Imagem Máquina. A Era das Tecnologias do Virtual*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

GILLE, Didier. *Estratégias Urbanas in Contratempo. Ensaio sobre Algumas Mudanças do Capital*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

JONAS, H., 1994. *Ética, medicina e técnica*. Lisboa: Vega, 1994.

HARDT, Michel. "A Sociedade Mundial de Controle" in ALLIEZ, Eric (org.). *Gilles Deleuze. Uma Vida Filosófica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

KAFKA, Franz. *O Processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KATZ, Cláudio. *A Evolução e a Crise do processo de Trabalho in Novas Tecnologias - Crítica da Atual Reestruturação Produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.

LAZZARATO, Maurizio. "Para Uma Definição do Conceito de Bio-Política" in *Revista Lugar Comum n° 5-6. Maio-Dezembro*. Rio de Janeiro: NEPCOM, 1998.

LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÉVY, Pierre. *O que é o Virtual?* São Paulo: Ed.34, 1996.

_____. *A Inteligência Coletiva*. São Paulo: Ed.34, 1996.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MARX, Karl. *O Capital, Obras Econômicas v.2*. São Paulo: Gallimard, 1978.

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *Imperio*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PARENTE, André (org.). *Imagem Máquina. A Era das Tecnologias do Virtual*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. *O Virtual e o Hipertextual*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

PELBART, Peter Pál. *A Nau do Tempo-Rei: 7 Ensaio sobre o Tempo na Loucura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

_____. *Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura. Loucura e Desrazão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *O Tempo Não-Reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

RABINOW, Paul & DREYFUS, Hubert . *Foucault, uma Trajetória Filosófica. Para além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Tempo de Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Seligmann. *Desgaste Mental no Trabalho Dominado*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

STENGERS, Isabeli. *Energia e Valor: o problema da conservação em Engels e em Marx*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

TAYLOR, Frederick. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1966.

TERMES, José. *Michel Foucault e o Nascimento da Modernidade in Revista Tempo Social. Outubro*. USP, São Paulo, 1995.

VAZ, Paulo. *O Inconsciente Artificial*. São Paulo: Unimarco, 1997.

_____. *Agentes da Rede in Revista Lugar Comum n° 7 Janeiro-Abril*. Rio de Janeiro: NEPCOM, 1999.

VIRILIO, Paul. *O Espaço Crítico. E as Perspectivas do Tempo Real*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. *A Máquina de visão*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.

WAISSMANN, W. *Paradigmas tecnológicos e métodos de avaliação da relação saúde e trabalho coerências, inconsistências e premências*. Rio de Janeiro, 2000.

WAISSMANN, W. & CASTRO, J.A.P., 1996. A evolução das abordagens em saúde e trabalho no capitalismo industrial. In- *Biossegurança - uma abordagem multidisciplinar* (P. Teixeira & S. Valle., orgs.), pp. 15-25, Rio de Janeiro: Fiocruz.

WERTHEIN, Margaret. *Uma História do Espaço - de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.